



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**“QUERO UMA CASA!” REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MORADIA:
UM ESTUDO COM OS MORADORES E AS MORADORAS DA OCUPAÇÃO
FILADÉLFIA, EM IGUATU-CE**

LEANDRO BARBOSA ROLIM

Foz do Iguaçu - PR
2018



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**“QUERO UMA CASA!” REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MORADIA:
UM ESTUDO COM OS MORADORES E AS MORADORAS DA OCUPAÇÃO
FILADÉLFIA, EM IGUATU-CE**

LEANDRO BARBOSA ROLIM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patricia Zandonade

Foz do Iguaçu - PR
2018

LEANDRO BARBOSA ROLIM

**“QUERO UMA CASA!” REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MORADIA:
UM ESTUDO COM OS MORADORES E AS MORADORAS DA OCUPAÇÃO
FILADÉLFIA, EM IGUATU-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patricia Zandonade
UNILA

Prof.^a Dr.^a Cecília Maria de Moraes Machado Angileli
UNILA

Prof. Dr. Francisco de Assis Comarú
UFABC

Foz do Iguaçu - PR, 20 de abril de 2018.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

R748

Rolim, Leandro Barbosa.

"Quero uma casa!" Representações sociais sobre a moradia: um estudo com os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia, em Iguatu-CE / Leandro Barbosa Rolim. - Foz do Iguaçu, 2018.

171 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu - PR, 2018.

Orientador: Patrícia Zandonade.

1. Representações sociais. 2. Direito a moradia - Aspectos sociais - Iguatu-CE. 3. Periferias - Iguatu-CE. 4. Etnologia. I. Zandonade, Patrícia. II. Título.

CDU 365.2(813.1)

Aos moradores e às moradoras da Ocupação Filadélfia, protagonistas na luta pelo direito à moradia no espaço urbano de Iguatu-CE. Sem sua existência – os sujeitos e sua luta pela moradia digna – essa investigação não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer revela em grande medida o caráter das pessoas. Aqui, a gratidão consiste no reconhecimento do apoio de pessoas e instituições, pois acreditamos que a produção de conhecimento, para além de um esforço individual, demanda a participação de outros sujeitos.

A Deus, em primeiro lugar, por me permitir a realização de um sonho há anos almejado; por guardar a minha vida e a de minha família. Afinal, “se o Senhor não constrói a casa, em vão trabalham os construtores!”

Aos meus pais, Lúcia e Francisco [e aqui minhas lágrimas escorrem], pelo amor imenso e pelo apoio incondicional. Desejo sempre honrá-los, inclusive pela confiança em mim depositada durante todos esses anos!

Aos meus irmãos, Leonardo e Kléber, por compreenderem minha distância em razão da dedicação aos estudos.

A Gleidiane, minha esposa, pelo companheirismo e pela compreensão com que lidou com minhas ausências, durante esse curso.

Aos moradores e às moradoras da Ocupação Filadélfia, especialmente a Adelaide, por partilharem das suas histórias de vida, seu tempo, suas alegrias e angústias na luta cotidiana pelo direito à moradia digna, em Iguatu-CE.

A Patricia Zandonade, minha orientadora, pela paciência comigo e por tudo quanto aprendi com ela. E não me limito à vida acadêmica, mas me refiro à vida familiar e à sensibilidade com que lê e interpreta o mundo. Exemplo de professora, pesquisadora, mulher, mãe, amiga.

À professora Cecília Angileli e ao professor Francisco Comarú, pelas críticas e contribuições ao trabalho.

Aos professores e professoras do PPGPPD, especialmente, Luciana Ribeiro, Roberto França, Gilson Batista, Renata Peixoto, Exzovildres Neto, Andréia Moassab, Antonio de la Pena, Silvia Zimmermann, Sílvia Aquino, Cláudia Bisaggio e Rodrigo Medeiros, por contribuírem com meu processo formativo, compartilhando seus saberes e me incentivando a uma visão crítica.

À turma do PPGPPD 2016, Jhomelin Milagros, Emanuelle Moreira, Karini Scarpari, Luis Almanza, Hugo Jiménez, Víctor Elías, Eduardo Alves, Eduardo Castilha, Gustavo Bodaneze, José Victor, Andréa Pavei, Cinthya Strada e Renann Ferreira, pelo convívio e aprendizagem, pelas experiências partilhadas e pelas amizades construídas.

Ao secretário de nosso curso, Cláudio Monteiro, pelo empenho e presteza no serviço e pela amizade sincera.

A Irineu e Inês, Artur e Airtes, Luiz, Nair e Natasha, que me acolheram e me ajudaram a não me sentir sozinho em Foz do Iguaçu.

Aos amigos e amigas Adriana Alves, Neidimar Matias, Iasmin Rodrigues, Joana Rosa, Keile Pinheiro Tales Araújo, Gabriele Araújo, Alef Feitosa e Suzana, pelas palavras de incentivo e pelo tempo despendido para me ajudar em um momento ou outro desse caminho trilhado.

Aos servidores e às servidoras das bibliotecas que freqüentei, por me ajudarem a garimpar obras que pudessem contribuir para a pesquisa, inclusive os livros infantis.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), pelo afastamento das minhas atividades laborais, medida essencial para a realização do curso e da pesquisa e dedicação integral a eles.

A todos e a todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“... como hoje eu sou mãe, pra mim, é necessário uma casa pra eu dar um lar pra os meus filhos, pra eles viver, crescer, pra eles ter onde morar, não viver no meio da rua, na casa dos outros, na casa de parente [...] eu acho que uma casa é o alicerce de uma família.”

Andressa
Moradora da Ocupação Filadélfia

RESUMO

Buscamos conhecer como pessoas que não têm acesso ao mercado formal de habitação representam a moradia e de que modo tal representação influencia seus comportamentos e ações. Partimos do princípio de que as falas, comportamentos e ações dos moradores e das moradoras da Ocupação Filadélfia estão carregados de representações sociais, especialmente sobre a moradia. Objetivamos analisar as representações sociais sobre a moradia elaboradas e compartilhadas por esses sujeitos. Especificamente, buscamos investigar suas trajetórias habitacionais; compreender sua inserção socioterritorial no contexto do espaço urbano iguatense; e conhecer os desdobramentos da frase “Quero uma casa!” nas suas relações com o ambiente em que vivem e com o Poder Público. Para tanto, aproximamo-nos de procedimentos próprios da etnografia urbana, especialmente das categorias metodológicas e analíticas “de fora e de longe” e “de perto e de dentro”, sobretudo dessa última. Utilizamos uma diversidade de técnicas, particularmente emergentes das circunstâncias experimentadas durante a imersão no campo. Inicialmente, percebemos que, para os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia, a moradia se constitui como um direito que lhes assiste; é dever do Estado, ou melhor, do prefeito, dar-lhes casas; e essas casas serão construídas em outro lugar que não o da ocupação. Ao longo do percurso, vislumbramos que a necessidade de inserção socioterritorial é um primeiro núcleo de suas representações sociais sobre a moradia. Um segundo núcleo consiste na moradia enquanto lugar da vida familiar e para a vida familiar. Para as crianças, a casa também aparece como o lugar da vida familiar e o espaço do lúdico.

Palavras-chave: Representações sociais. Moradia. Periferia. Etnografia.

RESUMEN

Buscamos conocer como personas que no tienen acceso al mercado formal de vivienda representan la misma y de qué modo dicha representación influye en sus comportamientos y acciones. Partimos del principio de que las palabras, comportamientos y acciones de los moradores y las moradoras de la Ocupación Filadelfia están cargados de representaciones sociales, especialmente sobre la vivienda. Objetivamos analizar las representaciones sociales sobre la vivienda elaboradas y compartidas por esos sujetos. Específicamente, buscamos investigar sus trayectorias habitacionales; comprender su inserción socioterritorial en el contexto del espacio urbano de Iguatu; y conocer los prolongamientos de la frase "¡Quiero una casa!", en sus relaciones con el ambiente en que viven y con el Poder Público. Para ello, hacemos uso de procedimientos propios de la etnografía urbana, especialmente de las categorías metodológicas y analíticas "de fuera y de lejos" y "de cerca y de dentro", sobre todo de esta última. Utilizamos una diversidad de técnicas, particularmente emergidas de las circunstancias experimentadas durante la inmersión en el campo. Inicialmente, percibimos que, para los moradores y las moradoras de la Ocupación Filadelfia, la vivienda se constituye como un derecho que les asiste; es deber del Estado, o mejor, del alcalde, darles casas; y esas casas serán construidas en otro lugar diferente al de la ocupación. A lo largo del proceso, vislumbramos que la necesidad de inserción socioterritorial es un primer núcleo de sus representaciones sociales sobre la vivienda. Un segundo núcleo consiste en la vivienda como lugar de la vida familiar y para la vida familiar. Para los niños, la casa también aparece como el lugar de la vida familiar y el espacio del lúdico.

Palabras clave: Representaciones sociales. Vivienda. Periferia. Etnografía.

ABSTRACT

We seek to know how people who do not have access to the formal housing market represent the dwelling and how this representation influences their behavior and actions. We assume that the speeches, behaviors, and actions of the residents of the Philadelphia Occupation are full of social representations, especially about housing. We aim to analyze the social representations about housing elaborated and shared by these subjects. Specifically, we seek to investigate their housing trajectories; understand their socio-territorial insertion in the context of the urban space of Iguatu; and know the extensions of the phrase "I want a house!" in their relations with the environment in which they live and with the Public Power. To this end, we approach procedures proper to urban ethnography, especially the methodological and analytical categories "outside and far" and "near and within", especially the latter. We use a variety of techniques, particularly emerging from the circumstances experienced during field immersion. Initially, we realize that, for the residents of the Philadelphia Occupation, housing is constituted as a right that assists them; it is the duty of the state, or rather of the mayor, to give them houses; and these houses will be built somewhere other than the occupation. Along the way, we see that the need for socio-territorial insertion is a first nucleus of their social representations about housing. A second core consists of housing as a place of family life and family life. For children, the house also appears as the place of family life and play space.

Keywords: Social representations. Home. Periphery. Ethnography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Equipamento Academia da Saúde	23
Figura 2 – Moradores e as primeiras barracas	23
Figura 3 – Primeiras visitas à comunidade	38
Figura 4 – Contação de histórias	40
Figura 5 – Oficina de desenho e pintura.....	40
Figura 6 – Entrevista com moradoras.....	41
Figura 7 – Moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia	44
Figura 8 – Foto aérea da área central de Iguatu (19--)... ..	69
Figura 9 – Parede do quarto do equipamento Academia da Saúde	96
Figura 10 – Ruelas da Ocupação Filadélfia	106
Figura 11 – Faixa em frente à Ocupação Filadélfia	109
Figura 12 – Símbolos religiosos nas casas	109
Figura 13 – Moradores e moradoras das ocupações na câmara municipal de Iguatu ...	115
Figura 14 – Mulheres nas atividades domésticas.....	131
Figura 15 – Homens na autoconstrução das casas	134
Figura 16 – Plantas cultivadas pelas mulheres	136
Figura 17 – Múltiplos usos do galpão	139
Figura 18 – Festa no galpão.....	140
Figura 19 – Festa e encontro familiares nas casas	140
Figura 20 – Convidando as crianças	142
Figura 21 – Contação de histórias	143

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Ocupação Filadélfia, Município de Iguatu-CE	22
Mapa 2 – As estradas coloniais do Ceará (século XVIII).....	60
Mapa 3 – A Rede Ferroviária do Ceará (1924).....	61
Mapa 4 – Segregação socioespacial no Município de Iguatu-CE	71
Mapa 5 – Localização das ocupações urbanas, Iguatu-CE	92

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 – Casa de Evelyn	145
Desenho 2 – Casa de Eduardo	145
Desenho 3 – Casa de Renan	146
Desenho 4 – Casa de Lara	146
Desenho 5 – Casa de Kawan	147
Desenho 6 – Casa de Lívia	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CIDAO	Companhia Industrial de Algodão e Óleos
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CMI	Câmara Municipal de Iguatu
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MST	Movimento dos Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMI	Prefeitura Municipal de Iguatu
PSF	Posto de Saúde da Família
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
A PESQUISA.....	16
O MUNICÍPIO DE IGUATU-CE E A OCUPAÇÃO FILADÉLFIA.....	20
A ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS	24
1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E PROTAGONISTAS	27
1.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONHECER O MUNDO E AGIR SOBRE ELE	27
1.2 A CONSTRUÇÃO DE UM ITINERÁRIO METODOLÓGICO	35
1.3 PROTAGONISTAS	42
2 PARA (RE)(DES)CONSTRUIR UMA CONCEPÇÃO DE MORADIA	45
2.1 O DIREITO À MORADIA E OS DIREITOS HUMANOS.....	46
2.2 A MORADIA NA HISTÓRIA DO BRASIL	52
2.3 FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DO CEARÁ	58
2.4 FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DE IGUATU	65
2.5 ALARGANDO HORIZONTES: O DIREITO À CIDADE.....	73
3 EXCLUSÃO E (R)EXISTÊNCIAS COTIDIANAS	78
3.1 A LÓGICA DA ORDEM EXCLUDENTE NA TEMÁTICA DA MORADIA	79
3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E MORADIA	85
3.3 MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO FILADÉLFIA	90
3.4 TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES	100
4 OS MORADORES E AS MORADORAS INSISTEM: "QUERO UMA CASA!"	111
4.1 AINDA EM BUSCA DE COMPREENDER A FRASE "QUERO UMA CASA"	111
4.1.1 Relações com o Poder Público até 2016	114
4.1.2 Relações com o Poder Público a partir de 2017	122
4.2 MORAR NA OCUPAÇÃO FILADÉLFIA	126
4.2.1 Necessidade de inserção socioterritorial	126
4.2.2 Lugar da vida familiar e para ela	130
4.3 BRINCANDO COM AS CRIANÇAS	141

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – ENSAIANDO UM OLHAR INTEGRADO	149
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES	169
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	170

INTRODUÇÃO

Buscamos, nesta pesquisa, conhecer como pessoas que não têm acesso ao mercado formal de habitação representam a moradia e de que modo tal representação influencia os comportamentos e ações desses sujeitos. Ao analisarmos as representações sociais sobre a moradia elaboradas e compartilhadas pelos moradores e pelas moradoras da Ocupação Filadélfia, no Município de Iguatu-CE, tratamos da valorização das histórias vividas pelos sujeitos excluídos da História escrita, especialmente aquelas relacionadas à produção de saberes populares sobre a moradia.

Embora os dilemas e desafios da política urbana não se restrinjam à moradia e às políticas habitacionais, considerar a questão da moradia nos ambientes urbanos parece essencial para (re)pensar a racionalidade que hoje preside os rumos da vida nas cidades. Assim, a moradia – ou a falta dela – ajuda a compreender a posição das pessoas no espaço urbano, não só em uma dimensão físico-geográfica, mas a partir de uma dinâmica socioterritorial (SANTOS, 2012).

O descolamento entre a legislação urbanística e a realidade habitacional de milhares de pessoas em Iguatu-CE parece refletir a tragédia urbana brasileira (MARICATO, 2002) em que a moradia digna figura como um privilégio para poucos, ao passo que para um grande contingente populacional morar na cidade configura uma luta.¹

A Ocupação Filadélfia está na cidade, mas a cidade parece não estar na Ocupação Filadélfia. A exclusão² ultrapassa os estereótipos de pobreza e marginalidade, a falta de moradia digna e outros direitos fundamentais. Ela abrange a negação dos saberes produzidos pelos moradores e pelas moradoras que vivem

¹ Embora a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) reconheça o direito à moradia como direito fundamental, no Brasil, o déficit habitacional é superior a 6 milhões de domicílios, sendo quase 2 milhões de unidades habitacionais somente na região Nordeste. No Ceará, o déficit supera 300 mil unidades. O ônus excessivo com aluguel é o item com maior percentual na composição do referido índice, correspondendo a 51,5%, 39% e 47,4% nas escalas nacional, regional e estadual indicadas, respectivamente (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). No Município de Iguatu-CE, os registros do Cadastro Habitacional da Secretaria Municipal de Habitação, em 2011 – dados mais atuais obtidos –, indicavam 7.286 famílias sem moradia (IGUATU, 2011).

² Fundamentam a compreensão da exclusão enquanto fenômeno ao qual nos referimos aqui as argumentações de Bourdieu (2012) e colaboradores acerca dos processos de desclassificação social e de indistinção de segmentos estigmatizados da população.

em habitações precárias nas periferias da cidade³, saberes esses que emergem das experiências de vida daquelas pessoas.

Nesse sentido, ainda no fim da graduação em Direito, emergiu a sensibilidade do pesquisador para uma aproximação junto aos moradores e às moradoras das ocupações urbanas de Iguatu-CE, considerando que esses sujeitos sociais, além de produzirem habitações (saber fazer), produzem e reproduzem saberes que são ignorados pela academia, ou ao menos menosprezados por essa.

A pesquisa consiste numa interatividade entre o Direito enquanto ciência jurídica e a população residente na Ocupação Filadélfia. O itinerário traduz uma experiência de levar a potencialidade do direito até os moradores e as moradoras da referida ocupação, assim como trazer a realidade vivida por essas pessoas como possibilidade para repensar o direito e a cidade para as pessoas. Trata-se, portanto, de uma interação entre saberes populares e saberes científicos.

Dados os diversos sentidos da palavra “direito”, não se pode reduzi-lo ao aspecto normativo - o Direito enquanto ordenamento e sua respectiva ciência. O Direito também é composto por um aspecto fático, que corresponde ao seu nicho social e histórico, e por um aspecto axiológico, que remete aos valores buscados pela sociedade. Assim, a conjugação dos aspectos fato, valor e norma formam uma concepção tridimensional do Direito (REALE, 2002; 2010), de modo que não existem separados um dos outros; antes, coexistem de maneira dinâmica, ainda que de forma tensionada.

Nessa coexistência, a norma, mais orientada para o *dever ser* social, parece tensionar a atual realidade fática de moradia nas periferias urbanas, o social como ele é. Todavia, as normas não são as únicas fontes do Direito, mas este também nasce a partir da sociedade, mediante seus usos, costumes e valores (REALE, 2002; 2010). Nessa pesquisa, orientamo-nos por essa concepção tridimensional do direito, sobretudo, pelo direito enquanto luta de classes, enquanto conflituosidade para a efetivação de uma vida social justa, na qual as pessoas tenham acesso à moradia digna e à cidade - numa perspectiva mais ampla que a normatividade.

³ A noção de periferia não se restringe à mera distância físico-geográfica do centro, mas se aplica às parcelas do território da cidade que possuem baixa renda diferencial. Esta, por sua vez, “é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e locacionais dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados” (ROLNIK & BONDUKI, 1982, p. 147).

A pesquisa se caracteriza, também, como interdisciplinar, pois, além do âmbito da ciência jurídica, buscamos compreender a moradia num espectro científico mais amplo, considerando as contribuições dos campos da arquitetura e do urbanismo, da história e da geografia, e da sociologia e antropologia urbanas. Ressalte-se, ainda, que a teoria das representações sociais tem sua origem na psicologia social.

Essa interdisciplinaridade se justifica enquanto necessidade para melhor apreender a realidade que as ciências nos fazem conhecer e enquanto remédio para a patologia do saber especializado (JAPIASSU, 1976), que implica uma progressiva fragmentação do horizonte epistemológico. Não se trata de uma panaceia científica, mas de um exercício para a abertura da “ilha” epistemológica da ciência jurídica, que, tradicionalmente, cultivou um saber compartimentalizado e hermético acessível apenas aos iniciados no restrito mundo do Direito.⁴

A interdisciplinaridade também se configura como um protesto contra o divórcio entre a universidade compartimentada – fechada em seus saberes disciplinares – e a sociedade em seu cotidiano concreto, onde a vida acontece e é percebida de forma complexa e indissociável (JAPIASSU, 1976). A universidade e o conhecimento científico têm razões de ser que ultrapassam a própria universidade e a ciência. Acreditamos que a pesquisa deve se orientar para oferecer respostas a problemas de ordem prática.

Numa ótica de valorização dos excluídos da história – nesse trabalho os moradores e as moradoras de uma periferia urbana – e temas relacionados à história local, realizamos a pesquisa numa abordagem que enuncia, preferentemente, uma “história vista de baixo” (SHARPE, 1992) e uma perspectiva micro-histórica (LEVI, 1992; GINZBURG, 2006), em contraposição a uma história dos grandes nomes, dos grandes heróis e dos grandes acontecimentos.

Assim, dentro desta perspectiva de abordagem, a teoria das representações sociais passa a ser de extrema importância no desenvolvimento metodológico, pois valoriza o conhecimento dos sujeitos sociais comuns como saber legítimo. Identificar e analisar os conhecimentos produzidos pelos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia, no seu cotidiano (CERTEAU, 2014), se traduz

⁴ De acordo com Japiassu (1976), a visão monodisciplinar atinge a realidade de modo parcial e limitado, bem como fragmenta o objeto e o reduz a sua escala própria. Daí a importância da *démarche* interdisciplinar enquanto esforço por reconstituir a unidade do objeto que a especialização dos saberes e dos métodos pulveriza.

como instrumento para o fortalecimento da luta dessas pessoas pela moradia digna e como possibilidade de construir uma relação de diálogo entre a universidade e a comunidade.

Para tanto, a investigação se aproxima de procedimentos próprios da etnografia urbana, especialmente da abordagem “de perto e de dentro” proposta por Magnani (2002). A estruturação dos capítulos, posteriormente descrita, exprime o itinerário metodológico percorrido durante a realização da pesquisa.

Desde o início da Ocupação Filadélfia, seus moradores e suas moradoras reivindicam o direito à moradia e reclamam a insuficiência das ações do “pacote habitacional” denominado Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que não inclui a maioria dos excluídos do mercado formal da habitação. Porém, suas maiores críticas e reivindicações são feitas ao Poder Público local, especialmente ao Poder Executivo Municipal, em razão da falta de solução para as demandas das famílias excluídas daquele referido mercado.

Uma frase muito recorrente utilizada por esses sujeitos é “Quero uma casa!”. A partir dessa afirmação surgiu a questão central desta investigação: quais as representações sociais sobre a moradia elaboradas e compartilhadas pelos moradores e pelas moradoras da Ocupação Filadélfia, no Município de Iguatu-CE? Correlatas a essa questão, outras perguntas surgiram: qual a trajetória habitacional desses moradores e dessas moradoras? O que significa para eles e elas aquela tão recorrente frase “Quero uma casa!”? Como tal frase ajuda a compreender as relações dos moradores e das moradoras com o ambiente em que vivem e com o Poder Público?

Partimos do princípio de que esses sujeitos produzem e reproduzem saberes e de que suas falas, seus comportamentos e suas ações estão carregados de representações sociais, especialmente no que se refere à moradia. De acordo com Moscovici (1978), as representações sociais podem ser entendidas como formas de conhecimento particular elaboradas socialmente e cujas funções consistem na elaboração de comportamentos e na comunicação entre indivíduos.

Reiteramos como objetivo geral analisar as representações sociais sobre a moradia elaboradas e compartilhadas pelos moradores e pelas moradoras da Ocupação Filadélfia. Especificamente, buscamos investigar a trajetória habitacional desses sujeitos; compreender sua inserção socioterritorial no contexto do espaço urbano iguatense; e conhecer os desdobramentos da frase “Quero uma

casa!” nas suas relações com o ambiente em que vivem e com o Poder Público.

O MUNICÍPIO DE IGUATU E A OCUPAÇÃO FILADÉLFIA

O Município de Iguatu está localizado na região centro-sul do Estado do Ceará, a 380 quilômetros da capital Fortaleza. Classificada como a quinta maior cidade do Estado, Iguatu conta com uma população estimada de 102.614 habitantes e densidade populacional média de 99,70 hab./Km² (IBGE, 2017), sendo que aproximadamente 80% da população vive em áreas urbanas.

O nome Iguatu tem origem indígena tupi e significa “Água Boa” – “*ig*” ou “*i*” (água) e “*catu*” (bom, boa). O Município pertence à Sub-Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe e consiste em uma depressão sertaneja (planície rebaixada em relação ao entorno) (IPECE, 2018). O Rio Jaguaribe e as lagoas marcam a história local e distinguem a paisagem, contrastando com o semiárido em volta.

A Lagoa da Telha, que originalmente se estendia desde a antiga Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Prado) até a Lagoa Seca (Aeroporto), onde desaguava, foi progressivamente aterrada, restando hoje um pequeno lago. A Lagoa do Miringó teve pior destino: situava-se na área do atual centro comercial de Iguatu, próximo à Praça da Caixa Econômica, até o princípio do século XX, quando foi aterrada para dar lugar a uma usina de beneficiamento de algodão.

As lagoas da Bastiana, do Julião, do Cocobó e da Fonseca, também situadas no ambiente urbano, foram parcialmente aterradas ao longo dos anos para abrir espaço para o crescimento urbano. Na zona rural, destacam-se as lagoas do Iguatu, do Baú, do Saco, do Barro Alto, do Quixoá, do Algodão e do Toco. A construção do Açude do Trussu, na década de 1990, no Distrito de Suassurana, e a descoberta recente (maio/2017) de um aquífero sedimentar na bacia da Lagoa do Julião completam o quadro de abundância de mananciais.

A associação da riqueza de mananciais com a elevada fertilidade das terras planas propicia uma produção agrícola considerável, tanto no que se refere à agricultura comercial quanto à de subsistência. Com pluviosidade média anual de 806,5 mm, a vegetação predominante é do tipo caatinga arbustiva densa e o clima se caracteriza como tropical quente semi-árido (IPECE, 2018).

Historicamente, o uso do solo e a ocupação colonizadora de Iguatu serviu para o desenvolvimento da atividade pecuária extensiva em fazendas e para a agricultura, sobretudo a de subsistência. O crescimento urbano de Iguatu foi alavancado, no princípio do século XX, a partir da chegada da Estrada de Ferro de Baturité e da instalação de usinas de beneficiamento de algodão. Hoje, destaca-se pelo setor de comércio e serviços, polarizando economicamente os Municípios da região Centro-Sul do Estado do Ceará. Porém, vale ressaltar que, ainda hoje, a agricultura e a pecuária são atividades consolidadas, sobretudo nas vastas planícies das áreas rurais do Município, tanto para a subsistência quanto para a comercialização.

A cidade apresenta ares de modernidade, destacando-se diversos equipamentos públicos, como escolas de música popular e erudita, complexos de lazer, de esporte e de turismo, praças temáticas, ampliação do mercado público municipal, ampliação da rede pública escolar, etc. Uma indústria de calçados e outra no ramo de móveis são importantes fontes de emprego e renda. Há escolas privadas renomadas e cursos superiores ofertados por instituições públicas e privadas. Integram a rede de saúde pública o Hospital Regional de Iguatu, uma casa de saúde e maternidade, além de uma policlínica estadual. Há, ainda, dois hospitais privados em funcionamento e planos para a instalação de um terceiro.

Mas Iguatu também é uma cidade que olha para o futuro, menosprezando suas memórias e histórias, sejam essas manifestadas ou ocultas nos patrimônios material e imaterial, sejam elas guardadas pela população mais velha. Outro contraste é o acesso restrito à parte central da cidade e aos equipamentos e serviços de que a cidade dispõe, em razão de uma configuração geográfica que se orienta para a apropriação desigual do espaço intra-urbano à qual Villaça (2001) denomina segregação socioespacial.⁵

Tal configuração comporta conflitos latentes que se manifestam por meio de diversas modalidades de violências, estas decorrentes das injustiças sociais. A concentração das terras urbanas – e também rurais – nas mãos de poucos, a não inclusão de grande parte da força de trabalho no mercado formal da habitação, a ausência de políticas urbanas e o aumento do custo de vida na cidade

⁵ Para Villaça (2001, p. 142) o conceito de segregação socioespacial pode ser expresso enquanto “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros”, embora essa concentração não implique necessariamente presença exclusiva.

aberto. A obra de cobertura desse canal redimensionou o curso final dos esgotos e águas pluviais, criando a Rua G – atual limite leste da ocupação. As obras da inacabada Praça da Juventude – atual limite sul da ocupação – e do equipamento Academia da Saúde no bairro Filadélfia demandaram um aterramento parcial prévio da área. Essas informações demonstram o perfil de área ambientalmente frágil em que estão os moradores e as moradoras da referida ocupação.

O terreno ocupado corresponde a um terreno público municipal com área total de 3.500 m². O equipamento Academia da Saúde (Figura 1), em torno do qual os moradores e as moradoras construíram suas primeiras unidades habitacionais (Figura 2), abrange um conjunto de modestos instrumentos em metal e concreto para a realização de exercícios físicos, um pequeno galpão coberto, um equipamento lúdico em madeira para atividades infantis, um pequeno quarto para fins de depósito ou vestiário e um banheiro, com vaso sanitário e chuveiro. Ressalte-se que o equipamento nunca chegou a ser concluído e entregue à população.

Figura 1 – Equipamento Academia da Saúde.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Figura 2 – Moradores e as primeiras barracas.



Fontes: HENRIQUE, 2015 (acima);
RIBEIRO, 2015 (abaixo).

A quantidade de pessoas morando na ocupação variou no tempo. No princípio, em agosto de 2015, a ocupação foi espontânea, porém bastante rápida, chegando a haver mais de trezentas barracas no local em menos de uma semana. Após alguns meses, o número de ocupantes começou a diminuir, chegando ao ponto que, em maio de 2016, somente seis famílias viviam nas barracas. A partir de agosto de 2016, após um morador construir a primeira casa de alvenaria, diversas famílias começaram a voltar para a ocupação a fim de fazer o mesmo.

Atualmente, 37 famílias moram nessa ocupação e há mais duas centenas de famílias que, apesar de não estarem morando no local, estiveram presente no início do movimento e possuem cadastro habitacional. Há 30 casas construídas em alvenaria, 5 construídas com madeirite, 3 casas de pau a pique e 2 ainda são barracas, como quando tudo começou.⁷

Apesar de, ainda em 2015, a Prefeitura Municipal de Iguatu (PMI) ter desistido de uma ação judicial de reintegração de posse, inclusive já após ter conseguido uma decisão liminar para a retirada dos moradores e das moradoras do local, nada impede que novo pedido de reintegração de posse seja ajuizado. Assim, os sujeitos sociais que ali residem vivem entre a esperança de serem beneficiados por uma política habitacional que lhes conceda uma casa popular e o medo de serem retirados de seu atual lugar de moradia sem a segurança de poderem entrar em uma nova casa.

Nesse sentido, a fim de concretizar a esperança e afastar o medo, os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia empreendem uma luta pelo direito à moradia digna. A frase “Quero uma casa!” figura como uma porta de entrada, a partir da qual nos aventuramos a investigar as representações sociais sobre a moradia que esses sujeitos elaboram e compartilham, representações essas que se relacionam, inclusive, com seus comportamentos e ações na referida luta.

A ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Na organização dos capítulos buscamos recompor a experiência acadêmica vivenciada durante a pesquisa. Nesse sentido, o itinerário trilhado muito

⁷ Há três casas em alvenaria sem morador ou moradora.

se assemelha à proposta de Magnani (2002), posto que iniciamos o caminho com uma abordagem “de fora e de longe”, na qual a ênfase recai sobre teorias e explicações macrossociológicas, sendo que os moradores e as moradoras da cidade ocupam uma posição secundária, quando esses sujeitos aparecem no cenário dessas concepções. Essa abordagem está consubstanciada no Capítulo 2, *Para (re)(des)construir uma concepção de moradia*.

Em seguida, apresentamos as análises das representações sociais da moradia identificadas a partir das experiências vivenciadas durante o trabalho de campo. Para tanto, mudamos a perspectiva da abordagem, deixando aquele olhar “de fora e de longe” para adotarmos um olhar “de perto e de dentro”, de modo que a imersão no campo nos possibilitou conhecer o cotidiano dos moradores e das moradoras da Ocupação Filadélfia e os saberes elaborados e partilhados por esses sujeitos, saberes esses que se relacionam com o modo como as pessoas que moram na referida ocupação pensam e agem sobre o real.

Descrevemos, no Capítulo 3, *Exclusão e (r)existência cotidianas*, o processo de mobilização e organização para a realização da Ocupação Filadélfia, bem como as trajetórias habitacionais dos moradores e das moradoras do local e o processo de sua formação identitária. Acreditamos que as representações sociais da moradia elaboradas por esses sujeitos não iniciaram a partir do momento da ocupação da área em que vivem desde meados de 2015, mas elas deitam suas raízes em processos mais amplos que são as experiências habitacionais dos sujeitos da pesquisa, as quais forjaram ao longo do tempo sua forma de enxergar o mundo e, especialmente, a casa.

No Capítulo 4, *Os moradores e as moradoras insistem: “Quero uma casa!”*, continuamos a apresentar as análises das representações sociais da moradia em perspectiva relacional, a partir das relações dos moradores e das moradoras com o Poder Público local e com o território em que vivem. Nas experiências vivenciadas com esses sujeitos em seu cotidiano, foi possível ultrapassar as explicações superficiais e adentrar um universo mais profundo de suas subjetividades, descobrindo os valores de uso da moradia. Também, abordamos as representações sociais sobre a moradia elaboradas pelas crianças, a partir da inserção no universo infantil por meio de atividades lúdicas.

Nas considerações finais, o exercício de um “olhar integrado” ocupa a centralidade da reflexão. Magnani (2002) trabalha com as categorias “de fora e de

longe”, “de perto e de dentro” e “olhar distanciado”. Para esta última, preferimos utilizar a terminologia “olhar integrado”, uma vez que nos propusemos ao exercício de recapitulação do trabalho realizado e de reordenação da estrutura dos capítulos, bem como de conjugar os olhares “de fora e de longe” e “de perto e de dentro” para reconhecermos as contribuições da pesquisa e lançarmos novos olhares sobre a cidade de Iguatu e, especialmente, sobre a Ocupação Filadélfia, seus moradores e suas moradoras.

Recapitulamos as perguntas a que a pesquisa se propôs e as respostas alcançadas a partir das abordagens e análises “de fora e de longe” e “de perto de dentro”. Relatamos, também, os obstáculos e as limitações encontrados durante a realização do trabalho de campo, bem como a necessidade de intervenções práticas no sentido de fortalecer a luta pelo direito à moradia empreendida pelos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia.

Foi a partir do exercício desse “olhar integrado”, também, que foi possível escrever o Capítulo 1, *Fundamentos teórico-metodológicos e protagonistas*, a fim de realocar neste texto os fundamentos teóricos da pesquisa e os procedimentos metodológicos desenvolvidos. Ainda nesse capítulo, são apresentados os sujeitos da pesquisa, protagonistas da luta pela moradia digna no espaço urbano do Município de Iguatu-CE, sem os quais – os sujeitos e sua luta pela moradia digna – essa investigação não teria sido possível.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E PROTAGONISTAS

1.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONHECER O MUNDO E AGIR SOBRE ELE

A partir da compreensão das representações sociais enquanto formas de conhecimento particular elaboradas socialmente e cujas funções consistem na elaboração de comportamentos e na comunicação entre indivíduos (Moscovici, 1978), como afirmado anteriormente, é possível inferir que os conhecimentos produzidos pela Academia sobre a moradia, particularmente a moradia precária, não constituem a totalidade dos saberes sobre a temática.

A exclusão/marginalização social a que estão sujeitos os moradores e as moradoras das periferias urbanas é tamanha que eles estão ausentes, inclusive, em algumas abordagens que tentam explicar a realidade urbana, como se não fizessem parte da cidade. A hegemonia dos saberes produzidos na Academia parece relegar a um segundo plano os saberes elaborados pelo senso comum no cotidiano desses espaços periféricos.

No entanto, é preciso valorizar a saga dos moradores e das moradoras das periferias urbanas que protagonizam a luta pelo direito à moradia, pelo direito de serem inseridos na cidade e na sociedade. A experiência cotidiana desses sujeitos produz saberes que não são frutos de especulações ou simples abstrações, mas decorrem da realidade vivida, do clamor por justiça social por parte daqueles que sofrem a espoliação urbana (KOWARICK, 1979).⁸

Não se trata aqui de contrapor conhecimento científico e senso comum para medirem forças e identificar qual deles sai vitorioso de uma batalha em torno da validade dos seus fundamentos. Toda representação social carrega consigo tanto um conhecimento científico quanto um conhecimento popular. Trata-se, então, de compreender que são duas formas distintas de compreender o mundo, o que Moscovici (1978), ao elaborar a teoria das representações sociais, chama de universo reificado e universo consensual, respectivamente.

No universo consensual, os sujeitos são livres e iguais, podendo

⁸ O conceito de espoliação urbana traduz “o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 59).

falar em nome do grupo, uma vez que não há que se falar aqui em competência exclusiva. Os sujeitos podem agir como amadores responsáveis, manifestando suas opiniões, seus pontos de vista sobre temas diversos (MOSCOVICI, 2015). Nesse universo, o sentido de tudo se baseia nos saberes partilhados pela coletividade, de modo que o ser humano pode ser considerado como a medida de todas as coisas. Consideradas como “teorias do senso comum”, as representações sociais

... surgem em todos os lugares onde as pessoas se encontram informalmente e se comunicam: no café da manhã, no almoço e no jantar; nas filas do ônibus, do banco e do supermercado, no trabalho, na escola e nas salas de espera; nos saguões, nos corredores, nas praças e nos bares; talvez, principalmente nos bares e botequins, em pé ou sentado, para um cafezinho, uma *happy hour* ou uma noitada “jogando conversa fora”. Faz simplesmente parte da vida em sociedade (SÁ, 1995, p. 26).

As representações sociais têm origem no cotidiano, a partir dos discursos aí realizados, dos comportamentos e práticas sociais. Elas remetem aos conceitos e explicações cotidianos, configurando-se como fenômenos tangíveis cuja presença se cristaliza nas falas, nos gestos e nas relações sociais do dia a dia (MOSCOVICI, 1978).

No universo reificado, por sua vez, os sujeitos são desiguais, posto que a sociedade encerra um sistema de entidades sólidas, indiferentes à individualidade. As competências específicas exigidas impõem limites aos graus de participação dos sujeitos nessa sociedade (MOSCOVICI, 2015). Desse modo, a fala de um profissional é restrita à sua área, uma vez que é determinada pelo grupo do qual participa (arquitetos, psicólogos, médicos, economistas, advogados, etc.).

À proporção que as ciências estão para o universo reificado, as representações estão para o universo consensual. Enquanto o primeiro visa mapear fenômenos que independem de nossos desejos, são exteriores a nossa consciência e diante dos quais devemos nos portar com imparcialidade, as representações sociais “restauram a consciência coletiva e lhe dão forma explicando os objetivos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos” (MOSCOVICI, 2015, p. 52).

Como afirmado anteriormente, não se trata de contrapô-los, mas de compreender que são formas distintas de compreender e explicar o mundo. Assim, no tocante à moradia, esta pode ser pesquisada a partir desses dois enfoques, a saber: o das experiências vividas no cotidiano e o das teorias científicas,

particularmente as macroestruturais e macrosociológicas. Um estudo completo deve contemplar as peculiaridades hauridas nas vivências cotidianas, sem, no entanto, prescindir de um quadro referencial teórico que abranja as condições estruturais da sociedade.

No princípio do itinerário da pesquisa, buscamos compreender, a partir de um referencial teórico (capítulo 2), a questão da moradia, relacionando-a, sobretudo, à urbanização e ao direito nas escalas internacional, nacional, regional e local, mas sem adentrar as particularidades existentes nessa última escala. As questões macroestruturais e macrosociológicas ali estavam presentes, porém não havia o cotidiano, onde a vida acontece, onde as pessoas experimentam o mundo e tentam explicá-lo de uma forma mais natural que a ciência, repleta de rigores técnico-metodológicos.

Mais que uma forma de compreender o mundo, a teoria das representações sociais consiste em uma forma de com ele se relacionar. Elas se ligam diretamente à prática social e configuram um modo peculiar de compreender e comunicar o que já sabemos. Seu estudo perpassa pela reflexão de como a sociedade pensa e age, posto que elas constituem um modo de conhecimento prático produzido a partir das experiências vividas no cotidiano que, unindo um sujeito a um objeto, são utilizadas para agir sobre o mundo e o outro (JODELET, 2001).

Sobre o caráter prático das representações sociais, Moscovici (1978) afirma que elas se orientam para a ação, à proporção que remodelam e reconstituem componentes do ambiente no qual ocorrem os comportamentos. O pensamento do sujeito social comum não é o mesmo que o do cientista, destacados dois aspectos: aquele não racionaliza sempre e não se restringe a uma lógica rígida, mas se orienta por uma “lógica natural”; e o conhecimento é processado pelos sujeitos sociais comuns de modos singulares, conforme seus interesses e seus valores (MOSCOVICI, 1978; 2015).

A escolha da teoria das representações sociais também se justifica por conta da valorização do cotidiano, onde os sujeitos concretos existem e fazem história, inclusive produzindo saberes que se fossilizam nas falas, nos gestos, nas ações desses sujeitos. Fruto de uma construção social, as representações sociais acontecem sem necessidade de muitas elucubrações, surgem espontaneamente, brotam das experiências de vida no dia a dia das pessoas comuns, de suas crenças

e das interações entre elas.

A imersão no campo abriu espaço para a abordagem “de perto e de dentro”, a fim de investigar as representações sociais elaboradas pelos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia sobre a moradia. Identificar representações sociais não é tarefa fácil, posto que “quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal...” (MOSCOVICI, 2015, p. 41).

Além de observar o cotidiano dos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia e falar com eles, o deixar-se envolver pelas dinâmicas cotidianas vividas por tais sujeitos e experimentá-las emerge como fundamental para chegar às representações sociais. Os saberes sobre a moradia e sobre o mundo ali produzidos se relacionam diretamente com o concreto vivido, num contexto de desigualdades sociais concretas.

Identificar as representações sociais sobre a moradia exige atribuir a centralidade da pesquisa às pessoas que moram no referido espaço da periferia urbana de Iguatu, sem, no entanto, prescindir da existência de estruturas socioeconômicas que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

Sabe-se que as representações sociais são sempre de um sujeito sobre um objeto, de modo que não há representação sem sujeito e objeto (MOSCOVICI, 1978, 2015; JODELET, 2001; SÁ, 1998). Todavia, não há uma separação excessivamente rígida entre sujeito e objeto, como é característico na ciência moderna. Não há uma cisão preestabelecida entre o mundo exterior e o universo do sujeito. No âmbito das representações sociais, o objeto se circunscreve numa perspectiva dinâmica, uma vez que é concebido enquanto prolongamento do comportamento do sujeito ou do grupo a que pertence e para eles faz sentido e é valorizado (MOSCOVICI, 1978).

Uma representação social consiste em um conjunto de valores, ideias e práticas cujo intuito é firmar uma ordem a fim de que os sujeitos possam se orientar em sua realidade física e social e controlá-la; bem como para viabilizar que sujeitos pertencentes a um mesmo grupo se comuniquem entre si, a partir de um código para nomear e classificar diversos matizes de seu mundo, afirma Moscovici (2015). Em sua principal obra, o autor se refere, ainda, às representações sociais como

... entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos consumidos ou produzidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados [...] as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro lado, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

De modo mais sintético, Jodelet (2001, p. 22) define as representações sociais enquanto “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” Por sua vez, para Abric (2001), a representação social consiste em um conjunto ordenado de opiniões, de crenças e de informações relacionadas a determinado objeto ou situação, sendo determinada, simultaneamente, por: a) o sujeito que a elabora; b) o sistema social e ideológico em que está inserido; e c) o caráter dos vínculos com tal sistema social.

Toda representação social carrega consigo tanto um conhecimento científico quanto um conhecimento popular, como afirmado anteriormente. Eles operam na difusão e transformação daquela. Para Moscovici (2015), a descrição do conteúdo da representação social não é suficiente; antes, faz-se necessária a compreensão de que tal conteúdo consiste em uma representação que elucida a forma como os sujeitos sociais pensam, agem e se comunicam.

A criação de representações sociais está relacionada à necessidade de que os sujeitos possuem de “tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (MOSCOVICI, 2015, p. 54), isto é, buscar compreender o que é desconhecido até então, de modo que se possa explicar melhor um determinado objeto. No mesmo sentido, acerca do por que criamos representações sociais Jodelet (2001, p.19) afirma:

Sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações [...] Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma decisiva.

Para o processo de elaboração das representações sociais concorrem dois mecanismos, a saber: a ancoragem e a objetivação, com aquele

intuito de tornar familiar o não familiar. Tais mecanismos, também, ajudam a compreender como as representações sociais funcionam. Ressalte-se que, apesar de a estrutura das representações poder ser descrita por meio de categorias (ancoragem e objetivação), no âmbito fenomenal as representações sociais ocorrem de forma direta e imediata.

Por meio da ancoragem, o sujeito torna próximo o objeto desconhecido transformando-o em seu sistema particular de categorias, colocando-o em um paradigma que lhe soa familiar, isto é, o sujeito busca, a partir das representações preexistentes, classificar o objeto, pondo-o em um contexto conhecido. De acordo com Moscovici (2015, p. 61), “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras.”

Nesse sentido, a ancoragem se configura como uma integração cognitiva do objeto representado com o sistema de pensamento social preexistente do sujeito (SÁ, 1998). Todavia, não se restringe a uma graduação ou rotulação do objeto até então desconhecido. Para Moscovici (2015), o principal objetivo é formar opiniões, o que é alcançado por meio da facilitação da interpretação de características.

Já o mecanismo da objetivação se traduz como a concretização ou materialização do objeto, dando forma ao objeto, emprestando-lhe materialidade. Esse mecanismo transforma noções até então abstratas em um objeto concreto e acessível, reproduzindo o conceito em imagem. Conforme Moscovici (2015, p. 61),

O objetivo do segundo mecanismo [objetivação] é objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. As coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário começa a assumir a realidade de algo visto, algo tangível.

Trata-se de um processo da imaginação, onde as representações se revestem de uma forma simbólica, para a reprodução de uma imagem. Para Moscovici (2015, p. 76), a tendência à objetivação se configura como um animismo às avessas, uma vez que “nós não apenas imaginamos um objeto, mas criamos, em geral, uma imagem com a ajuda do objeto com o qual nós os identificamos”.

Ressalte-se que, no processo de elaboração de uma representação social, o ato de representar não se reduz a reproduzir um objeto; ele remete à

“produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma dada reação a um dado estímulo exterior” (MOSCOVICI, 1978, p. 50). Em outras palavras, trata-se de “reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto”, a ponto de criar uma impressão de realismo (MOSCOVICI, 1978, p. 58).

Nesse processo, também, a memória possui um papel imprescindível. Por meio da ancoragem, a memória se dirige para dentro ao colocar e retirar objetos, naquele movimento de classificá-los e dar-lhes nome. Por meio da objetivação, a memória se dirige para fora, exportando conceitos e imagens a fim de juntá-los e reproduzi-los no mundo (MOSCOVICI, 2015).

Para Moscovici (2015), quando respondemos à pergunta “por que”, naquela tentativa de explicar uma realidade social que nos cerca, partimos de uma representação social. Todavia, a depender de quem fala e do lugar da fala (CERTEAU, 2014), a resposta apresentará variações. Nesse sentido, há uma heterogeneidade de representações.

Moscovici (2015) situa tal heterogeneidade ao afirmar a existência de causalidades de direita e de esquerda. Essas se fundam sobre argumentações situacionais para explicar determinados fenômenos sociais. Já aquelas utilizam relações de causalidade que fazem recair sobre as pessoas a responsabilidade por determinados fenômenos sociais. Assim, a depender de seu lugar social (CERTEAU, 2014), o sujeito segue um desses modelos de causalidade.

Classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas o veem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada uma faz isso de acordo com suas próprias categorias. Para as primeiras o indivíduo é que é responsável por tudo o que lhe acontece e especialmente os seus fracassos. Para as segundas, os fracassos se devem às circunstâncias que a sociedade cria para o indivíduo. É nesse sentido que a expressão causalidade de direita / de esquerda [...] pode ser aplicada a casos concretos (MOSCOVICI, 2015, p. 87-88).

De acordo com Moscovici (2015), através da ação e da circulação do pensamento de grupos minoritários, esses se opõem à opressão dos grupos de majoritários. Tal processo se transmite, quase imperceptivelmente, de geração a geração. Todavia, pode-se chegar ao ponto em que de tão enraizado na cultura, esse pensamento torna propícia a mudança social, um processo de ruptura.

Duveen (2015) ratifica aquela heterogeneidade de representações

sociais ao propor que as diferenças nas sociedades modernas são responsáveis por uma desigual distribuição de poder e pela elaboração de representações heterogêneas por parte dos grupos sociais.

Mais frequentemente, as representações sociais emergem a partir de pontos duradouros de conflito, dentro das estruturas representacionais da própria cultura, por exemplo, na tensão entre o reconhecimento formal da universalidade dos “direitos do homem”, e sua negação a grupos específicos dentro da sociedade. As lutas que tais fatos acarretam foram também lutas para novas formas de representações (DUVEEN, 2015, p. 16).

A partir desse ponto, parece restar claro que a representação social hegemônica sobre a moradia, consagrada pela lógica capitalista enquanto sonho da casa própria disponível à venda no mercado formal da habitação – particularmente vinculada ao valor de troca –, não consiste na única existente, ainda que a possibilidade de uniformização perpassa pelo projeto de dominação ideológica.

Nesse sentido, podemos inferir a relação entre representações sociais, o Direito enquanto normatividade e o direito enquanto luta de classes, especialmente a partir do lugar social dos sujeitos. Enquanto instrumento orientado para a legitimação da dominação burguesa, o Direito enquanto normatividade produzida pelo Estado difunde uma representação da moradia como direito fundamental – consubstanciada no “sonho da casa própria”, formalmente acessível a todos os cidadãos e a todas as cidadãs. No entanto, esconde-se a transformação da moradia em mercadoria, cujo acesso material não é garantido a todos e a todas, dadas as desigualdades sobre as quais se fundam a sociedade brasileira.

Na contramão do projeto burguês de homogeneização das representações sociais da moradia alicerçadas no valor de troca, emerge o direito enquanto luta de classes em torno do direito à moradia e do direito à cidade, numa perspectiva de valorização do valor de uso. Assim, os sujeitos sociais excluídos do mercado formal da habitação elaboram e compartilham representações sociais alternativas, as quais não se restringem a abstrações mentais, mas se relacionam diretamente às ações e comportamentos desses sujeitos, como já afirmado anteriormente, na luta pela efetivação do direito à moradia e do direito à cidade.

Ao termo dessa fundamentação, vale ressaltar a importância da pesquisa enquanto possibilidade de fazer emergir para a universidade e para a sociedade conhecimentos populares que contribuem para a compreensão da luta

pelo direito à moradia digna por parte daqueles e daquelas que não têm acesso ao restrito mercado formal da habitação. E para os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia representa o acesso ao conhecimento consciente dos saberes que eles produzem sobre sua luta pelo direito à moradia digna, fortalecendo-os perante a referida luta.

1.2 A CONSTRUÇÃO DE UM ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Dado o objeto de estudo investigado consistir nas representações sociais – que são sempre de um sujeito sobre um objeto, como afirmado anteriormente –, a abordagem qualitativa é a que melhor se prestou à pesquisa, não sendo muito pertinente a abordagem quantitativa, uma vez que o caráter exploratório da investigação também reforça a não efetividade de traduzir o objeto em números ou índices quantitativos.⁹

Em razão da natureza qualitativa da investigação, o grupo de estudo foi composto mediante a inclusão progressiva de sujeitos, sem estabelecer uma quantidade de participantes a priori, até um determinado momento em que ocorreu a saturação das ações, explicações e sentidos, isto é, quando se apresentou uma regularidade nos comportamentos, ações e falas dos sujeitos (DESLANDES, 2009).¹⁰

Assim, numa tentativa de aproximação da multiplicidade de dimensões da totalidade do problema investigado, adotamos critérios de seleção dos sujeitos participantes os mais amplos possíveis, de modo que os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia que aceitaram participar da pesquisa foram os

⁹ Para Minayo (2009, p. 21), “esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”.

¹⁰ De acordo com Deslandes (2009, p. 48), em pesquisas sociais de caráter qualitativo, a terminologia “grupo de estudo” é mais apropriada que a noção de “amostragem”, uma vez que “o ‘universo’ em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes”. Nesse sentido, a inclusão progressiva de sujeitos se justifica, em razão da impossibilidade de prefixar a quantidade total dessas variáveis citadas e o tamanho da amostra para representar essa totalidade.

sujeitos que compuseram o grupo de estudo, inclusive as crianças, como será posteriormente abordado.

Optamos por nos apoiar em duas categorias metodológicas e analíticas pensadas por Magnani (2002), já aludidas anteriormente: “de fora e de longe” e “de perto e de dentro”, sobretudo nessa última. Ao passo que a primeira não põe em primeiro plano os sujeitos sociais, ou ao menos os sujeitos com os quais desenvolvemos a pesquisa, a segunda aponta diretamente para a imersão do pesquisador no campo de estudos e possibilita a ele se acercar de um universo social peculiar e estabelecer relações com sujeitos sociais concretos.

... a escolha deste enfoque [olhar “de perto e de dentro”] não significa descartar estratégias e modelos de análise abrangentes sobre a cidade com base em técnicas de pesquisa que privilegiam dados quantitativos, documentais, etc.; ao contrário, penso que são complementares e o foco aqui proposto ganha outra dimensão quando aliado às conclusões de estudos conduzidos com outras metodologias, levando-se em conta as questões que só podem ser levantadas por eles (MAGNANI, 2002, p. 26-27).

Vale ressaltar que as relações de proximidade e de distanciamento não devem ser consideradas aqui num sentido absoluto (ELIAS, 2001), uma vez que as noções por elas sugeridas não podem ser categorizadas como duas atitudes isoladas que remetem a fenômenos diversos. Elas nos ajudam a pensar aquilo que acontece no *continuum* entre esses núcleos ideais.

Como já afirmado anteriormente, a abordagem “de fora e de longe” está consubstanciada no capítulo 2. A abordagem “de perto e de dentro” enquanto recurso metodológico abrange uma diversidade de técnicas, particularmente emergentes das circunstâncias experimentadas durante a imersão no campo. Mais que um conjunto de procedimentos, vale ressaltar que essa abordagem visa apreender o concreto vivido pelos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia, especialmente suas representações sociais sobre a moradia.

Inicialmente, propomos a utilização das técnicas de observação participante e entrevistas semi-estruturadas, acrescidas da sugestão da orientadora de desenvolvermos um trabalho com fotografias participativas. Antes, porém, de descrever o princípio de nossa inserção no campo, convém relatar o contexto no qual ela se deu.

Logo após a ocupação de áreas públicas urbanas, a partir de

meados de 2015, a PMI (tecnicamente, o Município)¹¹ ajuizou ações de reintegração de posse, solicitando a retirada dos moradores e das moradoras das áreas ocupadas.¹² Outra estratégia (CERTEAU, 2014) utilizada pela PMI, após a desistência das ações judiciais de reintegração de posse, constituiu em tolerar as ocupações urbanas, não incluindo na agenda política as demandas relacionadas à questão da moradia no Município. O não atendimento imediato das demandas dos moradores e das moradoras contribuiu para o esvaziamento da ocupação, de modo que, em meados de 2016, houve um momento em que só havia seis famílias morando na Ocupação Filadélfia, como já afirmado antes.

A partir da segunda metade de 2016, após a construção da primeira casa de alvenaria, pessoas que haviam deixado a ocupação começaram a retornar e a construir outras casas de alvenaria, processo que será abordado com mais profundidade no capítulo 3. No fim daquele ano, quando retornamos a Iguatu para a imersão no campo, além de algumas barracas, já havia uma dezena de casas construídas em alvenaria e outra dezena em processo de construção. Havia, aproximadamente, trinta famílias morando na ocupação.

Apesar de os primeiros contatos do pesquisador com a comunidade ter se dado antes de seu ingresso no curso de mestrado (abril/2016), em meio àquele gradual processo de esvaziamento e fragilização daquela ocupação, a imersão no campo enquanto procedimento metodológico da pesquisa se efetivou a partir de dezembro de 2016.

Ainda no fim de dezembro de 2016, participamos de uma reunião de moradores e moradoras, na qual fomos apresentados à comunidade pela líder Adelaide. Quase no fim da reunião, foi-nos concedida a palavra, momento que aproveitamos para apresentar, brevemente, a proposta de pesquisa e convidar os presentes a participarem dela.

A partir daí, já iniciamos as visitas à comunidade no mesmo dia. Já era noite, quando passeando por aquelas duas ruelas e conversando com alguns moradores e algumas moradoras, fomos convidados para entrar em duas barracas, convites que se repetiram nos dias seguintes.

¹¹ Tecnicamente o Município, porque é o ente federativo reconhecido constitucionalmente, sendo a PMI um órgão da Administração Pública Municipal.

¹² Dessas Ações de Reintegração de Posse em face dos moradores e moradoras das ocupações, a ação judicial que se refere à Ocupação Filadélfia foi protocolada no dia 02 de setembro de 2015 e corresponde ao Processo nº 98411-35.2015.8.06.0091, que tramitou na 2ª Vara do Fórum de Direito de Iguatu (CEARÁ, 2015b).

As primeiras visitas à comunidade (Figura 3) foram realizadas em dias e horários não previamente determinados, com frequência de duas vezes por semana,¹³ além da participação nas reuniões de moradores e moradoras, que ocorriam uma vez por semana, geralmente. Durante os primeiros encontros coletivos ou domésticos, grupais, familiares ou individuais, os objetivos eram apresentar a proposta da investigação e inserir-nos na comunidade, particularmente estabelecendo uma relação de confiança para com os moradores e moradoras. Com regularidade, as observações foram registradas em diário de campo.

Figura 3 – Primeiras visitas à comunidade.



Fonte: GECIARA, 2017.

A observação não se restringe ao ver e ouvir, mas compreende também o exame de fatos ou fenômenos que compõem uma realidade que se pretende pesquisar. Buscamos fazer uso da observação participante, na qual o pesquisador “se incorpora ao grupo, confunde-se com ele [...] e participa das atividades normais deste” (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 194).

A observação participante foi imprescindível para uma maior aproximação do cotidiano dos moradores e das moradoras das ocupações e, por conseguinte, das suas representações sociais sobre a moradia, uma vez que estas não são meramente entidades psicológicas, mas quase tangíveis, estando o cotidiano impregnado delas, como afirma Moscovici (1978).

Apesar de a observação participante permitir uma coleta de dados bastante ampla, é preciso considerar que ela ocorre a partir do pesquisador – que carrega consigo uma visão do mundo que lhe é peculiar. Assim, é preciso transformar “o exótico em familiar” e “o familiar em exótico”, ainda que tais transformações não sejam realmente perfeitas (DAMATTA, 1978).

¹³ A opção pela flexibilidade de dias e horários visou o estabelecimento de uma relação mais natural e menos rígida entre o pesquisador e os moradores e as moradoras. Visou, também, uma observação mais ampla, no sentido de que há moradores e moradoras que nem sempre estão o dia inteiro em suas casas, bem como de perceber uma diversidade de eventos que, caso fosse adotado o estabelecimento de dias e horários fixos, poderia ter reduzido as possibilidades de observação.

Durante os meses de março e abril de 2017, tentamos desenvolver com os moradores e moradoras um trabalho de fotografias participativas, com base na produção de Meirinho (2016). Realizamos duas oficinas na ocupação, das quais participaram uma média de 30 pessoas em cada. Todavia, não obtivemos muito êxito no resultado das atividades propostas, a saber: que os participantes sacassem fotografias de suas casas, da ocupação e/ou da cidade.

Nota do Diário de Campo – abril/2017

“Após as oficinas de fotografia, disponibilizamos duas câmeras para auxiliar os moradores e as moradoras a sacarem fotos de suas casas, da ocupação e/ou da cidade. Todavia, só recebemos seis fotografias. Alguns disseram que tinham esquecido; outros, que não tiveram tempo; outros, ainda, que não gostavam de ‘bater’ foto. Ainda assim, insistimos em passar de porta em porta, para pedir aos moradores e às moradoras para sacarem fotos. Alguns diziam que não sabiam mexer com a câmera, que não sabiam ‘bater’ foto, que passássemos outro dia, que não queriam bater as fotos. Além dessas respostas, conseguimos dez fotos.”

Naquele momento, alguns moradores e moradoras pensavam que o pesquisador fosse um funcionário da PMI e que, possivelmente, estava ali infiltrado para coletar informações para o referido órgão. Talvez, ainda fosse cedo para desenvolver aquela atividade e não estivesse tão firme aquela relação de confiança pretendida. Mais de uma dezena de vezes durante as visitas fomos interpelados com as seguintes perguntas: “Você trabalha pra a Prefeitura?” e “Ei, tu é funcionário da Prefeitura?”.

Apesar de não obtermos o resultado esperado com o trabalho de fotografias participativas, constatamos que os moradores e as moradoras se mostraram solícitos em atender ao nosso convite para participar das oficinas. Nesse sentido, em outros momentos, convidamos a comunidade a participar de outros encontros, geralmente à noite,¹⁴ na própria ocupação.

Os encontros tinham o propósito de, por meio de atividades de exibição e discussão de vídeos, consolidar aquela relação de confiança pretendida e dialogar com os moradores e as moradoras sobre questões relativas à moradia, particularmente sobre suas experiências concretas de carência e de luta. Geralmente, iniciamos os encontros com uma dinâmica de grupo, a fim de inserir os participantes na temática proposta, seguida de uma breve abordagem dialógica

¹⁴ A opção pelo horário noturno visou possibilitar a participação daqueles e daquelas que trabalhavam durante o dia. Também, em razão de que, no semiárido, o tempo atmosférico à noite é mais agradável que durante o dia.

sobre o assunto em pauta. Logo após a exibição de um vídeo, duas ou três questões previamente elaboradas serviam para orientar a participação dos presentes – em alguns momentos, bastante calorosa – e coletar suas opiniões.

Após aquelas duas oficinas, planejamos e realizamos seis encontros, com os seguintes temas: direito à moradia, memórias das barracas, viver na Ocupação Filadélfia, remoções forçadas e regularização fundiária.¹⁵ O sexto encontro, realizado em abril de 2018, teve o propósito de apresentar, em primeira mão, aos moradores e às moradoras da ocupação um resumo desta dissertação.

Após a Qualificação, planejamos, para os meses de novembro e dezembro de 2017, atividades infantis de contação de histórias (Figura 4) e oficinas de desenho e pintura (Figura 5). Desenvolvemos dois encontros de contação de histórias, em duas manhãs de domingo, dos quais participaram 17 e 18 crianças, respectivamente. Já as oficinas de desenho e pintura foram desenvolvidas uma vez com um grupo de 15 crianças juntas; e outra vez nas casas das crianças, em grupos de 3 a 7 participantes cada, com uma participação total de 19 crianças.

As entrevistas semiestruturadas, que inicialmente haviam sido pensadas como técnica principal para a coleta de dados, foram repensadas como técnica complementar. As questões das entrevistas foram organizadas em cinco partes, a saber: 1ª. Os sentidos e a importância da moradia; 2ª. Trajetória habitacional; 3ª. Poder Público e política pública (Anexo I). Essa organização não implicou uma rigidez dos assuntos das questões, mas visou a fluidez da comunicação quando da realização das entrevistas. Foram realizadas 15

Figura 4 – Contação de histórias.



Fonte: ERICK, 2017.

Figura 5 – Oficina de desenho e pintura.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

¹⁵ Os encontros aconteceram nos meses de junho, julho, agosto, novembro e dezembro de 2017.

entrevistas, preferencialmente no interior das casas (Figura 6), durante os meses de novembro e dezembro de 2017.

Figura 6 – Entrevistas com moradoras.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Vale ressaltar que ao longo da imersão no campo, que se estendeu até janeiro de 2018, também participamos, juntamente com os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia, de algumas reuniões com instituições e órgãos públicos (PMI, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Ministério Público Estadual do Ceará, Defensoria Pública Estadual do Ceará) para discutir sobre as ocupações na cidade e seus moradores e moradoras.

A análise dos dados foi orientada, principalmente, pelo método hermenêutico-dialético, de autoria de Minayo (1992). Os momentos de sua efetivação podem ser assim enumerados: I. ordenação de dados, no qual foram mapeados os dados coletados a partir do trabalho de campo; II. classificação de dados, que incluiu leitura exaustiva e repetida do material e estabelecimento das categorias relevantes para a pesquisa; e III. análise final, em que se buscou articular os dados com o referencial teórico e apresentar respostas às questões a que a pesquisa se propôs investigar.

Em razão da centralidade da abordagem “de perto e de dentro”, a ordenação dos dados consistiu, sobretudo, na reunião dos dados coletados por meio dos registros em diário de campo relativos às visitas e atividades desenvolvidas na ocupação, das entrevistas com as pessoas adultas que moram ali, bem como dos desenhos elaborados pelas crianças. Entretanto, isso não impossibilitou a busca e o acesso a documentos oficiais, aos quais foi atribuído caráter complementar.

A partir da leitura dos materiais, estabelecemos as seguintes categorias como principais: casa; luta pelo direito à moradia; inserção socioterritorial; família; infância. Como subcategorias, enumeramos: relações com o Poder Público; relações com o lugar de moradia; segurança, tranquilidade, descanso, conforto, solidariedade, festa, encontro e brincadeira.

Essa abordagem “de perto e de dentro” permitiu “identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques [...] de *fora e de longe*” (MAGNANI, 2002, p. 17). Mais que isso, permitiu compreender melhor esse “pedaço” da cidade, munindo-nos do “concreto vivido” como referente, a fim de podermos nos lançar para o exercício de interpretar a realidade, a partir de um “olhar integrado”, transcendendo o domínio em que atuam os sujeitos sociais, buscando uma lógica mais geral e, nesse sentido, dirigindo-se a uma antropologia da cidade.

1.3 PROTAGONISTAS

Não tratamos, no presente trabalho, de enfatizar a história dos grandes acontecimentos, dos grandes heróis, dos grandes homens, como afirmado antes. Mas, como Bertolt Brecht (1986, p. 167), perguntamos:

Quem construiu a Tebas das sete portas?
 Nos livros estão os nomes dos reis.
 Arrastaram eles os blocos de pedra?
 E a Babilônia várias vezes destruída,
 Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
 Da Lima dourada moravam os construtores?
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que
 A Muralha da China ficou pronta?

Quem faz a história? Para responder essa questão, há que se

considerar que não são a mesma coisa a história vivida e a história escrita. Enquanto aquela é construída no cotidiano por todas as pessoas, essa consiste no registro do que foi vivido por grupos sociais.

E continuamos: Quem produz o espaço urbano em Iguatu-CE? Quem mora nas ocupações urbanas do Município? Com essas questões, consideramos a importância de reconhecer os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia como sujeitos agentes da História, uma vez que, além de sofrerem em razão da exclusão social, até então estavam excluídos da História enquanto registro do vivido, historiografia. Assim, nosso esforço também se estende no sentido de incorporar os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia como novos sujeitos da história escrita.

Antes de elencar os nomes dos moradores e das moradoras da Ocupação Filadélfia, inclusive as crianças, queremos registrar uma ressalva: a líder Adelaide não mora na ocupação. Todavia, ela sempre esteve presente na linha de frente da luta pelo direito à moradia, desde a mobilização para realizar a referida ocupação. Foi ela quem nos apresentou à comunidade e, na medida do possível, sempre incentivou a realização de atividades da pesquisa junto com os moradores e as moradoras e delas participou. Seu apoio à luta pelo direito à moradia e às nossas atividades durante a imersão no campo e sua participação nelas foram e são de inestimável valor.

Cícero, Ismênia, Lucas, Moisés, Larysse, Claudiene, Lívia, Letícia, Graciliano (Gagá), Brasiliano, Pedro, Jholly Maiara, Jones, Aline, João Delmino, Felipe, Dona Maria de Jesus, Chiclete, Naninha, Andressa, Romário, Antônio Marley, Rhanna, Rosineide, Damião, Daniele, Daniel Batista, Marineide (Nem), Cosmo (Neguim), Carlos Henrique, Marcos Vinicius, Buguinha (in memoriam), Diel, Jucielma, Ângelo, Ícaro, Queixinha, Francisca das Chagas, Karlisson, Witalo, Kaique, Denilson, Gerlânia, João Ewerton, Miguel Bernardo, Daniel, Liliane, Fábio, Juciana, Ítalo, Wesley, Juverlânia, Arleudo, Ailla, Alice, Alessa, Eduardo, Maria Aparecida (Maloura), Juverlândio (Jú), José Ferreira (Zé Pintão), Raimundinha, Edilânia, Edivan, Edivânia, Joelma, Ivanildo (in memoriam), Ramon, Israel, Leda (in memoriam), Renan, Renata, Tereza, Cabral, Terezinha, Marcos, Gerlândia, Manoel, Ana Paula, Marlos, Márcio, Apoliano, Suzi, Francisco, Maria Cândida, José Pereira (Zé), Francisca, Vitor, Cícera, Lara, Lorrane, Roberlânia (Nega), Heloísa, Evelyn, Maycon, Angeline,

Crispim, Dona Maria de Fátima, Dorgival, Joaquim, Eric, Maria de Fátima, Wilian, Val, Natanielly, Kalleby, Gordim, Poliana, Maria Erivânia (Mônica), Rafael, Enzo Gabriel, Irmão, Cleide, Sandoval, Beatriz, Fiama, Edvaldo, Kawan, Luan, João Vitor, Ana Sofia, Anderson Luan, Kawan, Kaiane, Cristiano, Lara, Flávia, Ana Luiza, Cícero Geciana, Geciara, Apoliana, Maria Vitória, Fernanda, Kawê, Francisco Duarte (Cícero), Gildeane, Lara, Murilo, João Miguel, Mirian, Emanuel, Maria Sofia, Nazareno, Antonia Vieira, Alane, Gedeon, Priscila, Ana Beatriz e Maria Luiza (Figura 7).

Figura 7 – Moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

2 PARA (RE)(DES)CONSTRUIR UMA CONCEPÇÃO DE MORADIA

Parece ser lugar comum na sociedade brasileira uma concepção hegemônica de moradia enquanto direito humano. Todavia, essa concepção não é exclusiva, e sua construção não se deu sem críticas e oposições. Para fazer uma analogia à proposta de Santos (2001), a moradia como direito humano parece uma fábula, ou seja, assim nos fazem vê-la. Mas há uma perversidade, pois, no mundo, como ele é, a moradia se transformou em mercadoria. E, talvez, seja possível ensaiar outra concepção de moradia, como ela pode ser, particularmente a partir da visão das pessoas pobres e excluídas do mercado formal da habitação.

Neste capítulo, objetiva-se apresentar o itinerário histórico da constituição de uma concepção hegemônica de moradia, apresentada como direito humano. Nesse mesmo processo, busca-se, também, vislumbrar a transformação da moradia em uma mercadoria. Para tanto, a abordagem se inicia com a apresentação do direito à moradia no âmbito do Direito Internacional enquanto um direito humano que não se restringe a uma casa, com quatro paredes e um teto. Antes, o direito à moradia enseja o direito a um padrão de vida adequado.

Todavia, observa-se um descolamento entre as normas de direito internacional relacionadas ao direito à moradia e a realidade habitacional vivida por bilhões de pessoas no planeta. Esse descolamento entre a legislação e a realidade se repete no Brasil, onde a concentração da terra nas mãos de poucos sempre foi uma realidade e o direito à moradia digna, um privilégio para poucos.

A legislação cumpriu – e cumpre – papel decisivo para a sustentação e manutenção de uma sociedade patrimonialista calcada na desigualdade social. Das sesmarias, passando pela Lei de Terras de 1850, até a nova ordem civil-constitucional, as normas jurídicas sobre posse, propriedade da terra e urbanismo se associaram a uma perspectiva de desenvolvimento concentrador e excludente.

Com o advento da República e do processo de urbanização brasileira, as cidades se multiplicaram, reproduzindo uma segregação socioespacial com base no par centro x periferia. Morar no centro não consistia em um direito, mas um privilégio para poucos; e morar na periferia era o reflexo do processo histórico alicerçado na desigualdade e exclusão social. Embora as cidades consistam em uma construção social, sua apropriação se deu de modo privado e excludente.

No contexto regional cearense, a urbanização se vincula ao processo histórico de expansão econômica baseado na pecuária e, posteriormente, no algodão. A expansão do ciclo do algodão e das ferrovias gestaram, na prática, a configuração da rede urbana cearense tal como a conhecemos. Considerar as peculiaridades da urbanização cearense em razão de seu processo histórico é muito importante, uma vez que ela não se pauta, em geral, sobre um forte processo de industrialização.

Em nível local, a urbanização de Iguatu parece reproduzir características da urbanização nacional e regional. Desde o período colonial, a área central de Iguatu foi estabelecida no Quadro da Matriz, em torno da Igreja de Senhora Sant'Ana. Posteriormente, em razão do crescimento econômico ligado ao algodão, aquela área central se expandiu em direção à Estação Ferroviária.

Da concentração de equipamentos públicos e privados nessa área central parece emergir uma disputa pela acessibilidade ao centro (VILLAÇA, 2001), diferenciando claramente, segundo uma lógica de mercado, as moradias do centro e da periferia da cidade, bem como seus respectivos moradores e moradoras. A moradia na cidade legal é privilégio para poucos que podem por ela pagar. Já a moradia na cidade ilegal ocupa um anel periférico em torno do centro e abriga famílias que não dispõem de acesso às condições para uma moradia digna.

Ao fim do capítulo, abordamos o direito à cidade como uma necessidade de ampliar os horizontes da discussão em torno do direito à moradia, posto que esse está contido naquele; para parafrasear Lefebvre (2011, p. 86): “o problema da cidade ultrapassa enormemente o da moradia.”

Refletir sobre o direito à cidade é um convite não somente à desconstrução de uma concepção da moradia enquanto mercadoria, mas à reconstrução do direito à cidade, que em si inclui o direito à moradia, enquanto projeto de superação das excludentes relações socioespaciais no cotidiano urbano.

2.1 O DIREITO À MORADIA E OS DIREITOS HUMANOS

No âmbito internacional, a identificação da moradia enquanto direito humano parece remontar a meados do século XX. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados participantes da Organização das Nações Unidas (ONU)

estabeleceram a dignidade da pessoa humana como núcleo central do Direito Internacional e reconheceram, formalmente, uma série de direitos humanos a partir de diversos documentos internacionais (ACCIOLY & SILVA, 2002).

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (DUDH) é o grande marco por meio do qual os direitos humanos – e dentre eles o direito à moradia, no artigo XXV¹⁶ – devem ser protegidos universalmente, passando o ser humano a ser encarado como um sujeito internacional de direitos, para além de um cidadão em seu Estado (ACCIOLY & SILVA, 2002).

Em 1966, foi firmado o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Em seu artigo 11,¹⁷ ratifica o direito à moradia enquanto direito humano, a ser promovido e protegido pelos Estados signatários. Ressalte-se que tais documentos tratam do direito à moradia junto a outros direitos, os quais se relacionam à dignidade inerente à pessoa humana e corolários a ela.

A construção histórica do direito à moradia no âmbito internacional permite a sua inserção no contexto dos direitos de segunda dimensão (direitos econômicos, sociais e culturais), os quais, de acordo com Bobbio (2004), exigem, para além de um dever de abstenção do Estado frente aos direitos do indivíduo, uma prestação positiva do Estado, no sentido de promover e garantir tais direitos.

Os direitos de segunda geração surgiram na primeira metade do século XX, numa esfera nacional. Mas, se consolidaram, formalmente, na segunda metade do referido século, enquanto direitos humanos reconhecidos na esfera supra-estatal.

Além daqueles dois documentos anteriormente citados, outros diplomas internacionais abordam o direito à moradia, dentre os quais se podem destacar: a Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver (ONU, 1976); a Declaração sobre Assentamentos Humanos de Istambul (ONU, 1996); e,

¹⁶ “Artigo XXV – 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (ONU, 1948).

¹⁷ “Artigo XI – 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento” (ONU, 1966).

recentemente, a Conferência da ONU, em 2016, em Quito, Equador, sobre a moradia e o desenvolvimento urbano sustentável.¹⁸

Sobre o conteúdo do direito à moradia, a Declaração de Vancouver defende que o direito à moradia não é apenas uma unidade na qual habita uma família, porém um sistema integral que também compreende o terreno, a infraestrutura para urbanização e serviços e o equipamento social e comunitário, observados os contextos cultural, socioeconômico, político e físico-ambiental (ONU, 1976).

Sobre o artigo 11 do PIDESC, o Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU parece ratificar o caráter de interdependência dos direitos sociais e a concepção de que o direito à moradia não pode ser interpretado restritivamente, mas de modo amplo, considerando as necessidades básicas da pessoa para que a sua dignidade humana seja respeitada.

7. Segundo o ponto de vista do Comitê, o direito à habitação não deveria ser interpretado em um sentido estreito ou restrito que o equipara com, por exemplo, o abrigo provido meramente de um teto sobre a cabeça dos indivíduos ou julga o abrigo exclusivamente como uma mercadoria. Diferentemente, isso deveria ser visto mais propriamente como um direito a viver, onde quer que seja, com segurança, paz e dignidade [...]

8. Assim, a concepção de adequação é particularmente significativa em relação ao direito à habitação, desde que serve para realçar um número de fatores que devem ser levados em consideração para constituir “habitação adequada”, pelos propósitos da Convenção. Enquanto a adequação é determinada em parte por fatores sociais, econômicos, culturais, climáticos, ecológicos e outros fatores, o Comitê acredita, contudo, que é possível identificar certos aspectos do direito que devem ser levados em consideração para este propósito em qualquer contexto particular. Eles incluem os seguintes:

- a. Segurança legal de posse [...]
- b. Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura [...]
- c. Custo acessível [...]
- d. Habitabilidade [...]
- e. Acessibilidade [...]
- f. Localização [...]
- g. Adequação cultural [...] (ONU, 1991)

A Agenda 21, da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, a ECO-92, tratou sobre a promoção

¹⁸ Com menor ênfase, podem ser citados: a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, artigo 21 (ONU, 1951); a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, artigo V, e, iii (ONU, 1968); a Convenção Americana de Direitos Humanos (OEA, 1969); a Declaração sobre Raça e Preconceito Racial, artigo 9, 2 (ONU, 1978); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, artigo 14, 2, h (ONU, 1979); a Convenção sobre os Direitos da Criança, artigo 21, 1 (ONU, 1989); a Convenção dos Trabalhadores Migrantes, artigo 43 (ONU, 1990); e a Agenda 21, capítulo 7 (ONU, 1992).

do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, estabelecendo que “o acesso a habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas” (ONU, 1992).

Em outro documento, que também trata especificamente sobre o direito à moradia adequada, as ONU reiteram essa concepção anteriormente citada:

Una vivienda adecuada debe brindar más que cuatro paredes y un techo. Deben satisfacerse varias condiciones para que una forma particular de vivienda pueda considerarse que constituye “vivienda adecuada”. Estos elementos son tan fundamentales como la oferta y disponibilidad básicas de vivienda. (ONU, 2010, p. 3-4)

A partir do exposto, na seara do direito internacional, pode-se afirmar que o direito à moradia enseja o direito a um padrão de vida adequado, o direito de uma pessoa humana possuir acesso a um lar e uma comunidade com condições de se viver em paz e segurança, com dignidade e saúde física e mental. Para sua efetivação, devem ser garantidos minimamente a segurança da posse, a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, um custo acessível, a habitabilidade, a não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, a localização adequada e a adequação cultural, como preconizam as conferências e declarações internacionais.

Todavia, o descompasso entre as disposições jurídicas internacionais sobre a moradia enquanto direito humano e a realidade habitacional vivida por bilhões de pessoas parece apontar para uma grande contradição, a saber: os direitos humanos não são de caráter universal. Desde sua origem, parecem possuir um caráter eminentemente particularista, ou mais especificamente, classista.

Hunt (2012) descreve a gênese dos direitos humanos a partir dos interesses particularistas das treze colônias americanas na luta por sua independência e, em seguida, da burguesia francesa para ascender politicamente, apesar de esses grupos adotarem uma concepção universalista de tais direitos nas declarações de direitos proclamadas por esses movimentos ditos revolucionários.

Assim, convém apontar a historicidade dos direitos humanos. Eles surgiram em determinado momento histórico, no século XVIII, ligados, inicialmente, ao projeto de ascensão política da burguesia. De modo que não são a-históricos, mas fruto de uma construção social (TRINDADE, 2012).

Para Bobbio (2004, p. 5), os direitos humanos são historicamente

construídos, “nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes”. E acrescenta que seu surgimento se deu de forma gradual, ou seja, “não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.

Os direitos humanos têm, ainda, uma origem ideológica. Precipitada a Revolução Francesa, a burguesia passou de revolucionária a conservadora, retendo o ideário dos direitos na igualdade formal de todos perante a lei, uma ficção jurídica com função social de preservar o domínio imposto por aquela classe. Assim, tais direitos eram reduzidos a “uma ideologia, no sentido de discurso legitimador da nova dominação de classe” (TRINDADE, 2012, p. 131).

Marx esclarece que a emancipação política não é sinônimo de emancipação humana, assim como o “homem” considerado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 se restringe ao membro da sociedade burguesa (MARX, 1991). As críticas se referem ao fato de a Declaração estar muito relacionada aos interesses da burguesia, porque tutelava seus direitos, no processo de dominação da sociedade e do Estado, em substituição ao Antigo Regime.

Para Marx (1991), a emancipação humana implicaria o fim da sociedade burguesa. Mais que mudanças políticas, ela demandaria uma revolução com foco nas relações sociais e na abolição da propriedade privada.

No século XIX, a bandeira dos direitos humanos mudou de mãos, o que implicou mudança de caráter. Eclodiram revoltas populares, revoltas trabalhistas e greves e outras repostas às ofensivas do projeto do liberalismo econômico, que possuía o germe da exclusão próprio do modo de produção capitalista. No século seguinte, lutas operárias e camponesas pressionaram a expansão dos direitos humanos (até então civis e políticos) para o âmbito dos direitos econômicos e sociais, nunca contemplados pelas revoluções burguesas (TRINDADE, 2012).

A Segunda Guerra Mundial configura o auge de uma crise dos direitos humanos, em razão das violações a tais direitos e da afirmação de uma postura de negar validade à postulação de titularidade deles para todos os seres humanos. As contradições não acabaram com o fim da Guerra, pois aquele antigo embate entre a liberdade e a demanda por igualdade real não foi superado.

Apesar do reconhecimento internacional dos direitos humanos e sua incorporação nas constituições e legislações dos Estados nacionais, os direitos sociais são qualificados como “programáticos”, não exigíveis de imediato, o que reflete uma grande fragilidade dos direitos humanos, inclusive do direito à moradia,

Para Trindade (2012), a eficácia ou a inércia dos direitos humanos não repousa sobre a positivação de tais direitos, mas na dinâmica das relações sociais. A positivação de direitos é importante, mas não pode ser desvinculada de uma atuação concreta que os efetive.

No Pós-Guerra, a efetivação dos direitos humanos a partir da perspectiva de Estado de Bem-Estar Social implantado nos países de capitalismo desenvolvido só foi possível à custa da exploração neocolonial. De acordo com Trindade (2012, p. 199), a “parte pobre do mundo terminou contribuindo (novamente) para financiar a construção do bem-estar social na parte rica – uma espécie de transfusão de sangue às avessas, de organismos debilitados para corpos robustos.” Para esse autor, isso ajuda a explicar a não efetivação plena do Estado de Bem-Estar Social e dos direitos humanos nos países periféricos, dentre os quais o Brasil.

O neoliberalismo e suas investidas para a desregulamentação dos mercados e para a minimização da presença do Estado (Estado mínimo), continuaram a dificultar a efetivação dos direitos humanos. Sob a ótica neoliberal, muitos direitos – inclusive o direito à moradia – passam a ser encarados como mercadoria, acessível a quem que por eles possa pagar.

As políticas públicas de habitação, particularmente, têm se orientado, fortemente, pela aquisição da casa própria mediante o financiamento estatal. Assim, após o endividamento do Estado configurado nas duas últimas décadas do século XX, o projeto neoliberal avança agora para endividar as famílias por meio do financiamento habitacional, para quem pode pagá-lo (ROLNIK, 2015).

A atual realidade de precariedade habitacional no Brasil e no mundo sinaliza um novo momento de crise dos direitos humanos, particularmente do direito à moradia. Todavia, se as crises se configuram como desequilíbrio, instabilidade ou recessão, também são momentos de decisão, de mudança. Assim, a atual conjuntura global, que se manifesta no nível internacional e também no nível nacional, pode ser um indicativo da necessidade de superação dessa concepção mercadológica de direito à moradia, fabulosamente apresentada como direito humano.

2.2 A MORADIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

No Brasil, parece predominar atualmente uma concepção de moradia enquanto mercadoria. Aquele descolamento entre a legislação e a realidade habitacional, anteriormente abordado no âmbito internacional, aparenta se repetir no cenário nacional brasileiro. A legislação parece ser crucial para a sustentação e manutenção de uma perspectiva de sociedade patrimonialista calcada na desigualdade.

A abordagem da presente seção traz elementos para a compreensão do processo de coexistência de um padrão dual de apropriação de terras consubstanciado na cidade legal e na cidade ilegal, e como foi forjada a segregação socioespacial existente nas cidades brasileiras.

A questão da moradia no Brasil parece se relacionar historicamente ao direito de propriedade já desde o período colonial, quando os portugueses expropriaram violentamente as terras dos povos indígenas que já habitavam o território. Também, o estatuto do solo colonial se baseava no monopólio das terras pela Coroa Portuguesa, as terras coloniais eram propriedade do Rei de Portugal.

Assentadas as bases da colonização, verdadeiro empreendimento mercantil, sobre o latifúndio monocultor e exportador de base escravista (FURTADO, 1986; CARVALHO, 2005; GUIMARÃES, 2011), a herança colonial legada à futura produção/apropriação do espaço urbano brasileiro, inclusive hoje, se caracteriza por

... profunda desigualdade e exclusão social; cidadania restrita a uma minoria; relações sociais baseadas no favor, no clientelismo e, portanto, no privilégio; penetração da esfera pública na esfera privada e vice-versa; atribuição de poder baseada no patrimonialismo; concentração do mercado, da propriedade e do poder; dependência externa... (MARICATO, 2004, p. 53).

O sistema sesmarial foi a perspectiva oficial de apropriação territorial no período colonial, mas havia, também, o fenômeno da posse (SILVA, 2008). As duas formas de apropriação territorial coexistiam: esse se fundava na legitimidade prática (“lei-em-ação”); aquele, sobre uma base legal (“lei-dos-livros”). Ambas são essenciais para a compreensão dos usos da terra urbana no Brasil (ROLNIK, 1997).

O sistema sesmarial foi suspenso, em 1822, e extinto, em 1850, com a promulgação da Lei de Terras (BRASIL, 1850), a qual instituiu formalmente a

propriedade privada no Brasil. Rolnik (1997) elenca a absolutização da propriedade e sua monetarização como as grandes mudanças sobre o regime de apropriação da terra no Brasil.

Essa lei favoreceu a manutenção da estrutura patrimonialista patriarcal, com efeitos mesmo após o fim do regime da escravidão, pois a abolição da escravidão não inseriu os ex-escravos na vida social (FAUSTO, 2011). Após a Lei de Terras, porém, a posse enquanto fato social continuou a existir (SILVA, 2008).

Com o advento da República e da incipiente industrialização, sobretudo no Sudeste, o crescente processo de migração populacional para os ambientes urbanos implicou um crescimento não planejado desses. Nesse período, projetos de reformas urbanas combinavam modernização e segregação territorial, promovendo uma “limpeza” social e o embelezamento dos centros das grandes cidades, ao tempo em que os pobres eram expulsos para as periferias.

Um conjunto de discursos e práticas problematizava a existência de perigos e desvios naturais e sociais nas grandes cidades, a fim de torná-las centros modernos e civilizados. Técnicas de controle social não faltaram para uma grande massa de excluídos, encarados como potencial ameaça à segurança e à moralidade públicas. Entre as disciplinarizantes estratégias médico-burguesas figurava a criação de vilas operárias como solução para a questão da moradia popular. De acordo com Ponte (2010, p. 57 e 59),

Além de controlar a insalubridade e promiscuidade que o saber higienista observava no interior das residências populares, onde muitas pessoas viviam apertadas e sem cuidados higiênicos, pretendia-se que as casas asseadas e ajardinadas das vilas operárias criassem no proletariado o gosto pela intimidade do lar, bem como oferecessem condições para a reprodução do modelo burguês de família nuclear.

A legislação novamente atuou no sentido de manter a estrutura socioeconômica desigual e excludente. O Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916) reproduziu o que na prática já estava cristalizado: uma perspectiva patrimonialista e a noção do direito de propriedade enquanto inviolável e absoluto, realidade jurídica praticamente inalterada até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Dada a demanda por moradia nos ambientes urbanos, a produção privada de casas para alugar garantia renda alta e certa. Como nem todos os trabalhadores conseguiam pagar o aluguel de uma casa de acordo com os padrões

socialmente impostos, os espaços de moradia indesejados continuavam a existir, mesmo sob a vigilância da disciplina higienista (BONDUKI, 2011).

O processo de urbanização brasileira seguiu historicamente o parâmetro centro x periferia. Sob o signo da segregação socioespacial, morar no centro consistia em um privilégio para poucos, enquanto as moradias das periferias refletiam histórico processo de desigualdade e exclusão social. Apesar de a cidade consistir em uma construção social, sua apropriação se deu de modo privado e excludente.

De acordo com Maricato (2001), as cidades brasileiras foram se espalhando pelo território nacional, divididas entre uma “cidade legal” e uma “cidade ilegal”. Na mesma linha, Villaça (2001) afirma que essa segregação socioespacial expressa um verdadeiro divórcio no ambiente intra-urbano, em que, de um lado, há a cidade dos mais ricos; de outro, a cidade dos mais pobres e excluídos.

A partir de 1930, em meio à industrialização promovida como política de Estado, projeto que visava a introdução de um novo modo de acumulação capitalista (OLIVEIRA, 1972), a opção pela casa própria unifamiliar saiu como projeto a ser difundido.

Em relação ao que se propunha antes de 1930, houve, portanto, uma mudança significativa na abordagem do problema habitacional. Antes, a questão central era a salubridade da moradia, independentemente do seu estatuto de propriedade (sendo um pressuposto que os trabalhadores moravam em casas de aluguel, e as propostas invariavelmente sugeriam isenções de taxas e impostos para que os donos das casas pudessem baixar os aluguéis e, assim, atender às famílias de renda mais baixa. A partir de 1930, a questão principal passou a ser viabilizar o acesso à casa própria. A salubridade e a eliminação das formas coletivas de morar continuaram sendo um objetivo meritório, mas, de maneira geral, alcançável em consequência da difusão da casa própria (BONDUKI, 2011, p. 88).

A autoconstrução de casas das classes trabalhadoras, ainda que em desacordo com a legislação urbanística vigente, contribuía para o processo de acumulação capitalista, que, no Brasil, se desenvolveu por meio de um processo de simbiose, “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 1972, p. 32).

A partir de 1950, a industrialização e a progressiva massificação do consumo de bens modernos (particularmente eletrodomésticos, bens eletrônicos e o automóvel) provocaram mudanças no modo de vida, nos valores e na cultura, desde a ocupação do solo urbano até chegar ao interior da moradia (MARICATO, 2001).

O movimento migratório na direção campo-cidade se intensifica, para os grandes centros nacionais e regionais, sobretudo, decorrente de fatores como a mecanização do campo, a concentração fundiária e a oferta de empregos e serviços nos ambientes urbanos. Para explicar o forte movimento de urbanização, Santos (1993) acrescenta o crescimento demográfico, fruto de uma elevada taxa de natalidade e de uma taxa de mortalidade em descenso.

No princípio do regime militar, em 1964, a questão da habitação popular foi eleita como um problema fundamental a ser resolvido (BOLLAFI, 1982). O Sistema Financeiro da Habitação (SFH), porém, primou pelo atendimento das classes médias e das mais abastadas, dedicando menos de 13% de seus recursos à habitação popular (SACHS, 1999), que, em tese, deveria ser seu principal foco.

O acesso à terra urbana não ocorreu de modo democrático, pois os financiamentos imobiliários a cargo do Banco Nacional da Habitação (BNH) priorizavam os interesses do mercado, reproduzindo a já conhecida perspectiva de urbanização das cidades brasileiras marcada pelo binômio centro-periferia e pela segregação socioespacial (MARICATO, 2001).

O sonho da casa própria era alcançado por caminhos diferentes: as classes médias tiveram acesso ao financiamento habitacional via BNH em áreas centrais e melhor servidas; já “as classes trabalhadoras foram fixadas na ‘periferia’, construindo elas mesmas, nas horas de folga com a ajuda gratuita de parentes, vizinhos e conterrâneos, as suas casas próprias” (KOWARICK, 1979, p. 39).

A autoconstrução na periferia continuou como solução para grande número de trabalhadores que não tinha acesso ao financiamento da casa própria. A compra de terreno irregular ou a ocupação de propriedades, geralmente públicas, continuou a reproduzir o divórcio entre a cidade legal e a cidade ilegal, configurando uma urbanização dos baixos salários, como aponta Maricato (2004, p. 50):

Os baixos salários pagos aos trabalhadores, além da abundante oferta de mão-de-obra liberada do campo, completam esse quadro: reprimidos em suas iniciativas reivindicatórias, sem poder aquisitivo para comprar a moradia no mercado imobiliário privado, sem oferta significativa de moradia subsidiada financiada pelas políticas públicas, incapaz de atender ao aumento dos aluguéis, a massa trabalhadora urbana recorre à compra do terreninho irregular, ou constrói no terreno de parentes, ou invade terras que em geral são públicas. A dimensão da ocupação ilegal de terras e imóveis no Brasil é realmente gigantesca, chegando a quase 50% do território em muitas cidades (MARICATO, 2004, p. 50).

No contexto da reabertura política e da elaboração da nova Constituição do país, os movimentos sociais urbanos, que emergiram em meados da década de 1970, organizaram e apresentaram a Proposta de Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana, cujo principal resultado prático foi a inserção dos artigos 182 e 183, que tratam sobre Política Urbana, na Constituição.

Após a Constituição Federal de 1988, no que se refere ao direito à moradia, vários marcos legislativos e institucionais foram conquistados.¹⁹ Todavia, isso não assegura, por si só, conquistas reais, haja vista a frequência das tradicionais práticas clientelistas do Estado para com os mais pobres, à mercê da política do favor e da aplicação arbitrária das leis no país (MARICATO, 2014).

Aquele descolamento entre o urbanismo brasileiro, enquanto planejamento e legislação urbanos, e a realidade social da cidade informal permite a aplicação, do trocadilho “idéias fora do lugar” e “lugar fora das idéias” (MARICATO, 2000), reforçando a idéia de uma urbanização excludente e da aplicação discriminatória e arbitrária da lei.

Morar no ambiente urbano não é tudo igual quando se considera a dimensão geográfica (localização) desse morar: enquanto na periferia, a subsistência é o elemento preponderante, no centro, o elemento primordial é o privilégio, não o direito, retroalimentando o planejamento e a regulação urbanísticos como instrumentos da manutenção da estrutura segregada e desigual sobre a qual se assenta a sociedade e a urbanização brasileiras.

Nunca é demais repetir que não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil [...] A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente, pois, constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos. A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil... (MARICATO, 2000, p. 147)

¹⁹ Maricato (2014, 99-100) enumera as principais conquistas dos movimentos urbanos: “alguns capítulos na Constituição Federal de 1988, a Lei 10.257/01, o Estatuto da Cidade, a Medida Provisória 2.220/01, a criação do Ministério das Cidades em 2003, a realização da Conferência Nacional das Cidades em 2003, 2005 e 2007, um Programa Nacional de Regularização Fundiária inédito em nível federal em 2003, o Conselho Nacional das Cidades em 2004, a Lei Federal 11.445/07, que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental, a Lei Federal 11.107, de 2005, dos Consórcios Públicos, a Lei Federal 11.124/05, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), a instituição em 2006 desse Fundo, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, a proposta para instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, atualmente no Congresso Nacional [atual Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012], e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Habitação e do Saneamento em 2007.”

Essa aplicação circunstancial da lei perpassa a formação histórico-social brasileira, da colonização aos dias atuais. Como afirmado anteriormente, a legislação cumpriu e cumpre um importante papel no sentido de contribuir para a manutenção da estrutura social patrimonialista desigual e excludente.

Desde o princípio da colonização, parece ser permanente a coexistência de um padrão dual de apropriação de terra: um, com base na legalidade jurídica; outro, na legitimidade da posse. Primeiramente, os conflitos dos colonizadores europeus com os povos indígenas que já habitavam essas terras. Também, no sistema sesmarial, o estatuto legal do solo colonial e a posse pura e simples tinham o mesmo fundamento de domínio, a saber: a ocupação/utilização efetiva da terra. Posteriormente, com a Lei de Terras, a instituição da propriedade privada e das formalidades de registro das propriedades não extinguiu o fenômeno da posse; todavia, seus efeitos sobre o desenvolvimento das cidades brasileiras são notórios, particularmente, consubstanciados na cidade legal e na cidade ilegal.

Vale ressaltar que, no Brasil, na década de 1940, apenas 31% da população vivia nas cidades. No princípio do século XXI, a marca era de 82%. Essa urbanização, todavia, não se deu de modo homogêneo em todo o território, mas foi seletiva (MARICATO, 2013), abrangendo, espacialidades e temporalidades diversas.

Em razão de a divisão inter-regional do trabalho ter atingido as regiões do país de modo desigual, a urbanização dessas não ocorreu de modo uniforme. As peculiaridades históricas de cada região têm reflexos nos processos mais recentes, como aponta Silva (2007, p. 216):

Enquanto no Centro-Sul do Brasil – em decorrência do desenvolvimento tecnológico -, atribui-se à industrialização o papel propulsor na proliferação de cidades e instauração de um modo de vida urbano, no Nordeste, o urbano resultou mais do peso da agricultura e da pecuária no processo de organização do espaço.

O sistema de cidades, decorrente da lavoura canavieira e interiorização das fazendas de gado, recebeu grande impulso com o advento da cultura do algodão na segunda metade do século XIX. Engenhos e fazendas deram origem a cidades localizadas nas margens e na foz dos rios, pontuando o litoral com pequenos núcleos.

A fim de nos aproximarmos um pouco mais de nosso objeto de estudo, abordaremos nas próximas seções o processo de formação territorial e a urbanização do Estado do Ceará e, em seguida, do Município de Iguatu, onde

aconteceu a Ocupação Filadélfia.

2.3 FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DO CEARÁ

O surgimento e a evolução das cidades no Ceará se inserem num processo de expansão econômica que remonta às bases de fixação de seu povoamento pelos colonizadores europeus. O Ceará não se caracteriza, predominantemente, como o “Nordeste da cana-de-açúcar” (FREYRE, 1989), extensivo de modo especial à zona da mata açucareira; mas como “O outro Nordeste” (MENEZES, 1995), onde, em meio ao semiárido, se explorou a atividade pecuária, com o intuito de abastecer os mercados da zona açucareira pernambucana.²⁰

A ocupação efetiva da capitania cearense pelos colonizadores se iniciou tardiamente, já no final do século XVII (GIRÃO, 1989; PINHEIRO, 2007).²¹ Conforme Abreu (1998; 1999), a interiorização da pecuária no Nordeste aconteceu mediante as rotas do Sertão de Fora e do Sertão de Dentro, dominadas por pernambucanos e baianos, respectivamente, as quais confluem no Ceará.

Atividade subsidiária da produção açucareira, a pecuária implicou o avanço da ocupação para o interior da região (JUCÁ NETO, 2007; 2009), realizada de forma dispersa, de modo que as fazendas, em geral, eram distantes e quase independentes entre si, o que acarretou um retardamento da formação de núcleos urbanos com funcionalidade econômica (HOLANDA, 2010).

A concessão de sesmarias nos vales dos rios incentivou a interiorização da pecuária e a apropriação de terras ocupadas pelos indígenas. O (des)encontro entre esses dois povos foi evidente: a oposição de suas visões de mundo os levou a confrontos centrados nas disputas pelas terras e nas tentativas de

²⁰ Na esteira de Albuquerque Júnior (2001), vislumbramos o Nordeste enquanto fruto de uma construção social, resultante da decadência de uma geografia antiga que, até o princípio do século XX, dividia o país entre “Norte” e “Sul”. Para o autor, “o Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito desse fenômeno que desde a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 68).

²¹ Comparado ao povoamento de outras capitanias, como Pernambuco, Bahia e Maranhão, o povoamento da capitania do Ceará por parte dos colonizadores pode ser considerado tardio. De acordo com Girão (1989), motivos político-econômicos e climáticos, bem como a resistência dos povos indígenas que habitavam o território, explicam tal povoamento tardio.

transformar os povos indígenas em produtores de mercadorias (PINHEIRO, 2007).

Os conflitos aumentaram à medida que as terras foram sendo ocupadas com a pecuária. As fazendas demandavam uma “limpeza” da terra, restringindo o espaço dos indígenas que a ocupava. Segundo Pinheiro (2007), mais de 90% das sesmarias doadas entre 1679 e 1824 se justificavam para ocupar com a pecuária, ratificando a íntima relação da ocupação branca com a criação de gado.

A violência física (confrontos armados) e simbólica²² (BOURDIEU, 2001) foi um elemento constitutivo da ocupação da capitania. Ante as guerras de extermínio, o etnocídio e a restrição de seus territórios, os indígenas não conseguiram manter a resistência armada, como haviam feito outrora XVII, tendo que adotar, doravante, outros modos de resistir (PINHEIRO, 2007).

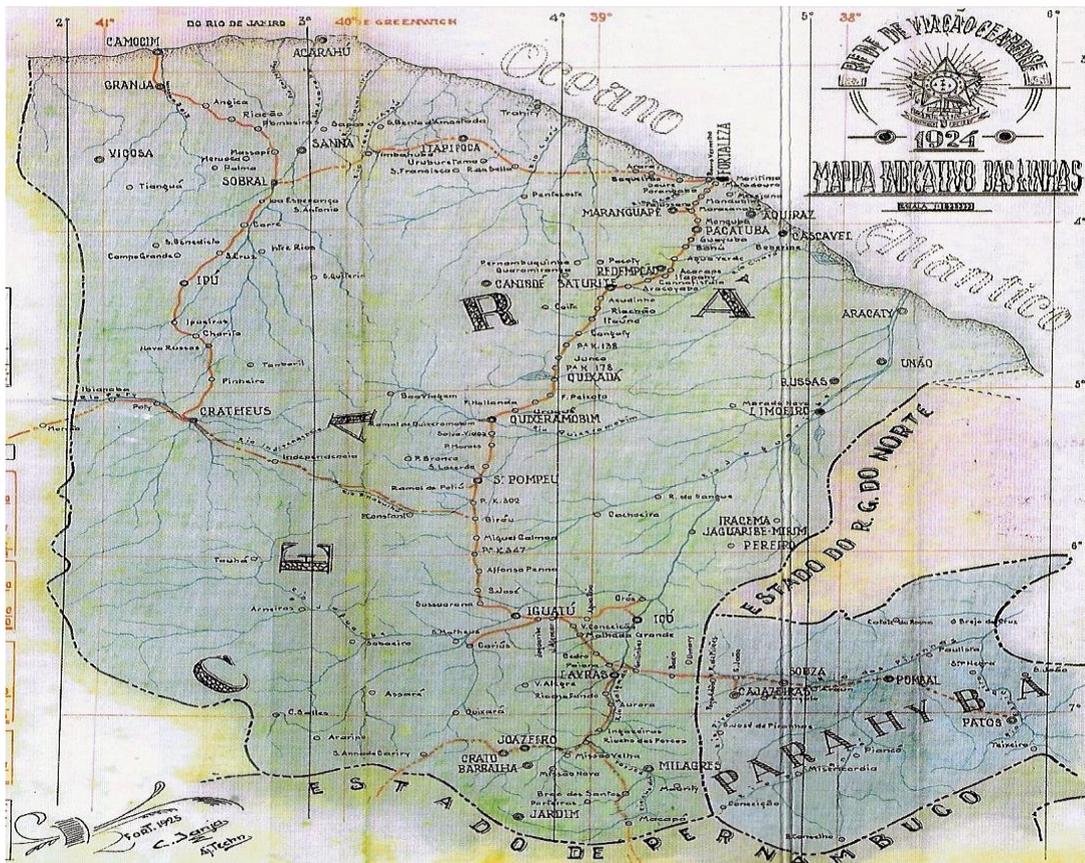
A pecuária se desenvolveu, sobretudo, nas bacias do Jaguaribe e Acaraú. Icó, Sobral e Aracati eram as vilas que mais se destacavam, ainda que Aquiraz e Fortaleza reunissem as funções administrativas. Essas duas últimas eram consideradas vilas artificiais (LEMENHE, 1981; PINHEIRO, 2007; SOUZA, 2007).

Com o passar do tempo, foram elevados à condição de vila os núcleos sedes de fazendas cujas localizações eram os encontros dos caminhos das boiadas, assim como as margens e as fozes dos principais rios (JUCÁ NETO, 2007; 2009; HOLANDA, 2010). O surgimento das cidades e seu crescimento coincidem com a dinamização da economia agrário-exportadora, em princípio complementar à de Pernambuco. A pecuária e a indústria de carne seca favoreceram para a criação das primeiras vilas cearenses no século XVIII e a formação de uma incipiente rede urbana (AMORA & COSTA, 2007), como mostra o Mapa 2:

²² Dentre as características da violência simbólica, podem ser citadas: o uso da terra segundo uma concepção mercantil (pecuária e agricultura orientadas para o mercado), a apropriação privada da terra, a apropriação desigual do produto do trabalho coletivo, a proposta de cristianização, o imperativo da língua portuguesa e a visão da natureza como recurso a ser explorado.

alteraram profundamente o sistema de vilas/cidades cearenses, ligadas à atividade pecuária. “As antigas cidades dependentes do sistema portuário cederam lugar de comando para aquelas mais próximas dos centros de produção do algodão e beneficiados pela presença da rede ferroviária” (SOUZA, 2007, p. 22), como mostra o Mapa 3:

Mapa 3 – A Rede Ferroviária do Ceará (1924).



Fonte: LIMA & PEREIRA (2007).

Cidades como Sobral, Crato e Quixeramobim, que já faziam parte dos primórdios da rede urbana cearense, mantiveram sua importância, em razão da passagem da ferrovia. A expansão da rede ferroviária também contribuiu para o crescimento de cidades como Iguatu, Quixadá, Canindé e Itapipoca, por viabilizar o escoamento da produção de algodão até o porto da capital. Enquanto isso, o proeminente eixo Icó – Aracati, na região do Baixo Jaguaribe, perdeu sua importância por não estar inserido no planejamento das vias ferroviárias e no ciclo do algodão.

As ferrovias, além de traçar caminhos que acabavam ligando áreas com objetivos agro-exportadores, também modificaram processualmente a configuração territorial do Ceará, construindo e fortalecendo cidades como Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Piquet Carneiro, Iguatu, Missão Velha, Crato, Barbalha (Caminho de Baturité) e Camocim, Sobral, Ipu, Cariré, Nova Russas e Crateús (Caminho de Sobral) e redefinindo caminhos antigos, considerados antes de grande porte, que passavam nesse momento a ser secundários frente ao “tempo rápido” das locomotivas. Aquele percurso construído entre Icó e Aracati, então grandes centros principais do sertão e do litoral do século XVII e XVIII, já não eram mais os mesmos e os novos percursos já ditavam também outra lógica de relação com a natureza e da própria reprodução social (ASSIS & SAMPAIO, 2009, p.13).

A maior mudança na hierarquia urbana cearense, porém, foi a progressiva projeção de Fortaleza, particularmente por se constituir como o centro coletor e exportador de toda a produção de algodão do Estado. O Mapa 3 mostra a centralidade de Fortaleza a partir de dois eixos ferroviários, um em direção ao sul do Estado e outro na direção noroeste.

A produção cearense de algodão possibilitou maior dinamismo no comércio local fortalezense, acumulação de capitais e melhorias nas infraestruturas e nos serviços urbanos (SOUZA, 2007). O engenheiro Adolfo Hebster concluiu, em 1875, um projeto urbanístico-topográfico para remodelar Fortaleza, inspirado nas reformas realizadas pelo Barão de Haussmann em Paris. Esse projeto orientou e respaldou o processo de embelezamento e de disciplinarização do espaço urbano fortalezense até o fim da Primeira República (1889-1930) (PONTE, 2010).

A agricultura comercial, especialmente a produção de algodão, foi essencial para o crescimento dos centros urbanos cearenses, o qual foi potencializado pela implantação das redes ferroviária, a partir da segunda metade do século XIX, e, posteriormente, rodoviária.

Além de contribuírem para o escoamento da produção, tais vias intensificaram as migrações rural-urbanas (SOUZA, 2007). Essas migrações coincidem com uma crescente tendência verificada na população cearense a se fixar nas cidades. Para SOUZA (2007), além de históricas questões fundiárias, as secas periódicas também ajudam a explicar o aumento de tais migrações.

Quanto às questões fundiárias, pode-se afirmar que a ocupação branca do território cearense se configurou com a constituição de uma estrutura fundiária bastante concentrada, haja vista a necessidade de extensas faixas de terra

destinadas à criação de gado, e de uma elite agrária sertaneja, que, posteriormente, também passou a explorar a produção algodoeira (OLIVEIRA, 2005).

Quanto às secas periódicas, pode-se dizer que, a partir da grande seca de 1877-1879, esse fenômeno passa a ter repercussão social como nunca antes na história cearense, pois até 1850, a típica irregularidade de chuvas era enfrentada por meio da retirada temporária dos sertanejos que perdiam suas colheitas de subsistência e do gado dos grandes proprietários, rumo a faixas de terras úmidas na periferia do semiárido. Doravante, a valorização das terras como bem econômico, em decorrência da Lei de Terras de 1850, e o exponencial avanço da cultura algodoeira no Ceará concorreram para o “fechamento” daquelas terras outrora disponíveis para a “retirada” dos sertanejos e do gado (NEVES, 2007).

A chegada de levas de retirantes à capital durante as grandes estiagens incomodava a emergente classe burguesa fortalezense, cujo projeto de cidade moderna e civilizada não tinha espaço para aqueles que deram à cidade “uma atmosfera de campo de refugiados” (NEVES, 2007, p. 85). Para Pontes (2010), o medo decorrente de uma revolta popular, em 1912, e o ingresso de flagelados da seca na capital contribuíram para a transferência das classes dominantes para áreas periféricas e fundação dos primeiros bairros ricos em Fortaleza. Silva (1992) acrescenta que a formação das primeiras favelas na capital cearense possui forte relação com essas levas de retirantes da seca que chegavam à capital e aí permaneciam mesmo após o fim da estiagem.

Enquanto o governo federal investiu na criação de barragens, açudes e poços – mecanismos de acumulação de água, o governo estadual investiu em obras públicas no interior, para fixar a população sertaneja próxima aos seus locais de origem. Essa pretensa fixação do homem no campo visava neutralizar eventuais sedições por parte dos retirantes que chegavam às cidades, bem como gerar uma permanente fonte de apoio estatal às elites dominantes do sertão e adjacências, conformando a tão conhecida “indústria da seca” (NEVES, 2003). Todavia, a fim de evitar a presença dos retirantes na cidade de Fortaleza, chama a atenção a criação de campos de concentração, a partir da seca de 1915 (NEVES, 2007).²⁴

²⁴ Quando da seca de 1915, a fim de conter a chegada de retirantes na capital, um campo de concentração foi criado na entrada de Fortaleza. Já durante a seca de 1932 foram criados, nas

Sem alterações das condições sociais da economia de subsistência, do paternalismo e do controle coronelístico da política, o Estado continuou sua atuação por meio do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), continuando as políticas de fixação do homem no campo, inclusive com a construção de barragens, açudes, poços e, recentemente, cisternas.

De acordo com Amora e Costa (2007), os dois fenômenos já citados e o declínio da produção algodoeira nos anos 70 intensificaram as migrações campo-cidade, de modo que, a partir da década seguinte, o Ceará registrou maior taxa de população urbana que rural.

O ano de 1987 marcou a passagem do “governo dos coronéis” para uma era que ficou conhecida como “governo das mudanças”, implantada sobre as bases da racionalidade administrativa e econômica e no receituário neoliberal. Além do aprofundamento da hegemonia de Fortaleza em relação às demais cidades cearenses, as cidades médias reforçaram o setor terciário de suas economias, ampliando o comércio e os serviços, bem como saíram vitoriosas na guerra fiscal entre os municípios do Estado para a instalação de indústrias em seus respectivos territórios (AMORA, COSTA, 2007; HOLANDA, 2011).

Holanda (2011) ressalta, porém, que essa maior atratividade para a realização de atividades produtivas em tais cidades contribuiu para migrações rural-urbano e urbano-urbano para esses espaços, expandindo a periferia urbana e ampliando problemas sociais, antes mais comuns nas grandes cidades.

Apesar das disparidades urbanas entre Fortaleza e as demais cidades cearenses, as cidades médias se destacam por não se enquadrarem na perspectiva metropolitana, mas também não se restringirem ao meramente local. As dinâmicas das cidades médias não estão atreladas ao setor secundário, apesar das tentativas de industrialização, mas desempenham importante papel na organização regional e na rede urbana local e regional (HOLANDA e AMORA, 2011).

Novas dinâmicas decorrentes da reestruturação produtiva alteram a organização espacial intra-urbana das cidades médias. A demanda por serviços especializados amplia e dinamiza a economia. A paisagem se altera com a especulação imobiliária, a ampliação da malha urbana e a abertura de novos

principais rotas de migração, sete campos de concentração: Crato, Cariús, Quixeramobim, Ipu, Senador Pompeu e dois pequenos campos em Fortaleza.

loteamentos; e acontecem, também, ocupações e invasões, posto que a economia não absorve satisfatoriamente a população migrante (COSTA, AMORA, 2009).

A atual configuração territorial cearense possui íntima relação com o processo histórico de ocupação do interior por meio da atividade pecuária e, posteriormente, com o crescimento dos núcleos urbanos decorrente da cultura do algodão e das vias de comunicação ferroviária e rodoviária.

A urbanização cearense não se baseou numa forte industrialização, mas, a partir daquelas atividades econômicas agropastoris principais. Alguns núcleos urbanos passaram a concentrar atividades ligadas ao setor de comércio e serviços, polarizando núcleos menores à sua volta. Também, as migrações rural-urbanas para as cidades em razão de questões fundiárias e do típico fenômeno da seca ajudam a compreender o processo de urbanização cearense e a configuração de suas cidades, produzidas socialmente, mas apropriadas de forma privada.

Nesse sentido, para nos aproximarmos um pouco mais de nosso objeto de pesquisa, abordaremos na seção seguinte a formação territorial e a urbanização do Município de Iguatu, com o intuito de compreender as dinâmicas socioespaciais dessa cidade média cearense.

2.4 FORMAÇÃO TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO DE IGUATU

Revisitar o processo de urbanização de Iguatu-CE é importante em razão de a segregação socioespacial aparentar uma constituição ao longo da história local, desde a colonização portuguesa, passando pelo período do ciclo do algodão e pela reestruturação produtiva, chegando aos dias atuais.

Tão razoável quanto afirmar a segregação socioespacial, configuração geográfica que se orienta para a apropriação desigual do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001), nas cidades brasileiras, é considerar as peculiaridades locais, para compreender melhor seus processos de urbanização (SANTOS, 2008).

A ocupação territorial de Iguatu pelo colonizador português se situa no contexto da ocupação da capitania do Ceará, ligado diretamente à pecuária, que foi interiorizada por meio da concessão de sesmarias e da fundação de currais ao

longo das margens dos rios (NOGUEIRA, 1985).²⁵

Seguindo o curso do Rio Jaguaribe, os colonizadores chegaram à Ribeira dos Quixelôs e aí fundaram diversas fazendas, das quais surgiram posteriormente algumas cidades, como Iguatu (NOGUEIRA, 1985). Essa ocupação, porém, implicou disputas territoriais com os indígenas (anacés, quixelôs, jucás, cariús, tapuias, etc.) que já habitavam o território.

As terras às margens do Rio Jaguaribe que compunham a Ribeira dos Quixelôs constituíam o território dos índios quixelôs que habitavam a região. O processo dito “civilizatório”, marcado por um permanente estado de guerra, resultou no genocídio dos índios quixelôs, que, enquanto e como puderam, lutaram pelo território em que habitavam; e que só se sujeitaram depois que não puderam mais pelejar em razão da falta de número (BEZERRA, 2009). O novo padrão civilizatório, a partir do homem europeu, branco, cristão, heterossexual, mercantilista, impôs uma ordem marcada pela apropriação desigual do espaço e pela segregação.

Segundo Assis Couto (1958), a primeira fase de colonização da Telha – primeira denominação de Iguatu – iniciou na primeira metade do século XVIII, com a ocupação das terras das Itans, a partir de 1706; logo após, Mutucas e Baú, a partir de 1717; Trussu, Barra na lagoa do Iguatu e do Baú, a partir de 1720; Cajazeiras, nos idos de 1731; Cavaco e Lagoa Redonda, a partir de 1747.

O povoamento da venda da Telha, à época subordinada à Vila de Icó,²⁶ se deu em torno da primitiva capela dedicada a Senhora Sant’Ana, da qual já se faz menção nos idos de 1719, localizada num ponto alto do local (NOGUEIRA, 1985). O Quadro da Matriz de Senhora Sant’Ana era o espaço central, cercado pelas lagoas da Telha, da Bastiana e do Cocobó, e pela margem esquerda do Rio Jaguaribe, que delimitavam a segregação socioespacial.

Em 1831, a Povoação da Telha passou a ser Freguesia, desmembrando-se de São Mateus (atual Município de Jucás). Em 1853, foi elevada à categoria de Vila, desmembrando-se de Icó. Em 1874, passou à categoria de Cidade, e, em 1883, Telha passou a se chamar Iguatu. Ressalte-se que, embora a Lei Provincial nº 558, de 27 de novembro de 1851, tenha realizado a promoção da

²⁵ A grande quantidade de referências à obra do Professor Alcântara Nogueira se justifica em razão de esta ser uma das poucas obras acerca da história de Iguatu, e dentre essas poucas, considerada a mais completa e rica em detalhes.

²⁶ A proeminente Vila de Icó foi a primeira vila fundada no interior cearense (1738) em virtude da exploração da atividade pecuária, favorecida por sua localização no encontro da bacia do Rio Salgado com a bacia do Rio Jaguaribe.

Telha à categoria de vila, a inauguração desta só ocorreu em 25 de janeiro de 1853.

Durante o século XIX, a ampliação das atividades agropastoris e das terras traduzia o crescimento econômico local cujas vantagens eram usufruídas pelos fazendeiros da Ribeira do Quixelô (NOGUEIRA, 1985). O Quadro da Matriz e as ruas a ele adjacentes eram habitados pelas elites. Mas, já no princípio do século XX, a cidade [o centro da cidade] ainda possuía uma área geográfica diminuta:

Deve-se ter em mente, porém, que Iguatu propriamente dito possuía uma área geográfica muito pequena, quase que se restringindo à Praça da Matriz ou Quadro, às Ruas que constituem agora a Marechal Floriano Peixoto e 15 de Novembro, assim mesmo muito acanhadas, à atual Praça Celso Lima Verde, em proporções reduzidas no que concerne a construções e, finalmente, ao local do comércio dos nossos dias, bastante limitada. Fora disso, o que havia circundado toda a Cidade era mato e água – água do Jaguaribe, lá adiante, água das lagoas, quase dentro da própria Cidade (NOGUEIRA, 1985, p. 154-155).

Essa porção central estava cercada por mata e água; e havia uma periferia ignorada, que sequer é mencionada na obra de Nogueira (1985), com exceção do bairro Prado, outrora Joaquim Távora, e de alguns sítios/distritos, mencionados raramente. Nos arredores da área central havia fazendas de criação de animais. Todavia, não por acaso, a historiografia oficial foi silente quanto ao crescimento e incorporação desses espaços ao ambiente urbano propriamente dito.

A identificação da área central à cidade propriamente dita, realizada por Nogueira pode ser encarada como elemento ideológico de um projeto elitista para a dominação por meio do espaço urbano (VILLAÇA, 2001). Aquela identificação e o fato de a historiografia ignorar a periferia parecem ser parte de um só processo.

Com a instalação da Estrada de Ferro (1910) e de usinas de beneficiamento de algodão, sobretudo a Companhia Industrial de Algodão e Óleos (CIDAIO), Iguatu se inseriu no ciclo do algodão, projetando-se como centro da região.

A implantação da rede ferroviária, cuja geografia vai cortando as áreas do Sertão Central, provoca uma mudança hierárquica dos núcleos urbanos do vale do Jaguaribe. Muitos núcleos urbanos no Ceará se desenvolveram com a instalação da via férrea [...] O antigo povoado da Telha (atual município de Iguatu), foi por volta de 1851 desmembrado de Icó e passou a se constituir em município. Com área agrícola de expressão, veio a ser dinamizado a partir de 1910, quando serviu de terminal para a estrada de ferro de Baturité. Dada às suas condições prósperas, associadas aos benefícios trazidos pelo sistema ferroviário, Iguatu suplantou Icó, projetando-se como centro urbano mais importante nas áreas dos sertões do alto e médio Jaguaribe (SOUZA, 2007, p. 23).

A passagem da Estrada de Ferro de Baturité pela cidade traçou uma linha de oeste a leste no seu espaço urbano, estabelecendo uma divisão entre a porção norte – onde estava o centro – e a porção sul. Com o passar do tempo, as matas e as lagoas existentes próximas do centro e em direção à estação ferroviária foram sendo desmatadas e aterradas para dar lugar à construção civil.

Próximo à linha férrea, no entorno da Estação, instalaram-se algumas usinas de beneficiamento de algodão, especialmente na porção sul, onde morava a maior parte dos trabalhadores, em casas populares e, também, havia uma vila operária construída pela CIDAO para seus empregados (NOGUEIRA, 1985).

Após a instalação da Estrada de Ferro, com sua estação, e das usinas de beneficiamento de algodão, instalaram-se casarões e equipamentos públicos e privados na parte central, como o Cartório de Aurino, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Iguatu, o Banco de Crédito Comercial, a Butica Popular (primeira farmácia), o Cine Teatro de Iguatu; infraestrutura de energia elétrica, sem contar as obras de reforma urbana, nos anos de 1920 (FARIAS, 2011).

Nas décadas seguintes, mais fábricas de beneficiamento de algodão se instalaram em Iguatu.²⁷ Outras instalações na parte central foram: a Escola Normal Rural Senhora Santana (posteriormente, Colégio São José) e do Grupo Escolar de Iguatu (atual Biblioteca Pública Municipal), em 1939 e 1943, respectivamente; a sede dos Correios (1932), o Banco do Brasil (1940), o Cine Alvorada (1953), o Clube Recreativo Iguatuense – CRI (1953), a Maternidade Santa Terezinha (atual Maternidade Agenor Araújo, 1956), o Banco do Nordeste do Brasil (1959), a Coletoria de Iguatu e o Mercado Público, nos anos 60 (FARIAS, 2011).

A Figura 8 mostra a parte central da cidade, possivelmente no ano de 1953, na comemoração do seu primeiro centenário. Podem-se visualizar o Quadro da Matriz e a influência dos processos de reformas urbanas em grandes cidades: o alinhamento das ruas; as árvores podadas e dispostas sob formas geométricas, embelezando o espaço; e as dimensões físicas de alguns prédios.

²⁷ De acordo com Nogueira (1985), só na parte central da cidade havia nove usinas de beneficiamento: a CIDAO, a Indústria e Comércio de Algodão S. A., a Usina Senhora Santana, a Usina São Jorge, a Casa Machado, a Horácio Fernandes S. A. Indústria e Comércio, a Detino de Souza Lins, a Cooperativa Agrícola e Industrial de Iguatu e a Coelho S. A. Indústria e Comércio – COESA.

Figura 8 – Foto aérea da área central de Iguatu (19--).



Fonte: IBGE [s/d].

A Figura 8 também permite visualizar, do lado esquerdo, área passível de alagamento pelas águas da Lagoa da Bastiana; na parte superior do lado direito, a Lagoa da Telha, progressivamente aterrada para dar lugar às construções civis; na parte inferior da figura, área que foi desmatada, aterrada e construída, ligando o Quadro da Matriz à Estação Ferroviária. Ao fundo, terras passíveis de alagamento em épocas de fortes chuvas, seja pelas águas das Lagoas da Bastiana e da Telha, seja pelas águas do Rio Jaguaribe; e algumas casas distantes.

Para ampliar o acesso a Fortaleza, foi construída a Estrada do Algodão (atual Rodovia CE-060), que atravessa a cidade de norte a sul e que contribuiu, também, para demarcar aquela geografia da segregação socioespacial. Na periferia localizada do lado esquerdo dessa rodovia, os bairros Vila Centenário e Conjunto João Paulo II se originaram a partir de remoções de populações ribeirinhas que moravam às margens do Rio Jaguaribe, quando houve duas grandes cheias, nas décadas de 1970 e 1980. Desse mesmo lado da rodovia, também há conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1980 (COHAB I, COHAB II, COHAB III, Zequinha Coelho e Conjunto Sivan) e 2010 (Novo Iguatu), assim como diversos bairros populares construídos a partir dos anos 1970, a exemplo dos bairros Areias I, Areias II, Jardim Oásis, Filadélfia, Verde Parque, Vila Coqueiro e Vila Daer.

Completam o quadro de bairros periféricos iguatenses Santo Antônio, Cocobó, Sete de Setembro, Veneza, Alto da Bonita, Alto do Jucá, localizados na porção sul da linha férrea; e Vila Neuma, Vila Moura, Chapadinha, Vila Cajazeiras, Gadelha, Itans, dentre outras localidades menores, localizadas a leste do braço do Rio Jaguaribe.

Segundo Teixeira (2007), o cultivo de algodão em larga escala produtiva findou em meados dos anos 1980, quando quase todas as usinas beneficiadoras do produto em Iguatu fecharam, o que conduziu o Município a uma considerável recessão econômica.

O *boom* econômico decorrente do algodão transformou Iguatu em um centro polarizador da região centro-sul do Ceará. Todavia, as desigualdades não se davam apenas no âmbito intra-regional, mas também no intra-urbano. A região central da cidade cresceu, concentrando os melhores equipamentos públicos e privados e as classes mais abastadas, que se apropriaram desigualmente das riquezas decorrentes da exploração do algodão e do próprio espaço urbano.

Nos anos 90, o crescimento econômico foi retomado a partir da instalação de um polo da indústria de calçados Dakota, na COHAB III, na periferia oeste, inaugurando os caminhos da reestruturação produtiva, iniciada pelos “Governo[s] das Mudanças”, de Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara.

Os melhores equipamentos públicos e privados continuaram se concentrando na porção central da cidade. Empresários investiram na exploração de serviços de educação e saúde. As maiores escolas privadas (Colégio Pólos e Escola Modelo), os dois hospitais privados (São Vicente e São Camilo) e clínicas médicas e odontológicas se localizam naquela área central. Equipamentos ligados à rede de hotelaria e até mesmo às religiões também se concentram ali.

O Poder Público, por meio de seus órgãos representativos, também está maciçamente localizado na área central. A PMI e diversas Secretarias Municipais, a Câmara Municipal de Iguatu (CMI), os Fóruns de Justiça, Eleitoral e do Trabalho, o Ministério Público Estadual, a Secretaria da Fazenda Estadual e a Receita Federal, dentre outros têm suas instalações ali.

A concentração dos principais equipamentos e serviços no centro e em direção à região nordeste – acompanhando um recente movimento de deslocamento de parte da elite para essa região – acirra ainda mais a segregação socioespacial no Município e a apropriação desigual do espaço intra-urbano.

A configuração geográfica da segregação socioespacial em Iguatu teve seus limites reforçados por elementos físicos: inicialmente, o Quadro da Matriz era delimitado pelas Lagoas da Telha, da Bastiana e do Cocobó, e pela margem esquerda do Rio Jaguaribe. Depois, a ferrovia e a Estrada do Algodão contribuíram para reforçar os limites entre o centro e a periferia, como mostra o Mapa 4.

Mapa 4 – Segregação socioespacial no Município de Iguatu-CE.



Fonte: Foto aérea do Google Maps, 2016. Adaptado pelo autor.

As classes de mais alta renda sempre se concentraram na porção central da cidade e, como foi dito anteriormente, há alguns anos iniciaram um movimento de deslocamento na direção nordeste. Ressalte-se que, atualmente, pessoas das classes mais abastadas também iniciaram um processo de migração para morar em áreas distantes do centro, como Fomento, Cardoso e Penha.

A acessibilidade ao centro ainda é bastante restrita na cidade e marca aquela tensão em torno de as pessoas possuírem mais cidadania, ou menos, a partir da sua localização no território. A cidade se insere naquela lógica de

mercado em que a moradia mais se afigura a mercadoria que a direito humano. Aquele deslocamento entre a legislação e o planejamento urbanístico e a realidade vivida por centenas de famílias contribui para a manutenção da segregação.

Morar na área central é privilégio de poucos, uma vez que os melhores equipamentos públicos e privados estão aí concentrados. É a cidade legal, o lugar onde a legislação e o planejamento urbanístico são aplicados. Enquanto isso, um extenso anel periférico circunda essa porção central. É a cidade ilegal, onde a legislação e o planejamento urbanístico não se aplicam.

Para além da margem direita do Rio Jaguaribe, para além da linha férrea na direção sul, para além da estrada do algodão na direção oeste, predominam as habitações populares, muitas vezes em desacordo com os padrões urbanísticos impostos. Morar nesses espaços parece ratificar a tese de que a disputa pela acessibilidade aos lugares, particularmente ao centro, é o ápice da segregação socioespacial no ambiente intra-urbano (VILLAÇA, 2001), o que acaba por resultar em uma apropriação desigual e excludente do espaço.

Também, parece que o grau de cidadania das pessoas possui relação direta com a posição socioeconômica e geográfica que elas ocupam no território (SANTOS, 2012). O acesso aos bens e serviços de que dispõe a cidade é assegurado amplamente a quem possa pagar por eles. Os moradores e as moradoras menos favorecidos são excluídos de diversos bens e serviços urbanos, porque estão distantes de suas moradias ou porque não podem pagar por eles.

Infringir as leis urbanísticas foi – e continua a ser – uma realidade de muitas famílias iguatenses que, sem condições de acesso à moradia digna, constroem suas moradias em terras compradas ou ocupadas irregularmente. As ocupações urbanas ocorridas em Iguatu-CE, em 2015, parecem apontar para uma crise daquela concepção de moradia enquanto direito humano não efetivado e, ao mesmo tempo, denuncia a perversidade da lógica de mercado que regula o acesso a bens e serviços urbanos básicos – dentre eles a moradia – como mercadorias, disponíveis para o consumo por quem por elas pague.

Antes, porém, de passarmos para o próximo capítulo, em que serão abordados a Ocupação Filadélfia e seus moradores e moradoras, propomos uma reflexão em torno do direito à cidade, ampliando a questão do direito à moradia.

2.5 ALARGANDO HORIZONTES: O DIREITO À CIDADE

O direito à moradia consiste em um direito social, dentre um conjunto de outros direitos que são almejados pelos habitantes da cidade. Todavia, tendo em vista que o direito à moradia não se restringe ao direito a uma casa com quatro paredes e um teto, há que se abrir espaço para uma reflexão mais ampla, no que se refere aos direitos sociais, como habitação, escola, creche, unidades de saúde, segurança, transporte, saneamento, lazer, cultura, dentre outros. Nesse sentido, cabe uma discussão acerca do direito à cidade, uma vez que “o problema da cidade ultrapassa enormemente o da moradia” (LEFEBVRE, 2011, p. 86).

A necessidade de alargar horizontes e discutir o direito à cidade também se justifica em razão de que os conceitos que hoje circulam em torno dos direitos humanos, particularmente do direito à moradia, “não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal”, bem como porque “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (HARVEY, 2012, p. 73).

Para Lefebvre (2004; 2011), o Direito à Cidade consiste em um projeto que se orienta para a realização de uma outra sociedade, sendo, para tanto, necessário empreender a superação das relações socioespaciais, atualmente marcadas pela apropriação desigual do espaço, como já abordado anteriormente.

Na perspectiva da realidade enquanto movimento (devir), o urbano se apresenta enquanto virtualidade possível, em oposição à racionalidade que se baseia no valor de troca. Esse é a generalização da mercadoria “tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso” (LEFEBVRE, 2011, p. 14).

Nesse sentido, o pensamento de Lefebvre se volta para a prática, e não se restringe ao campo teórico, abrindo espaço para uma utopia, cujo objetivo último é concretizar um espaço marcado pela produção (em seu sentido filosófico) e pela possibilidade de apropriação criativa do mundo (para além da dominação e da propriedade privada).

A cidade industrial se funda sobre a generalização das relações pautadas no valor de troca, em detrimento do valor de uso, reduzindo-se a seu quadro físico, um lugar de consumo. Para Santos (2012), a desigualdade e a

exclusão social aprofundadas pela perspectiva da cidade industrial acabaram por converter o espaço vivido em um espaço sem cidadãos, haja vista a concentração de equipamentos e serviços urbanos públicos e privados nas áreas centrais das cidades, em contraste com sua ausência ou ínfima quantidade nas periferias, como se lá não houvesse pessoas.

A conexão entre o fenômeno da urbanização e o desenvolvimento do capitalismo implicou profundas transformações no estilo de vida em todas as fases da expansão do processo urbano. Segundo Harvey (2012, p. 81), nos últimos anos, “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana.”

De acordo com Lefebvre (2011), o habitar é reduzido ao habitat, isto é, morar se transformou em uma função, perdeu o sentido da criatividade, do uso, para se transformar em mercadoria. Nesse sentido, reduzir o Direito à Cidade ao direito à moradia implicaria esvaziar a potência daquele, que, em última instância, visa uma transformação social radical.

Pode-se dizer que Lefebvre (2004; 2011) retoma e prolonga a utopia de Marx, quando afirma que o Direito à Cidade enquanto projeto deve caminhar rumo a outra sociedade que não a capitalista e que é necessário superar a propriedade privada, que limita os espaços-tempo da vida, e, conseqüentemente, da segregação nela fundada.²⁸

Numa perspectiva dialética, o urbano não se restringe à harmonia, mas, também, abrange os conflitos, inclusive os conflitos de classe. Ele só pode ser compreendido enquanto contraponto da segregação, cuja tentativa de solucionar os conflitos ocorre por meio da separação dos elementos no plano, ou seja, do urbanismo como ideologia. Além disso, “o urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (LEFEBVRE, 2004, p. 160).

Em contraposição às estratégias realizadas pelos agentes hegemônicos, que fortalecem e propagam o urbanismo enquanto ideologia, Lefebvre (2004) propõe a estratégia urbana como itinerário para superar a realidade atual.

²⁸ Daí a constante crítica de Lefebvre ao urbanismo como ideologia, que, na proposta e no exercício de planificar e ordenar o espaço, busca esconder o peso da propriedade privada e da segregação socioespacial, fundamentais para a continuidade da perspectiva de sociedade em que o valor de troca e o consumo têm primazia.

Erigida a partir da reflexão sobre o urbano enquanto fenômeno, a estratégia urbana objetiva transformações espaciais mais amplas, ao pôr “em primeiro plano a problemática do urbano, a intensificação da vida urbana, a realização da sociedade urbana”, podendo, assim, o urbano a ela ser confiado (LEFEBVRE, 2011, p. 88).

De acordo com Lefebvre (2011, p. 118, 139 e 134), o direito à cidade só pode ser entendido como o “direito à vida urbana, transformada, renovada”, como o direito “à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos locais.” Tamanha a sua riqueza de sentido que “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.”

Se as lutas da classe operária ocorriam no contexto da fábrica, do processo de trabalho e do fundamento da sociedade apoiada na contradição capital x trabalho, os movimentos sociais vão deslocá-las para a cidade e a extensão do capital na cidade. As lutas pelo direito à cidade não se restringem à classe operária, mas se estendem a todos quantos sejam os “excluídos da cidade, às portas do urbano” (LEFEBVRE, 2011, p. 102).

No contexto do divórcio do espaço intra-urbano, onde a apropriação do espaço se dá de forma desigual e excludente, onde o senso de cidadania e de pertencimento à cidade se tornou de difícil sustentação, onde o direito à cidade – como se encontra agora – está restrito a uma pequena elite, movimentos sociais irrompem contra a tendência à remodelação da cidade baseada nos padrões dos empreendedores que, associados ao capital corporativo e a um aparato local do Estado, tocam a cidade como verdadeira empresa (HARVEY, 2012; VAINER, 2000).

Em busca de superar a realidade existente, as lutas dos movimentos sociais parecem questionar as diretrizes das políticas espaciais, calcadas na valorização do capital e, portanto, na lógica do mundo da mercadoria, em detrimento da realização da vida e do uso e apropriação plena do espaço.

Antes de passarmos ao próximo capítulo, é válido tecer algumas considerações acerca das especificidades relacionadas ao processo de urbanização de Iguatu, a fim de que não se cogite uma aplicação direta e imediata do pensamento de Lefebvre à realidade do referido Município.

Diferentemente da perspectiva europeia, que conheceu a perspectiva de *polis*, passando pela cidade comercial, que em seguida se

transformou em cidade industrial, conforme o itinerário da cidade apresentado nas obras de Lefebvre (2004, 2011), a forma de organização da cidade de Iguatu como conhecemos hoje deita raízes naquele (des)encontro entre dois mundos antagônicos, como afirmado anteriormente, e se desenvolveu num contexto de colonização portuguesa, está baseada na exploração das riquezas coloniais, organizada em função da produção para o mercado externo.

É possível afirmar que a cidade política (*polis*) não pertence ao histórico de Iguatu enquanto cidade, assim como a cidade comercial e a cidade industrial, como preconizadas por Lefebvre, aqui não tiveram lugar. A colonização de Iguatu se baseia nas atividades rurais, particularmente na exploração do binômio gado-algodão.

... acomodaram-se uma a outra, dando origem ao binômio gado-algodão. Após a colheita, eram os gados postos para pastar nos cercados, alimentando-se de ramas do algodoeiro e de palhas do milho, exatamente na época do “verão”, quando os animais não dispunham mais de pastos no campo. De sobra, os animais, com seus esterco, ainda adubavam os solos, tornando a terra mais fértil para o cultivo do algodão no início do ano seguinte (FARIAS, 2009, p. 38).

Essa dimensão do rural marcou a gênese de Iguatu e a acompanha muito fortemente ainda hoje. O processo de urbanização desse Município não negou essas raízes rurais, assim como não foi sustentado por uma forte industrialização. Como afirmado anteriormente, no início do século XX, com a chegada da Estrada de Ferro, instalaram-se usinas de beneficiamento de algodão em Iguatu, de modo que essa atividade industrial se relacionava diretamente com o setor rural da economia, afinal o algodão era plantado em verdadeiros latifúndios. E a produção era voltada para o mercado externo, como uma herança das bases coloniais de exploração.

É inegável que o crescimento urbano do Município foi alavancado pela passagem da Estrada de Ferro e pelas usinas de beneficiamento de algodão, as quais atraíram, ao longo do tempo, uma diversidade de atividades comerciais e de serviços para Iguatu, transformando-o em um centro polarizador da região centro-sul do Ceará.

Todavia, as atividades rurais ligadas à histórica produção do algodão não excluem a agricultura de subsistência praticada por muitas famílias, como também não excluem as atividades pecuárias desenvolvidas por pequenos produtores rurais. O excedente de produção agropecuária, geralmente, é

comercializado em pequenas feiras, fomentando o mercado local de gêneros alimentícios e o comércio em geral, o que não exclui as produções em latifúndios.

Em razão dos comércios e serviços que se instalaram em Iguatu, ao longo do século XX, particularmente na parte central da cidade, o Município permaneceu polarizando a região centro-sul cearense mesmo após o fechamento das usinas de beneficiamento de algodão nos anos 1980. Na década de 1990, instalou-se em Iguatu um polo da indústria Dakota, cuja produção de calçados se volta para atender demandas de outros mercados que não o local.

Desse modo, no processo de urbanização de Iguatu, a dimensão do rural não só esteve presente desde sua origem, como também contribuiu consideravelmente para transformar o Município no centro polarizador da região centro-sul do Ceará. Num contexto de fraca industrialização, a urbanização de Iguatu se liga diretamente a suas raízes rurais e à aposta no setor de comércio e prestação de serviços.

Essa presença do rural na realidade urbana de Iguatu parece uma especificidade desse local, destoante do lugar europeu que experimentou uma industrialização clássica, de onde fala Lefebvre. A proposta de uma urbanização total da sociedade parece não ser adequada a Iguatu, onde o rural se faz presente desde sua gênese territorial e mesmo no seu processo de urbanização.

Ainda que elementos do pensamento de Lefebvre devam ser pensados numa perspectiva crítica antes de se aplicarem a uma certa realidade, a crítica ao urbanismo enquanto ideologia e a retomada da utopia de Marx realizada por aquele autor se colocam enquanto proposta para repensar a questão da propriedade privada e da segregação socioespacial, não a partir da construção de um sistema fechado, mas de uma via em direção ao urbano (LEFEBVRE, 2004).

3 EXCLUSÃO E (R)EXISTÊNCIAS COTIDIANAS

Nesse capítulo, discutimos as (r)existências cotidianas ligadas à luta pela moradia. Princípios com uma abordagem conceitual acerca da lógica da exclusão social na temática da moradia, com foco nas condições materiais de exploração a que foram/estão submetidas as classes trabalhadoras, porém sem nos determos nas relações de trabalho, mas pensarmos isso no espaço urbano.

As experiências de precariedade de moradia nas cidades brasileiras,²⁹ a um só tempo, integraram/integram a lógica do processo de acumulação capitalista no país e tem contribuído para a formação de movimentos sociais urbanos ligados à habitação, desde a década de 1970.

Tal precariedade não se restringe à questão da moradia, mas parece estar ligada diretamente ao processo de expansão capitalista no país que combinou, simultaneamente, elevada taxa de acumulação e acirramento da pobreza. Todavia, em razão da seletividade do objeto de estudo, focamos a questão da moradia.

Para não cairmos num reducionismo das condições materiais objetivas (KOWARICK, 2009a), revisitamos o histórico dos movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação, com o cuidado de não adotarmos uma visão genético-finalista (KOWARICK, 2009a) para eles, como se possuíssem uma vocação sobrenatural que os conduzisse a um futuro predeterminado.

As abordagens ligadas às determinações macroestruturais e aos movimentos sociais atribuem primazia às estruturas e relega a um segundo plano os sujeitos concretos, caracterizando-se, ainda, como abordagens “de fora e de longe” (MAGNANI, 2002). Para valorizar as experiências vividas pelos sujeitos concretos, optamos por um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). Discutimos aquelas abordagens para considerar suas contribuições na busca por compreender a realidade urbana e para que não se vá ao outro extremo, acreditando que os sujeitos sociais estão livres de todo constrangimento estrutural (KOWARICK, 2009a).

As condições materiais de exploração a que foram/estão submetidas

²⁹ Para Maricato (2014, p. 110), o conceito de moradia precária abrange uma diversidade de modos de provisão da moradia pobre. Aí estão compreendidas “casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes”, onde a precariedade e a ilegalidade são generalizadas, estruturais e necessárias para o processo de acumulação capitalista.

as classes trabalhadoras e o histórico dos movimentos sociais urbanos ligados à habitação auxiliam a entender o processo de mobilização e organização para a realização da Ocupação Filadélfia, no Município de Iguatu-CE.

Nesse momento da pesquisa, mudamos a escala de análises: passamos dos estudos teóricos para nos lançarmos à imersão no campo. Doravante, um exercício sob a perspectiva etnográfica constitui a experiência realizada em campo, na busca por compreender o universo mental dos moradores e moradoras da aludida ocupação, sobretudo aquilo que se relaciona à moradia. A partir de um olhar “de perto e de dentro”, buscamos, também, conhecer as trajetórias habitacionais e o processo de formação identitária desses sujeitos, numa tentativa de nos aproximarmos de suas representações sociais sobre a moradia.

3.1 A LÓGICA DA ORDEM EXCLUDENTE NA TEMÁTICA DA MORADIA

Como já afirmado, a urbanização brasileira surgiu sob o signo da segregação socioespacial. A ausência e a precariedade da moradia, bem como os limites e estratificações relativos à oferta de equipamentos e serviços públicos, refletem as condições de desigualdades em que vivem as pessoas no âmbito das cidades brasileiras.

Os primeiros estudos sobre urbanização em países do Terceiro Mundo – na década de 1950 – tratavam, em síntese, o problema da habitação sob o enfoque das consequências da miséria urbana, mantendo em segundo plano a preocupação com as suas causas (SANTOS, 2008).

No Brasil, os primeiros trabalhos que se ocuparam da marginalidade urbana surgiram num contexto de proliferação de favelas na periferia das grandes cidades. Eles enfocavam a precariedade da habitação, vista como um problema (OLIVEN, 1984). Não por acaso, as discussões pareciam manter-se num nível superficial, sem encaminhá-las para questões sociais mais profundas subjacentes na formação social, histórica, econômica e cultural brasileira.

Na década de 1970, emergiu uma produção de caráter marxista que pensa a urbanização brasileira na perspectiva de um modelo periférico de acumulação capitalista. Para essa corrente, as classes trabalhadoras estiveram frequentemente alijadas do acesso à moradia digna, cuja solução formal seria

representada pelo mercado imobiliário de venda e aluguel, sendo a elas impostas vias informais (MARICATO, 2004).

Nesse sentido, Oliveira (1972) critica as concepções dualistas cepalinas sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento e oposição formal entre um setor “atrasado” e um setor “moderno” da economia. Para Oliveira (1972, p. 7), “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”.

Oliveira (1972) também denunciou a função ideológica por trás da preeminência das teorias da dependência, no sentido de que estas contribuíam para que não se elaborasse uma teoria acerca do capitalismo no Brasil, marginalizando questões sobre o desenvolvimento econômico capitalista no país, como por exemplo, a quem ele serve e se destina?

Ao que parece, por razões estruturais, as populações que vivem em moradias precárias não participam dos resultados proporcionados pela economia nacional. A ‘desordem’ dos assentamentos populares urbanos se insere numa ordem maior, alicerçada na racionalidade da acumulação e da reprodução do capital (GOHN, 1985).

A “lógica da desordem” (KOWARICK, 1979) compreende uma dilapidada inserção urbanística das classes trabalhadoras segundo a qual o aparente caos urbano esconde um processo de acumulação de capital. Excluídas do mercado formal da habitação, as classes trabalhadoras de baixa renda se viram/veem obrigadas a utilizar seus próprios recursos para comprar um lote na periferia – quando isso lhes é possível – e, em seguida, empreender a autoconstrução de suas casas, para atender suas necessidades de morar (BONDUKI, 2011; MARICATO, 1982, 2000, 2004, 2014; KOWARICK, 1979, 2009a, 2009b).

Para Oliven (1984), a autoconstrução constitui solução diante das situações que enfrentam as classes urbanas menos favorecidas. Se, por um lado, a autoconstrução representou uma solução de subsistência dos trabalhadores e das trabalhadoras para o “problema” habitacional, por outro, contribuiu para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, tornando compatíveis uma elevada taxa de acumulação e salários constantemente deprimidos (KOWARICK, 1979). Nesse sentido, arremata Oliveira (1972, p. 31):

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas.

Ao lado da autoconstrução, outras soluções habitacionais são representadas pela favela³⁰ e pelos cortiços que, em razão das suas deterioradas condições materiais e simbólicas, acabam por configurar o último reduto da escala habitacional. Morar nesses espaços traduz uma condição de existência marcada pela discriminação (KOWARICK, 2009a).

Para além dos olhares externos que homogeneizam as favelas como lugares cheios de problemas sociais e discriminam esses espaços, associando-os aos trinômios barraco-pobreza-violência e vagabundagem-vício-criminalidade, Kowarick (2009b) propõe que as favelas, seus moradores e suas moradoras sejam vistos numa perspectiva plural.³¹

O surgimento e crescimento das favelas parecem estar associados à necessidade de morar. Excluídas as alternativas de compra da casa pronta, compra do terreno e autoconstrução, há que se buscar outra solução que, para alguns, é a favela. Há que se considerar, também, uma série de elementos que podem influir na questão: a expropriação de pequenos proprietários rurais, a superexploração da força de trabalho no campo, as migrações rural-urbana e urbana-urbana, o empobrecimento das classes trabalhadoras, a especulação imobiliária, para citar apenas alguns (RODRIGUES, 1994).

A exclusão social se manifesta na dinâmica da distribuição espacial das classes sociais no ambiente urbano, em decorrência de a habitação ter-se

³⁰ As favelas podem ser “entendidas como ocupação de terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais, barracos de madeira ou casa de alvenaria, estão presentes em boa parte das cidades médias e grandes do Brasil, muitas situadas em zonas insalubres ou em áreas de risco” (KOWARICK, 2009b, p. 81). Embora os processos de favelização tenham se iniciado em momentos diferentes nas histórias das cidades brasileiras, é possível afirmar que a crise econômica do início dos anos 90 provocou uma aceleração desses processos.

³¹ Para Kowarick (2009b, p. 224-225), “as favelas e seus habitantes devem ser vistos no plural, pois não só são diferentes entre si, como, num mesmo aglomerado é frequente encontrar-se padrões socioeconômicos e urbanísticos bastante diversos: elas constituem microcosmos que espelham os vários graus de desigualdade presentes nos estratos baixos de sedimentação da sociedade e, assim, não podem ser vistas como mundos à parte e excluídas da cidade em que estão inseridas.”

convertido em mercadoria e constituir uma das áreas mais importantes para a aplicação do capital (ROLNIK, 2015). Maricato (2013, p. 20-21) força o argumento, estendendo-o à cidade, enquanto lugar do conflito, posto que é, simultaneamente, a reprodução da força de trabalho e um negócio para os capitais. Na disputa por localização na cidade, a “força de trabalho não cabe no mercado residencial privado legal, que por sua vez (e por isso mesmo) é altamente especulativo. Trata-se, portanto, de uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal.”

Para Santos (2008, p. 37), é devido à existência, de um lado, de uma massa populacional com baixos salários ou ocupada em atividades ocasionais, e, do outro, de uma pequena parcela com rendas bastante altas, que se estabelece na sociedade urbana uma distinção muito evidente: esses “podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las.”

Para vários autores (KOWARICK, 1979; OLIVEIRA, 1972; SANTOS, 2008, 2012; VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2004, 2014; HARVEY, 2017; CARLOS, 2011), o cerne da lógica da exclusão social repousa no fato de a produção capitalista dirigir-se para a realização de um excedente cuja apropriação se dá de modo privado, e não para o provimento dos meios de vida necessários à subsistência dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Kowarick (1979) afirma que as extorsões contra os trabalhadores e as trabalhadoras não se restringem ao ambiente das relações de trabalho, mas se espraiam também sobre outros ambientes, como o espaço de moradia; e equaciona aquele “problema” habitacional em função dos processos de pauperização absoluta ou relativa da classe trabalhadora e de espoliação urbana.

Esta se materializa, no âmbito do “vale a pena construir”, pelo fato de que supõe “um tempo de trabalho suplementar no processo produtivo, que se traduz na ampliação da já normalmente extensa jornada de trabalho, venda de férias, ‘bicos’ e outros expedientes que os trabalhadores precisam desenvolver” para a efetivação do projeto da casa própria (KOWARICK, 2009a, p. 29).

Nesse sentido, e conforme afirmado anteriormente, vários autores (OLIVEN, 1984; KOWARICK, 1979; OLIVEIRA, 1972; MARICATO, 2004, 2014; BONDUKI, 2011; SANTOS, 1993) advogam a tese de que o processo de urbanização no Brasil está diretamente relacionado ao processo de (expansão da) acumulação capitalista.

No princípio do processo da urbanização brasileira, o “progresso” urbano foi conduzido, prioritariamente, pela livre atuação dos grupos privados orientada para o lucro, com base na produção rentista de unidades habitacionais. Após 1930, a viabilização da perspectiva de provisão habitacional com intervenção do Estado, mas conveniente à expansão capitalista, contribuiu para a consolidação das desigualdades sociais dos grandes centros urbanos, posto que o mercado habitacional formal era bastante restrito (BONDUKI, 2011).

A política governamental conduzida pelo BNH continuou fundada na primazia dos interesses da apropriação privada. Apesar de as necessidades sociais ultrapassarem a órbita da dinâmica econômica, os ditames do processo de acumulação capitalista continuavam a nortear os parâmetros da ação estatal (KOWARICK, 1979). Oliveira (1972, p. 81) arremata a questão, quando afirma que “a expansão capitalista da economia brasileira aprofundou no pós-anos 64 a exclusão que já era uma característica que vinha se firmando sobre as outras e, mais que isso, tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo.”

O BNH, formalmente criado com o intuito de promover a construção e a aquisição da casa própria, particularmente pelas classes de menor renda, contribuiu para acirrar, ainda mais, a exclusão social no país, posto que se voltou prioritariamente para subsidiar habitação para as classes de renda média e alta.

Com o movimento em torno da redemocratização do país, houve avanços nos direitos políticos, ao passo que o acesso aos direitos civis e sociais continuou precário para a grande maioria da população. Desse modo, conjugam-se o retorno das liberdades políticas e a permanência das já conhecidas desigualdades social e econômica (CARVALHO, 2005; KOWARICK, 2009a).

Em meio à repressão do regime militar, movimentos sociais surgiram e lutaram contra as espoliadas condições de existência urbana impostas às classes trabalhadoras. Para o momento, importa frisar que o conflito é uma característica que marca a existência das cidades, que nunca foram harmoniosas e que, nos anos que se seguiram após a Constituição Federal de 1988, as desigualdades sociais no ambiente urbano aumentaram, apesar de o texto constitucional ter consagrado uma série de direitos sociais.

Os problemas das cidades brasileiras existentes durante o desenvolvimentismo foram ratificados e aprofundados pelo neoliberalismo: “favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades

profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços segregados” (VAINER, 2013, p. 39).

Os enclaves fortificados (espaços/condomínios fechados) reforçam a apropriação desigual do espaço urbano, configurando uma auto-segregação (CALDEIRA, 1997, 2000), que se realiza voluntariamente, ao passo que a segregação socioespacial por que passam as classes trabalhadoras é involuntária, pois não é uma decisão sua, mas consiste numa imposição da lógica da (des)ordem.

Frente às restrições e precariedades dos sistemas públicos de proteção social e ao desmonte de serviços, grassa uma situação de vulnerabilidade relativa aos direitos básicos. As mazelas sociais e econômicas são de ordem estrutural, as desigualdades configuram um *apartheid* social nas cidades brasileiras, mesmo após o retorno do sistema democrático, e, no âmbito do sistema capitalista, não há chance de ultrapassar tais contradições (KOWARICK, 2009b).

Para Maricato (2013, p. 24), a terra urbana continua à mercê do capital imobiliário, que conta, inclusive, com a flexibilização da legislação urbanística para atingir seus objetivos. Na disputa pela terra urbana, entre o ideal de melhores condições de vida e o projeto de lucrar com a cidade enquanto negócio, “os pobres foram expulsos para a periferia da periferia”. A questão da terra segue como nó na excludente sociedade brasileira.

Não se pode tomar a noção de exclusão social de forma absoluta, todavia. As classes subordinadas parecem ser necessárias à economia urbana. Assim, ao menos em parte, elas são economicamente incorporadas, na medida em que são convenientes à acumulação capitalista (OLIVEN, 1984; KOWARICK, 1979; SANTOS, 2008, 2012; MARTINS, 1997).

Martins (1997, p. 14 e p. 21) é categórico ao afirmar que, a rigor, “não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes”. Antes, o que há é uma “inclusão precária e instável, marginal.” Para o autor, o capitalismo é inclusão, ainda que esta se dê de forma peculiar, segundo uma lógica que é própria a esse sistema.

Sobre essa inclusão conforme os ditames da expansão capitalista, Santos (2012, p. 63) pontua que a utilização de determinados serviços por parte dos moradores e das moradoras das periferias não constitui em si uma benesse social: “como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres,

eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”. Para o autor, a cidadania se vincula diretamente à componente territorial.

Para Kowarick (2009b), a matriz da desigualdade social no Brasil não está na culpabilização dos pobres por sua pobreza, apesar da freqüente presença do discurso sobre a vadiagem durante a história do Brasil. Também, o Estado tem sido cada vez menos responsabilizado pelo problema da pobreza, haja vista o pequeno vulto da ação pública de proteção das classes menos favorecidas e a ideologia do Estado mínimo pregada pelo neoliberalismo. Para o autor, tem havido um processo de destituição de direitos cujas matrizes de controle e acomodação social são a naturalização dos acontecimentos e a neutralização.

A análise das desigualdades sociais e da pobreza, bem como das exclusões/inclusões socioeconômicas existentes nas cidades brasileiras não é suficiente para que se opere a mudança. Para Kowarick (2009a), a causa da mudança está relacionada à produção de experiências históricas vividas a partir das espoliadas condições de existência urbana, que atingem a questão da moradia, sem, no entanto, a ela se restringir.

No que tange à questão habitacional, Kowarick (1979, p. 74) já afirmara que o encaminhamento daquela depende dos movimentos populares urbanos, da ação destes no sentido de pôr “em xeque a forma do domínio tradicionalmente exercido pelo Estado no Brasil, onde se condensam as contradições de uma sociedade plena de desigualdades e oposições”.

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E MORADIA

Os estudos acerca dos movimentos sociais urbanos³² no Brasil remontam à década de 1970. Até então, a literatura sócio-política brasileira primava por interpretações segundo as quais “as classes populares eram apresentadas como

³² A noção de movimentos sociais remete a ações coletivas em meio às quais atores sociais se organizam e expressam suas demandas e, simultaneamente, constroem uma identidade coletiva no processo de luta social. Dentre a diversidade de movimentos sociais conhecidos, há aqueles emergentes de lutas urbanas, que abarcam problemáticas tipicamente urbanas; são os movimentos sociais urbanos. Seus fundamentos não se restringem a critérios geográfico-espaciais, mas compreendem as “condições gerais necessárias ao processo de acumulação e reprodução da força de trabalho e do capital, e suas relações sociais” (GOHN, 1985, p. 53), que se reflete numa maior expressividade de tais movimentos entre as classes populares.

agentes executores de políticas previamente elaboradas – pelo Estado ou pela burguesia. Não lhes era atribuído qualquer dinamismo próprio” (GOHN, 1985, p. 23). Os primeiros trabalhos possuíam um caráter mais descritivo cujo papel foi o de registrar e mapear as experiências brasileiras, ao passo que, a partir de 1979, tem início uma produção teórica sobre a temática.

Em perspectiva estrutural, é possível afirmar que os movimentos sociais urbanos se originam a partir das contradições do sistema capitalista. À não satisfação das necessidades estabelecidas se relaciona o surgimento de demandas, as quais, por sua vez, podem dar origem a reivindicações (GOHN, 1985).

Em meio à dialética capitalista, o salário reconhece as necessidades imediatas de alimentação e vestuário dos trabalhadores, mas não as demais exigências objetivas necessárias à reprodução destes. As reivindicações são a contrapartida ao problema das necessidades e forma de acumulação, politizando os movimentos sociais urbanos e permitindo uma abordagem sob uma perspectiva conjuntural (GOHN, 1985). O estudo sobre as reivindicações, porém, não pode se deter apenas nessa perspectiva conjuntural, mas deve se articular novamente com as questões de nível estrutural, a fim de contribuir para o avanço da consciência coletiva.

Ainda na década de 1970, principalmente nas grandes cidades, emergiu uma gama de reivindicações ligadas ao ambiente urbano, como custo de vida, transportes, uso da terra e moradia, saúde, educação, condições de trabalho, dentre outras. Kowarick (2009a) destaca que a resistência e a organização popular nos bairros fomentaram uma consciência de insubordinação frente ao autoritarismo do sistema político. De modo que a ordem instituída vigente era desafiada pelos movimentos sociais.

Nesses movimentos de bairros, além das reivindicações junto ao Estado por equipamentos e serviços públicos, discutiam-se assuntos de ordem comunitária. Para Kowarick (2009a), além das posições de negociação e conflito para com o Estado, esses grupos de organização popular ensaiavam perspectivas de representação e gestão baseadas numa participação ampliada.

De acordo com Sader (1988), esses movimentos sociais constituíram um novo sujeito coletivo, novo em razão de sua gênese estar relacionada à prática política e social. Todavia, o autor ressalva que, apesar de coletivo, esse novo sujeito não se atém a organizações ou instituições que os

regulem; e, também, que a autonomia desses movimentos sociais não é ilimitada.

Se, inicialmente, tais movimentos populares se constituíram como lutas localizadas e isoladas, a partir do final da década de 1970, eles começaram a se juntar em nível de organizações locais, ante a já conhecida perspectiva de desenvolvimento nacional concentrador de renda e excludente dirigido pelo regime militar. A aglutinação de demandas e a organização dos movimentos sociais em torno da problemática social, no princípio da década de 1980, tinham na luta contra o *status quo*, ou seja, contra o regime militar, sua principal razão de ser (GOHN, 1991).

Ferreira (2014) força o argumento quando afirma que não se travam lutas apenas pela habitação, pelo acesso aos serviços urbanos e aos equipamentos relacionados à educação, saúde e mobilidade. Trata-se da luta popular para a integração socioespacial e para o exercício do direito à cidade, objetivos que parecem ter influenciado a ação dos movimentos sociais desde então.

Para Sader (1988), no entanto, esses novos movimentos sociais se estabeleceram a partir das experiências cotidianas de seus participantes e não possuíam um ideal de realização de uma utopia ou uma revolução. De modo que os objetivos das lutas eram ampliar as condições de vida, reivindicando soluções para resolver os problemas mais imediatos.

As experiências oriundas da condição imposta pela espoliação urbana constituíram a matéria-prima para um movimento de passagem das carências para as mobilizações sociais, de maneira que aqueles mesmos sujeitos que viviam a condição de espoliados se transformaram em atores e atrizes sociais e políticos, organizando-se em movimentos insurgentes (KOWARICK, 2009a).

Na mesma linha, Maricato (2014) afirma que, de movimentos locais e isolados, as mobilizações pela moradia e por melhores condições de vida cresceram na década de 1980. Durante o processo Constituinte, os movimentos sociais urbanos apresentaram a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana, que resultou na inserção dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

Maricato (2013) ressalta que, nesse momento, novas práticas urbanas passaram a ser implementadas por gestões municipais do tipo democrático-populares, em consonância com a plataforma de reforma urbana construída pelos movimentos sociais, permeada pela participação social e pela primazia da urbanização da cidade informal.

Essa plataforma de reforma urbana, todavia, não se esgota com o acesso universal aos serviços urbanos, a ser garantido por meio de políticas urbanas. Para Ferreira (2014), a luta dos movimentos sociais urbanos ligados à moradia expressa um caráter político emancipatório ligado ao direito à cidade, posto que aquela se orienta para reivindicar processos autogestionários nas cidades e participação social no planejamento e gestão municipais, particularmente políticas de habitação de interesse social.

O desenvolvimento histórico dos movimentos sociais, no entanto, não é linear, mas permeado por fluxos e refluxos (Gohn, 1985, 1991, 2000, 2011), dentre os quais podem ser citados o redimensionamento daquele processo de construção de unidade de demandas, após o acesso de parte da oposição ao poder nos anos 80; a crise enfrentada pela ala progressista da Igreja Católica, o que implicou a perda de grande parte do apoio outrora concedido aos movimentos sociais; e a desarticulação de movimentos sociais populares urbanos, com o avanço das medidas neoliberais, o desmonte das políticas sociais e a crise internacional do capitalismo globalizado.

Uma nova articulação dos movimentos sociais se deu a partir do ano 2000, quando eles retornaram à cena política. “incorporando a experiência adquirida via a participação nos conselhos, fóruns e outras formas mais ou menos institucionalizadas de participação” (GOHN, 2000, p. 20). Apesar da atuação combativa por parte dos movimentos sociais urbanos nas últimas décadas, há que se reconhecer que, na lista de suas conquistas, predominou um caráter “juridicista” e institucional. Nesse sentido, se for levada em conta a tradicional aplicação arbitrária da lei no Brasil, conclui-se que a conquista de marcos jurídicos “está muito longe de assegurar conquistas reais” (MARICATO, 2014, p. 101).

Apesar de unificar os movimentos urbanos em nível nacional, o Fórum Nacional pela Reforma Urbana acabou por se afastar gradativamente das mobilizações de confronto político, de independência política e até da utopia social, na medida em que passou a adotar um discurso genérico sobre o direito à cidade, cujo alcance deve ser buscado pelas vias das conquistas jurídico-legais e institucionais, como também pela participação popular (MARICATO 2014).

Na contramão das lutas dos movimentos sociais que lutavam por políticas de habitação de interesse social, o governo lançou, em 2009, o PMCMV, cujos objetivos estão voltados, prioritariamente, para a produção habitacional de

mercado e, portanto, para as demandas do empresariado da construção civil. Enquanto isso, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), construídos com base na participação popular, ficaram relegados a segundo plano (FERREIRA, 2014).

Recentemente, em junho de 2013, manifestações sociais populares tomaram conta das ruas do país. A retomada do investimento em políticas sociais por parte do Estado, depois de quase trinta anos de orientação neoliberal, continua voltada para a reprodução do capital, e não para a reprodução da força de trabalho. As Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas aquelas manifestações, segundo Maricato (2014, p. 26), significam que “a luta pelo direito à cidade volta às ruas: o que está em disputa é a própria cidade, seus equipamentos sociais, suas oportunidades de emprego, de lazer, de mobilidade”.

Para Kowarick (2009a, 2009b), não há uma ligação linear e imediata entre a precariedade de vida nas cidades e as lutas empreendidas pelos grupos populacionais atingidos por ela. E, apesar do vigor das lutas dos movimentos sociais, pouquíssimas vezes suas reivindicações são atendidas, configurando-se o que o autor chamou de “experiências de derrota”.

No mesmo sentido, Sader (1988), quando analisa movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, aponta para essas experiências de derrota. Todavia, a orientação da nossa análise são os processos de resistência demonstrados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. A partir dessas experiências, há que se buscar os significados que eles e elas dão às suas condições de vida e de trabalho. Em meio à luta cotidiana, o processo de formação política que se desenvolve de modo prático nos espaços periféricos consiste em um valor inestimável que precisa ser considerado como ganho.

Kowarick (2009a) salienta que as lutas sociais não podem ser deduzidas das determinações macroestruturais, pois, embora possa ser comum a exclusão socioeconômica, os conflitos dela decorrentes se manifestam diversamente e as experiências de luta possuem trajetórias ímpares, ainda que semelhantes. Esses dados sugerem impasses e saídas peculiares a cada caso, de modo que as condições estruturais objetivas podem consistir, no máximo, em um pano de fundo.

É preciso analisar os movimentos sociais por dentro, sem, no entanto, perder de vista o contexto macroestrutural. Para tanto, valiosa é a noção de experiência elaborada por Thompson (1987), para quem sua importância deriva do

fato de as classes sociais se formarem a partir da luta empreendida por sujeitos concretos, sem, no entanto, desconsiderar as condições materiais. Para o autor, as classes sociais não são produtos acabados, mas se constituem enquanto processos em formação.

Essa experiência da qual os movimentos sociais são portadores não se limita a uma recordação da potência de sua ação em momentos históricos passados. Também, a memória dessa experiência é capaz de ressignificar as lutas do presente e dar-lhes sentido. Segundo Gohn (2011, p. 336), “a experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que [os movimentos sociais] enfrentam”.

A noção de experiência elaborada por Thompson (1987) contribui com a valorização da investigação acerca do cotidiano das classes populares, na perspectiva de compreender como elas vivem tal cotidiano, como elas vivenciam a espoliada condição de existência urbana, de modo que, as ações desses sujeitos concretos e suas respectivas experiências constroem a história social.

Kowarick (2009a) força o argumento e entende que a análise dos “problemas urbanos” não se esgota sob a análise da dinâmica da acumulação de capital. É necessário avançar em profundidade, deixando as teorizações em nível macro, para se dedicar à investigação dos significados sociais da materialidade em um nível micro-social, sob a égide da lógica subjetiva daqueles sujeitos sociais que vivem a espoliação urbana.³³ Nesse sentido, abre-se espaço para a revalorização da questão da subjetividade dos sujeitos sociais e do significado da espoliada condição de existência urbana para tais sujeitos.

3.3 MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO FILADÉLFIA

Conforme abordado anteriormente, as reivindicações das classes populares no ambiente urbano surgem a partir de demandas locais e específicas, em

³³ Conforme Kowarick (2009a, p. 106), “em vez de atrelar a análise das condições urbanas de existência às vicissitudes da expansão capitalista e deduzir as lutas sociais da precariedade que as caracterizam, parece analiticamente mais promissor indagar o significado que essa materialidade tem para os múltiplos atores que se enfrentam na arena social.”

face de um conjunto de contradições existentes na sociedade capitalista. Todavia, é sugestivo o convite de Kowarick (2009a) à realização de um deslocamento da análise que se oriente para os significados desses processos para os sujeitos sociais que os vivenciam no cotidiano, resguardada a complementariedade das abordagens macroestrutural e micro-social para uma compreensão holística acerca da investigação urbana que se pretende.

A compreensão das dinâmicas da cidade também perpassa pelo estudo das contradições existentes no espaço urbano. As abordagens “de fora e de longe”, porém, não captam uma série de práticas que só podem ser enxergadas a partir de um olhar “de perto e de dentro”. Daí a necessidade de nos valermos da etnografia enquanto método, não restrito a um conjunto de procedimentos, mas como forma de acercar e apreender a cidade e suas dinâmicas (MAGNANI, 2002).

Com base nessa estratégia – olhar “de perto e de dentro” –, propomo-nos, doravante, ao exercício de um ensaio de antropologia na cidade, uma vez que a unidade de análise da antropologia urbana consiste nos moradores e moradoras e suas práticas. Essa perspectiva se baseia na imersão no campo, realizada de dezembro de 2016 a janeiro de 2018, mediante a utilização de diversos procedimentos, sobretudo a observação participante, como descrito no primeiro capítulo.

A partir das observações e das narrativas dos moradores e das moradoras, parece que a ocupação traduz um espaço coletivo onde se elaboram identidades e se organizam práticas por meio das quais tais pessoas, em meio a um processo de luta pela moradia, buscam a defesa de seus interesses e a exposição de suas vontades.

De acordo com as narrativas de quem estava presente no princípio da Ocupação, o processo de organização e mobilização para a realização da mesma aponta que não se tratou de um fenômeno isolado. Do conjunto de seis ocupações que aconteceram no Município entre o fim de julho e o início de setembro de 2015, essa foi a terceira ocupação de terreno público municipal.³⁴

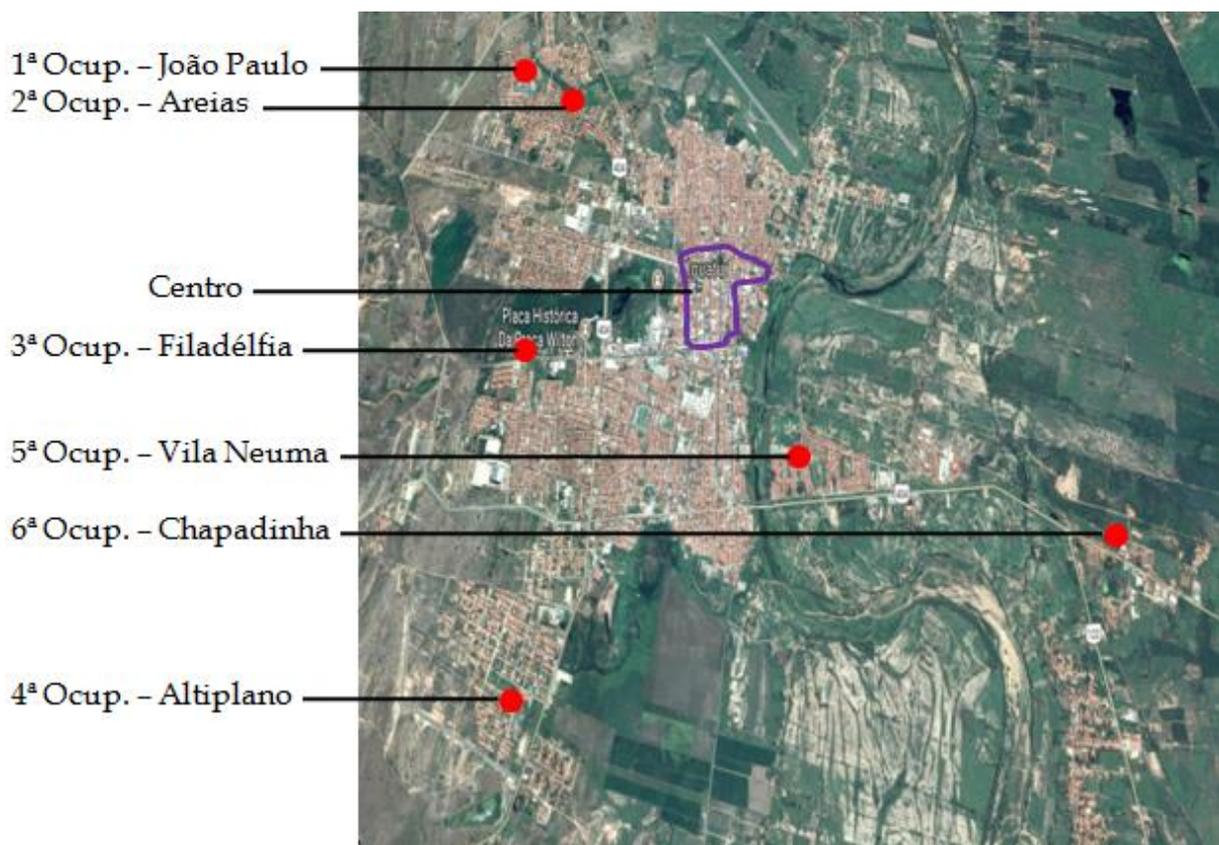
A demanda por moradia na cidade é bastante elevada. A insuficiência de políticas habitacionais para as classes populares, por parte do Estado, e a excludente atuação do mercado habitacional privado, que privilegia as

³⁴ Vide nota de rodapé nº 6.

camadas médias e altas da população, se refletem na realidade das ocupações urbanas que, iniciadas em 2015, nas periferias de Iguatu-CE, ainda hoje denunciam a perversa lógica que, simultaneamente, exclui os moradores e as moradoras das ocupações de direitos fundamentais básicos para o exercício da cidadania, como a moradia, e inclui marginalmente esses sujeitos em consonância com as conveniências do capital.

Localizadas em bairros periféricos (Mapa 5), essas ocupações urbanas também denunciam o alto custo de vida na cidade e a inviabilidade de centenas de famílias de continuarem pagando aluguel caro para poder morar na cidade, ainda que na cidade ilegal.

Mapa 5 – Localização das ocupações urbanas, Iguatu-CE.



Fonte: Foto aérea do Google Earth Pro, 2017. Adaptado pelo autor.

A organização e mobilização para realizar a ocupação no bairro Filadélfia foi iniciada por seis pessoas que, destituídas de condições financeiras para continuar pagando aluguel para morar na cidade, se comunicaram pessoalmente

e/ou por telefone com outras pessoas conhecidas que viviam semelhante situação nos bairros próximos, sobretudo nas COHAB's e na Vila Centenário – localizados à esquerda da Rodovia CE-060 –, informando que ocupariam o terreno em torno da Academia da Saúde da Filadélfia, no dia 29 de agosto de 2015.

A mobilização, porém, não demorou semanas, mas alguns dias. Influenciados pelo exemplo das ocupações nos bairros João Paulo e Areias, não havia um plano elaborado previamente, mas um enorme desejo de “ganhar uma casa” movia aquelas pessoas ao ato de ocupar aquele terreno. A ocupação foi espontânea, porém muito rápida, como se pode inferir do relato de Adelaide:

No começo da tarde, a gente se combinou, tudo à tarde, de três horas pra cinco horas. Tinha muita gente que trabalhava na Dakota... [Disseram:] “Não! Vamos deixar pra cinco horas”, “Vamo invadir o terreno da prefeitura? Que, que o João Paulo invadiram, e deu certo. O bairro Areias também invadiram, e deu certo.” “Então, vamo invadir, atrás de nós ganhar nossa casa.”

Aí ficou... em cima do canal, já estava o irmão da Alice, que é o Tenor, foi o primeiro; uma menina que se chama... a gente chama ela pelo apelido “Tuiu”; e Patrícia, que a gente chama ela “Preta”... Eu sei que nós tava em torno de seis.

Aí eu fui e liguei pra Alice. Eu disse:

– Alice, vamo invadir? Tu tem coragem?

Ela disse:

– “Vamo! Vamo invadir! Deixa eu ligar aqui pra, pra as menina de Patrícia, as irmãs, as minhas sobrinhas. E nós vamos fazer, em muita gente.

Eu disse:

– É, tem que ser muita gente e rápido, rápido, rápido.

Eu sei que, de repente, nós invadimos. E enquanto a gente tava tentando invadir, a família já tava vindo com pedaço de pau, com pedaço de tanga de rede, com lençol. E já acionando as pessoas de perto, dali da Vila Centenário. A gente pensava que a gente ia ficar só entre a Vila Centenário, o povo da Vila Centenário. Mas, de repente, por volta de dez horas da noite, tinha em torno de oitenta pessoas, oitenta. Isso vinha gente da Zé Pereira, do bairro do Prado, gente do Filadélfia, de perto do Filadélfia, das áreas arredores; e gente aqui do Cocobó. Vinha gente de tudo quanto era canto. Que a gente não tinha noção de onde saía tanta gente.

Eu sei que no amanhecer do dia, já estavam montado duzentas barraca. Assim: a gente, a gente fazia de uma, a gente dividia três. Por exemplo: a gente pegou um, um pedaço bem grandão; aí vamo que eu botei Maciana, a Maciliana; dividimos, dois. Aí chegou outra fulana, aí disse: “Ai! Não tem mais terreno.” Aí eu disse: “Tem. Nós divide!” Aí partimo no meio com um pano. E aí ia fazendo dois, ia fazendo três...

Eu sei que no outro dia, de manhã, que foi na segunda feira, já não tinha mais... aonde a gente olhava assim, só via pano, só pano. Não tinha essa estória de barraca de alvenaria, nem de taipa. Era só de tanga de rede. Nós passamos mais de oito dias... não... mais de mês, pra uma das pessoas conseguir umas tauba e fazer seu primeiro monumento de tauba, tirando os pano... que já tava com muitos dias...

Aí a gente já começou a ir mudando as características das barracas, de pano pra tauba, pras taubas. A gente conseguia guarda roupa velho, no lixo, e saía juntando e ficava, às vezes, a frente de tauba e atrás de tanga de rede... (SILVA, 2017b).

A partir do relato, percebemos que mesmo aquelas primeiras pessoas, que organizaram e realizaram a ocupação, não tinham noção da dimensão que ela iria tomar. Pensavam que apenas pessoas que viviam próximo à área ocupada, especialmente aquelas que conheciam da Vila Centenário, após tomar conhecimento do feito, iriam aderir ao acontecimento. Todavia, a notícia se espalhou “boca a boca” e por telefone mais rápido que aquelas primeiras pessoas podiam imaginar.

A Ocupação Filadélfia aconteceu em torno do equipamento público Academia da Saúde, cujas obras não haviam sido concluídas. Originariamente, a área ocupada consistia em uma planície rebaixada que era passível de alagamento pelas águas da chuva e da Lagoa da Bastiana. Mesmo após a passagem da Estrada de Ferro nas proximidades dessa lagoa, no princípio do século XX, e após o recente aterramento parcial da área, em razão das obras de cobertura do canal, do equipamento Academia da Saúde e da Praça da Juventude, como já afirmado anteriormente, uma parte ainda é passível de alagamento.

Antes da ocupação, esse terreno público municipal era utilizado por criadores de cavalos e bois, que deixavam seus animais pastando ali livremente. Também, os garotos que moravam nas imediações do terreno costumavam se reunir para jogar futebol. No dia 29 de agosto de 2015, inclusive, antes de os primeiros ocupantes entrarem na posse do terreno, alguns garotos disputavam uma partida de futebol. Maycon, filho de Roberlânia, mais conhecida como Nega, disse que, naquela época, costumava jogar partidas de futebol com os colegas, nos fins de tarde, naquele terreno, principalmente nos fins de semana. O jovem fez o seguinte relato: “No dia que começou a ocupação, a gente tinha acabado de terminar o jogo. Eu tava bebendo água na frente do terreno... foi quando aquelas pessoas começaram a chegar com paus nas mãos. Na hora, a gente teve foi medo [riso]” (ALVES, 2017).

Além de paus, os primeiros ocupantes traziam cordas, lonas e panos, principalmente lençóis e redes, instrumentos com os quais demarcavam um espaço e já começavam a levantar suas barracas. Segundo as narrativas, logo que chegavam, os ocupantes se preocupavam em demarcar o território. Uma moradora informou que, no início da ocupação, havia uma média de quinze famílias; e depois esse número foi aumentando, frisando, com destaque na voz e gesticulando com as mãos, que as pessoas “chegava para marcar os espaço naquele primeiro dia”.

O relato de Adelaide transcrito anteriormente informa que, no princípio, eram em número de seis os primeiros ocupantes. Outra pessoa disse que estavam em oito, quando começaram a entrar no terreno e a fincar no chão as primeiras varas e estacas para demarcar os espaços e, em seguida, erguer as barracas. Todavia, parece que a quantidade de pessoas no início da ocupação não era mais importante que relatar a prioridade de demarcar um espaço. As falas dos moradores e das moradoras que chegaram nos primeiros dias da ocupação estão permeadas dessas expressões: “demarcar um espaço” e “levantar as barracas”.

No segundo dia da ocupação, muita gente chegou ao lugar da ocupação, a ponto de Kaiane comparar a quantidade de pessoas a um formigueiro: “Parecia um formigueiro de gente... e a poeira subia que você não conseguia encontrar era ninguém, de tanta gente que tinha ali” (LIMA, 2017d). No fim do domingo, não havia mais espaço para erguer novas barracas, pois o terreno estava completamente tomado pelas pessoas e pelos paus, panos e plásticos que haviam levado para levantar as barracas.

Se, por um lado, havia uma solidariedade em dividir barracas maiores, passando ao meio um lençol ou uma tanga de rede, por outro lado, a disputa pelo pedaço de chão “conseguido” parecia ser intensa. Alguns moradores contaram que a disputa por guardar o espaço demarcado configurava uma grande preocupação, fixando os ocupantes ao solo demarcado de modo tal que não podiam sair do pequeno quadrado: “Você não podia sair de jeito nenhum, porque senão era capaz de perder a barraca; tinha sempre que ficar alguém guardando a barraca”; “se você saísse, era capaz de quando voltar não ter mais nada, de terem levado até o pau da barraca; e aí você não tinha nem ele [o pau da barraca] pra chutar”, disseram dois moradores, rindo ao recordar o princípio da ocupação.

Durante aquela primeira semana, os moradores e as moradoras se dirigiram à CMI, a fim de reivindicar, junto aos vereadores, assistência àquelas famílias e atendimento ao direito de morar, pois até aquele momento nenhum representante do Poder Público tinha ido sequer visitar as pessoas que estavam morando precariamente naquela ocupação, no bairro Filadélfia.

De acordo com as narrativas, os moradores e as moradoras contaram com o apoio das lideranças das outras duas ocupações já realizadas no Município. Disseram que, inicialmente, não tinham estabelecido relações com outros movimentos de luta pela moradia, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e o

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST). Depois, chegaram a dialogar com tais movimentos, mas, em geral, não há uma institucionalidade jurídica no movimento, de modo que os sujeitos que organizaram e mobilizaram o movimento para a realização da ocupação atuaram de forma autônoma.

Uma das paredes do pequeno quarto que faz parte do equipamento Academia da Saúde (Figura 9) chama a atenção. Voltada para a rua, ela sugere a passagem de movimentos sociais, como o Levante Popular da Juventude e o MST. As palavras escritas e as imagens reforçam o processo de luta dos moradores e das moradoras pelo direito à moradia e o sonho da casa própria, aspiração desses sujeitos que sempre falam “Quero uma casa!”.

Figura 9 – Paredes do quarto do equipamento Academia da Saúde.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

A presença e o diálogo com esses movimentos parecem ter sido pontuais, num momento inicial da ocupação. Durante a imersão no campo, os moradores e as moradoras faziam alusão a eles de uma forma remota, distante, utilizando expressões como “no começo da ocupação, ...”, “logo que nós invadimo, ...”, “assim que a invasão começou, ...”, dentre outras. A passagem desses movimentos pela ocupação incentivou a continuidade da luta por parte dos moradores e moradoras, porém esses sempre agiram com muita autonomia.

Duas referências para as pessoas que moram na Ocupação Filadélfia são os padres Anastácio

Ferreira e Francisco Leiva, sacerdotes católicos que acompanham a luta pelo direito à moradia e outras questões sociais no Município faz alguns anos. Sensíveis ao sofrimento dos pobres na cidade e no campo, eles sempre participaram de reuniões e manifestações externas ao lado dos moradores e das moradoras, articulando, inclusive, a participação de pastorais ligadas à Igreja Católica e outros movimentos sociais. Durante a imersão no campo, observamos que, para os moradores e as

moradoras, a presença da Igreja Católica, sobretudo nas pessoas desses dois sacerdotes, sempre foi forte na comunidade e sua voz, ouvida.

Logo quando iniciamos as visitas à comunidade, foi bastante comum os moradores e as moradoras narrarem fatos que ressaltavam a precariedade da vida no começo da ocupação. Narraram que era muito desgastante passar os dias ali nas barracas, porque além de o espaço de cada barraca ser pequeno, ela era muito quente, posto que era coberta com lona preta. Manoel disse uma vez: “Durante a segunda metade do ano, a incidência do sol é mais forte... quando chega os ‘b-r-o-s’,³⁵ aqui é muito quente; e embaixo dessas barracas, aí que era [quente]; a vida aqui é precária” (SILVA, 2017a).

Alguns moradores e moradoras também fizeram referência às condições de acesso a água e energia. Quanto à água, narraram que só tinha água encanada no banheiro do equipamento público Academia da Saúde “para dar contar de toda aquela gente”. Depois, os moradores “puxaram” uma torneira a partir da encanação próxima ao banheiro, a fim de pegar água em baldes para as casas. Sobre a precariedade de acesso a água, eis alguns relatos colhidos no princípio da imersão no campo: “Quando era a hora de tomar banho, era aquela fila”; “pra tomar banho, pra escovar os dentes, pra cozinhar ou lavar alguma coisa, só tinha a água da Academia [da Saúde]”.

O acesso a energia era outro ponto crítico. Toda a eletricidade que abastecia as barracas da ocupação era retirada de um único poste, por meio de ligações irregulares, popularmente denominadas “gato”. “A luz [energia] daqui é toda retirada desse poste; é um ‘gato’ só”. Os moradores disseram que já teve até princípio de incêndio, em razão da sobrecarga de energia e da irregularidade da fiação mesmo. “Uma vez pegou fogo na barraca de fulano, aí teve que todo mundo acudir [socorrer], jogando água e terra, que era pra apagar o fogo”.

Como já informado anteriormente, o único banheiro da ocupação era aquele da Academia da Saúde. O banheiro era usado por todos os moradores e moradoras das barracas, a princípio. “Só tinha esse banheiro pra todo mundo... aí tinha que esperar naquela fila... quando chegava a sua vez, o banheiro, às vezes, tava sujo, fedendo; mas a gente tinha que passar por isso, né?”; “Pra usar o banheiro, todo mundo usava, mas pra limpar e deixar organizado, era pouca gente

³⁵ A expressão “b-r-o-s” [‘bê erre ós’] consiste em uma alusão aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, período de estiagem no semi-árido nordestino.

que se preocupava. A maioria só usava e deixava sujo, imundo”, relataram duas moradoras.

O objetivo dos sujeitos que ocuparam aquele terreno público parecia, ao menos em princípio, ser um só: obter atendimento por programas habitacionais públicos, entenda-se, “ganhar uma casa”, “receber uma casa do prefeito”, como narraram os moradores e as moradoras, como será discutido posteriormente.

À medida que os dias e as semanas passaram, algumas pessoas foram desistindo da luta ali, nas barracas. Houve quem acreditasse que aquela situação iria ser resolvida logo, que logo sairia alguma proposta concreta do Poder Público agraciando-os com a almejada casa própria. Enquanto isso, “a Prefeitura só mandou foi fazer mais um cadastro... dessa vez, foi de todo mundo que tava nas ocupação, inclusive aqui. E depois, foi cadastro e mais cadastro; e nada de casa”. Assim, como dizem os moradores, “algumas pessoas foram desistindo, foram vencidas pelo cansaço”.

Outras pessoas se inscreveram no cadastro da Prefeitura, mas depois, por motivos diversos tiveram que deixar de morar nas barracas. Algumas dessas regressaram depois para morar novamente na ocupação, só que em casas feitas de alvenaria, como se abordará posteriormente.

As estratégias utilizadas pelo Poder Público no sentido de inviabilizar o movimento parecem ter sido várias. De acordo com os relatos dos moradores e das moradoras, dentre as investidas do Poder Público em desfavor dessas pessoas que moravam na ocupação podem ser citadas: por um lado, a falta de assistência social efetiva a elas, a realização de cadastros e recadastros, triagens e mais triagens para fins de controle e eliminação de famílias que, eventualmente, não poderiam ser beneficiadas quando houvesse programas habitacionais; a precariedade no acesso a água, energia, coleta de lixo. E, por outro, uma ação judicial de reintegração de posse movida pela Prefeitura (tecnicamente, o Município), como exposto anteriormente.

Assim, percebemos que algumas pessoas desistiram da ocupação não somente pelo decurso do tempo e pelo não atendimento das reivindicações por moradia própria, mas também pela pressão oriunda das ação de reintegração de posse ajuizada pelo Município, a qual parecia ignorar as condições de precariedade em que viviam os moradores e as moradoras da ocupação e, simultaneamente,

demonstravam uma concepção de criminalização do movimento.

Também, houve quem saiu da ocupação por questões de saúde própria ou de familiar. Dona Raimundinha disse que saiu em razão de um problema de pele: “A barraca onde eu morava era muito quente, porque era coberta com uma lona preta; aí, com aquela quentura, eu comecei a sentir uns problema de pele; começou a sair umas mancha na pele e o rosto começou a despelar” (SILVA, 2017c). Já Mônica teve que deixar a ocupação para tratar da saúde de seu filho, Enzo Gabriel:

Logo quando invadiram aqui, eu vim, eu fiz uma barraquinha, só que aí eu comecei a tá aqui, só que eu não dormia aqui, eu dormia na minha casa [onde pagava aluguel]. Só que aí o meu filho pegou uma alergia na pele... aí chegou a ficar internado, deu pneumonia nele... Aí eu tive que abandonar aqui... (MENDES, 2017).

Maria Aparecida, mais conhecida como Malora, é outra moradora que chegou nos primeiros dias da ocupação, levantou barraca, mas teve que sair das barracas por motivo de saúde de alguém de sua família:

Eu vim, nós fizemo nossa barraca aqui. Eu ainda passei seis mês, vindo dormir... Aí depois eu sai, porque a minha mãe é doente, e não tinha quem tomasse de conta dela. Ela não deixava ninguém se aproximar dela, a não ser eu, pra cuidar dela. Aí eu fui pra casa, fui ficar em casa com ela... (MALOURA, 2017).

Com a demora da atuação do Poder Público, especialmente da Prefeitura, no sentido de “resolver o problema” dos moradores e das moradoras, esses sujeitos tiveram que “fortalecer” as barracas, passando a usar pedaços de madeira, ferro, papelão e plásticos. Com a diminuição do número de pessoas nas barracas, também foi possível aumentar o tamanho das barracas e, em alguns casos, até modificar a localização da mesma dentro do terreno ocupado. De acordo com Dona Maria de Jesus, era “pra organizar as barracas em uma rua só, colocando elas de um lado e de outro da rua, pra a gente ficar mais próximo, pra ter só uma entrada e pra derrubar as que não tinha gente morando” (SOUSA, 2017b).

Como afirmado anteriormente, a progressiva evasão de moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia foi tamanha que em maio de 2016 apenas seis famílias estavam morando no local. Já a partir da segunda metade do referido ano, após a construção da primeira casa em alvenaria, o número de pessoas morando na

ocupação recomeçou a aumentar, dessa vez, mais devagar, história que será retomada posteriormente.

As experiências vividas e relatadas pelos moradores e pelas moradoras parecem possuir algumas semelhanças com os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, quando tais movimentos surgiram a partir de práticas, falas e interpretações que foram sendo construídas nas lutas cotidianas, de diversas formas e por diversas pessoas, cujas experiências se somaram. É a partir de sua diversidade de perceber o mundo e de se organizar para enfrentar os “problemas” que se origina uma vontade coletiva para lutar por diversos direitos.

Nesse sentido, as experiências históricas de luta pelo acesso à terra e à moradia, empreendidas no campo e na cidade, parecem ser ressignificadas pelos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia. Diversas histórias de vidas entrecruzadas em determinado momento histórico por uma razão semelhante, a saber: a precariedade das condições de acesso à moradia. O encontro dessas pessoas na ocupação, com suas respectivas trajetórias habitacionais, e suas experiências cotidianas parecem marcar o entrecruzamento de suas identidades individuais e a formação de uma identidade coletiva.

3.4 TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES

A partir das narrativas dos moradores e das moradoras, parece que a maioria deles nunca possuiu uma casa própria, mas sempre morou de aluguel, e em várias casas ao longo do tempo. Há, também, alguns que, antes de ir para a ocupação, moraram em uma realidade de adensamento excessivo. E há, ainda, quem morasse de favor em casa alheia, sempre com o medo de que a casa fosse pedida pelo proprietário.

Os relatos expressam a multiplicidade de lugares em que moraram antes de chegarem à ocupação Filadélfia. Vieram de bairros periféricos da cidade, como COHABs, Vila Centenário, Verde Parque, Jardim Oásis, João Paulo II, Vila Neuma, Vila Moura, Chapadinha, Pedrinhas (Santo Antônio), Cocobó, Veneza, Vila Coqueiro, Flores, Vila Paraná. Ou, ainda, vieram da zona rural, como os moradores e as moradoras que disseram que antes de morar na ocupação moravam no Sítio Minas, no Sítio Lagoa de Dentro, no Sítio Parelhas, e na estrada que vai para o Sítio

Baú e próximo do Sítio Varjota.³⁶ Ademais, há gente que já veio da ocupação do João Paulo II.

Cícero e Geciana são um casal que tem três filhos adolescentes. Depois que casaram, moraram de aluguel na Vila Neuma, em Lima Campos (distrito de Icó-CE) e na Vila Centenário. Relataram que vieram para a ocupação porque não conseguiram mais pagar o aluguel, por conta de Cícero ter ficado desempregado um pouco antes, e serem poucos os serviços extras para pagar as contas. Para Cícero, a vinda para a ocupação “tirou o peso do aluguel das costas... a preocupação era o com o aluguel” (BASTOS, 2017).

Aline vive com João. Ela relatou que já morou de aluguel nos bairros Vila Neuma, Chapadinha, Alto do Jucá, Santo Antônio, Cocobó e Vila Centenário. Sobre sua vinda para a ocupação, contou: “não conseguia pagar aluguel depois de dois meses de atraso... o proprietário pediu a casa, aí tive que sair... aqui melhorou [sorriso] porque não tenho que pagar aluguel” (MARQUES, 2017).

Maloura mora com seu companheiro Juverlândio (Jú), sua filha Gerlânia e seus netos Bernardo e Daniel. Ela, que trabalha em casa de família, relatou que sempre morou pagando aluguel e que sua mãe sempre a ajudou, porque a renda auferida com seu trabalho não era suficiente para o sustento da família.

Eu morei com a minha mãe... é... até quando eu era solteira. Depois que eu me casei, aí eu saí de dentro de casa, fui morar de aluguel. É... sempre minha mãe quem pagava meu aluguel, porque eu trabalhava... sempre trabalhei em casa de família, mas é um trabalho que num era assim, de ganhar dinheiro que desse pra mim sobreviver... que minha mãe sempre chegou junto de mim, com aluguel, feira, essas coisas e... sempre morei no Santo Antônio, na Otaviano Benevides... mas sempre foi ela que me ajudou em tudo... eu não tinha outro lugar pra ir, né? Porque é que nem eu sempre eu digo aqui, ao pessoal aqui: “Se a minha mãe... é... ela faleceu. Se ela tivesse morrido e eu tivesse ficando, é... ficando em casa alugada, pra mim pagar aluguel, não tinha como eu pagar aluguel.” Porque a casa que eu morava, era R\$ 370,00 o aluguel. Era R\$ 370,00 de aluguel, era R\$ 120,00 de luz, era R\$ 60,00 de água. Aí onde era que eu ia arrumar esse dinheiro todinho? Eu não tenho um emprego certo, meu emprego é bico, é quando uma pessoa me chama pra mim fazer uma coisa... é... fazer uma faxina; eu vou. E você sabe que dinheiro de faxina, aqui dentro de Iguatu, a gente não ganha, a gente é muito é explorada, dentro de Iguatu; pra essas coisa aí tem quem explore a gente. Andei muito, com esses candidatos [políticos], andei atrás, pra ver se eu arrumava um emprego pra mim, ao meno, numa escola... é... em serviços gerais. Mas eu não arrumei nada. Não arrumei quando eu era nova, agora não vou arrumar, né? (MALOURA, 2017).

³⁶ Apesar de recente legislação municipal ter expandido o perímetro urbano de Iguatu-CE, classificando a Varjota como área urbana, os moradores e as moradoras se referiram a essa área como um sítio, como parte da zona rural.

A partir desse relato de Malora, é possível inferir o alto custo de vida na cidade, representando o aluguel um valor próximo de 40% do salário mínimo. Esse valor era deveras oneroso para o orçamento de sua família, cuja renda mensal se compunha do pagamento das eventuais faxinas feitas por ela em casas de família e do benefício do Bolsa Família relativos às duas crianças.

As experiências de moradia vividas por Jholly retratam as dificuldades dos parentes próximos de conseguirem emprego e poderem ter condições de pagar aluguel. Compartilhar o mesmo teto com parentes nem sempre se trata de uma decisão voluntária, mas uma questão de necessidade.

Eu morei primeiro com minha mãe, né? Eu e minha mãe, e meu esposo veio morar com a gente. Aí passado um tempo, eu fui ajudar a mãe dele, porque lá tavam desempregado, só meu esposo tava trabalhando. Aí a gente foi e se mudou pra a casa da minha sogra, pra facilitar lá, pra ajudar a eles. Aí como meu cunhado começou a trabalhar, aí a gente decidiu ir morar numa casa, alugar uma casa, né? Tava trabalhando, tudo bem. Aí fomos morar numa casa de aluguel... não era nem uma casa, era um quartinho, de dois vãos, um banheiro e uma areazinha. Aí nós fomos vivendo, só que aí, de repente, o rapaz onde ele trabalhava dispensou ele. Daí, então, ele não conseguiu mais emprego, só foi fazendo bico, e o aluguel tava já pra se vencer... Aí foi quando começou as invasão. Isso a gente já tinha ido pra outra ocupação, que a gente tinha ouvido falar, lá no João Paulo. Só que quando nós chegamo lá já tinha bastante gente, a gente decidiu não ficar lá. Aí eu fiquei indo pra as reunião, participando das manifestação e tudo. Aí, acabou que um dia, teve aqui. Aí veio eu e uma amiga minha, que tava grávida quase nove meses. Nossos maridos trabalham no mesmo local, que eles faz bico, né? Aí nós viemo pra cá, peguemo um terreno, também, enfrentemo, já tinha muita gente, foi um sacrifício, muita gente dizendo que não tinha mais terreno. Aí nós subimo aqui pra cima e achemo. Aí fomos e marquemo, fomos atrás de pau pra marcar o terreno. Aí quando nossos esposos chegaram do trabalho, vieram ajudar. Aí chegemo aqui. E o rapaz - lembra que nós tava na casa, né?... Aí fizemos a barraquinha de pano, só de pano, não era nem coberta, era só pano nos lados. Aí nós revezava: nós ficava em casa, às vezes, de dia, ia em casa só limpar as coisa e passava o dia aqui no terreno, né? Porque era muita gente, era aquela aflição, todo mundo ia conseguir, era a luta... Aí o aluguel ainda atrasado e meu marido atrás de emprego, e nada de arrumar dinheiro. Aí o homem da casa, o proprietário da casa, ficou sabendo que a gente tava aqui, nesse movimento das barracas. Aí o homem foi só lá e pediu e deu um dia pra a gente tirar as coisas. Ele ainda mandou nós vir, "vão pegar as coisas de vocês, vão pra a barraca de vocês" (JHOLLY, 2017a).

Como se pode inferir, a partir do relato, o atraso do aluguel foi o motivo final para que o casal fosse morar na ocupação. No princípio da experiência de imersão no campo, Jholly dizia que não gostava muito de morar ali, mas que se acostumou: "Não gostava [de morar na ocupação], mas me acostumei... porque antes tinha muita coisa que não prestava... mas hoje não tem mais. Estou aqui

porque espero receber uma casa, mas dizer que gosto, não gosto, não” (JHOLLY, 2017b).

Kaiane e Cristiano têm três filhas pequenas e é outro casal de moradores que, antes de vir morar na ocupação, já moraram de aluguel nos bairros Santo Antônio e Cocobó. E, antes de vir para a ocupação, moravam na casa da avó de Cristiano, onde nove pessoas se acomodavam em uma pequena casa, numa realidade de adensamento excessivo. Perguntada sobre o que mudou quando veio para a ocupação, além de fazer referência ao pequeno espaço da moradia anterior, Kaiane sorriu, olhando antes para os lados, e disse: “aqui eu posso mandar... eu faço as coisas do meu jeito” (LIMA, 2017b).

Rosineide e Damião têm três filhos, ainda crianças, e moravam de favor em casa de taipa num sítio que fica depois da estrada do Baú (zona rural de Iguatu), perto da Lagoa do Iguatu. Disseram que não tinham condições de pagar aluguel já antes de morarem na ocupação e que viviam sob o risco iminente de o dono pedir para eles saírem da casa em que moravam de favor. A sua vinda para a ocupação coincidiu com o pedido de entrega da casa em que moravam por parte do proprietário (CARMO, 2017).

Em todas essas narrativas aparece, de uma forma ou de outra, a questão do aluguel. Trata-se de uma renda explorada por aquele que detém a propriedade da terra, nesse caso urbana e edificada, ao passo que os eventuais inquilinos se comprometem a pagar, ainda que tenham dificuldades para tanto, determinada quantia em troca do direito de morar. Os relatos dos moradores e das moradoras parecem corroborar aquele entendimento de que o direito à moradia na sociedade em que vivemos se tornou uma mercadoria, acessível a quem por ela possa pagar.

Considerando-se a realidade de desemprego ou de subemprego experimentadas por esses moradores e moradoras, cujos rendimentos não conseguem cobrir todas as despesas necessárias à subsistência familiar, dentre elas a necessidade de morar, que opção de trajetória habitacional tais sujeitos poderiam trilhar? Nesse sentido, a fala de Jholly (2017c) é bastante elucidativa:

Ninguém tá aqui por opção, não! A gente tá aqui é por necessidade, é porque não tinha mais condição de pagar aluguel. Se eu tivesse condições, eu mesma alugava era um lugar pra eu morar, porque aqui a gente se sujeita a muita coisa por falta de opção, porque não tem pra onde ir.

A dificuldade financeira de pagar aluguel e a submissão às precárias condições de existência vividas no ambiente da ocupação urbana refletem a espoliação urbana (KOWARICK, 1979) a que estão sujeitos os moradores e as moradoras. Sem acesso à propriedade da terra urbana, mercadoria de alto valor no mercado, e dado o alto valor que se paga pelo aluguel em troca do direito de morar, alguns moradores e moradoras chegaram a uma situação, como um dia disse Aline, em que “ou comia, ou pagava aluguel” (MARQUES, 2017).

Como afirmado anteriormente, o movimento dos moradores e das moradoras enquanto sujeito coletivo parece construir uma identidade a partir da experiência social de reivindicação por moradia. Nesse sentido, a experiência da inserção desses sujeitos no movimento contribui para a formação de uma identidade coletiva, mas que também perpassa por uma dimensão individual. Enquanto movimento coletivo, o principal elemento identitário da ocupação se traduz justamente na reivindicação do acesso a programas habitacionais para população de baixa renda.

Todavia, já no princípio do trabalho de campo, não custou muito perceber as divergências entre moradores e moradoras no que tange a esse objetivo, tido como central do movimento. Na primeira reunião de moradores e moradoras de que participamos, ficou bastante evidente o embate de idéias travado por dois líderes da ocupação. Um líder defendia que, se o prefeito desse um terreno, já seria o suficiente, pois o beneficiário e/ou a beneficiária teria que, com seu esforço, construir a sua própria casa.

A outra líder defendia que o objetivo do movimento era conseguir do Estado – em sentido amplo – uma casa construída, porque não eram todas as pessoas que teriam condições de levantar sua própria casa, caso recebessem apenas um terreno para tanto, seja porque não poderiam pagar o material de construção, seja porque não poderiam pagar a mão-de-obra, ou, ainda, as duas coisas.

Naquele momento da reunião, alguns moradores e algumas moradoras começaram a manifestar suas opiniões em favor de uma ou da outra proposta. Com a continuidade das visitas de campo, foi possível perceber, progressivamente, que os moradores que, em geral, se manifestaram a favor da proposta de lutar pela conquista de um terreno para construir a própria casa eram moradores homens, notadamente aqueles que possuem habilidade para o ofício de

pedreiro, que, inclusive estavam morando em casas em alvenaria construídas por eles mesmos. Também, foi possível observar que a renda familiar deles não é inferior a um salário mínimo.

Por outro lado, tomaram partido em favor da proposta de reivindicar a casa, em geral, algumas mulheres cujas rendas familiares são inferiores a um salário mínimo - o que inviabiliza a compra de material de construção - e cujos companheiros - aquelas que vivem com um - não possuem habilidade para o ofício de pedreiro (saber fazer).

Esse fato salienta que a ocupação não consiste em um lugar homogêneo, antes que possui sujeitos que pensam e agem de modo divergente. Nesse sentido, há que se perceber esse conjunto de moradores e moradoras e o espaço em que vivem numa perspectiva plural, em que há padrões socioeconômicos e urbanísticos diversos (KOWARICK, 2009b), como afirmado anteriormente; e há que se considerar a questão de gênero, acrescentamos.

Essas divergências também podem ser notadas pela configuração dos tipos de construção das unidades habitacionais e mesmo por suas respectivas localizações no terreno público ocupado. Há três filas de unidades assim distribuídas: há uma fila em que predominam as últimas unidades habitacionais feitas de madeirite, de taipa, ou levantadas com paus, tábuas, ferragens, lona e plástico (barracas). Nessa mesma fila, há casas em alvenaria já construídas e outras em construção.

Na fila do meio, todas as unidades já construídas são em alvenaria. Até setembro de 2017, havia uma barraca ao fundo, feita com paus, tábuas, ferragens, lonas e plásticos, mas a mesma foi desfeita. Era a barraca em que moravam Jholly e seu companheiro, que passaram a morar em uma unidade feita de madeirite. As unidades ainda não concluídas nessa fila também são em alvenaria. E na outra fila, todas as casas foram construídas em alvenaria, inclusive, nessa fila é que foi iniciada a prática de construção das casas de alvenaria, quando ainda as demais eram do tipo barracas.

Entre moradores e moradoras, já foi motivo de sátira os tipos de materiais usados nas construções das unidades e a sociabilidade desenvolvida nas duas ruelas da ocupação (Figura 10). A ruela cujas unidades são todas em alvenaria foi taxada de Vila Aldeota, alusão a um bairro nobre da capital cearense, ao passo que a ruela em que predominavam as unidades que não eram construídas em

alvenaria foi taxada de Vila Caralho, possivelmente uma alusão ao estigma social carregado pelas favelas, consideradas pela ideologia hegemônica enquanto lugar de barraco-pobreza-violência e vagabundagem-vício-criminalidade (KOWARICK, 2009b).

Figura 10 – Ruelas da Ocupação Filadélfia.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

A identidade dos moradores e das moradoras enquanto sujeitos que reivindicam o direito à moradia, particularmente, serem beneficiados por programas habitacionais para população de baixa renda, parece não ser algo dado, mas resultado de uma construção que se dá a partir de suas experiências e no movimento de luta (THOMPSON, 1987), como algo que não é fixo, mas processual.

Sobre como tomaram conhecimento do movimento da ocupação, alguns moradores e algumas moradoras relataram que souberam por terceiros, mas também por familiares. Houve casos de os próprios moradores tomarem conhecimento por verem o movimento da ocupação acontecer, seja porque moravam ali próximo ou porque passaram, eventualmente, quando a ação de ocupar aquele terreno público estava no seu princípio.

Dona Raimundinha relatou que seu companheiro, Seu Zé, depois de ter tomado conhecimento por terceiros, “chegou em casa e disse que tavam invadindo um terreno no Filadélfia... aí nós viemos pra a invasão, porque tava todo mundo invadindo mesmo... e nós tamo até hoje aqui na invasão” (SILVA, 2017c).

História semelhante ocorreu na casa de Ana Paula. Ela disse que quando seu marido chegou do trabalho, “já foi contando que tavam invadindo um terreno no Filadélfia... aí nós conversamos em família pra decidir se a gente ia vir”.

Nessa conversa familiar, ela disse que não queria morar na ocupação, em razão da “realidade de eventuais perigos... riscos que tinham ali”, mas acabou vindo para acompanhar o companheiro e os filhos, que já são adultos (TEIXEIRA, 2017).

Dona Maria de Jesus, que morava no bairro Santo Antônio, disse que soube da ocupação por meio das conversas na rua, que pareciam já ter se espalhado por toda a cidade: “Depois que eu soube na rua que tavam invadindo no Filadélfia... aí eu vim pra invasão no segundo dia, no domingo. Vim pra cá atrás de um chão, porque ou pagava o aluguel, ou comia” (SOUSA, 2017b). Ressalte-se que, nessa fala, Dona Maria de Jesus explicita aquela situação de precariedade das condições de existência no ambiente urbano.

Kaiane tomou conhecimento da ação da ocupação por meio de Dona Maria de Jesus, que é sua sogra. Kaiane relatou que quase não vinha se inserir no movimento e que, quando veio, quase não ficava:

Me disseram assim: “Tão invadindo um terreno perto do Arroz Caseiro”. Minha sogra me chamou, mas eu não queria vir logo. Mas aí... depois... eu vim, mas eu não queria vir pra cá, não. Só vim porque disseram que pegaram o terreno e marcaram com os panos, no domingo. Quando eu cheguei, o povo tava gritando, desesperado... eu não ia ficar, mas acabei ficando, porque tinha que guardar o espaço e porque tava precisando (LIMA, 2017c).

Roberlânia morava quase em frente à ocupação, na Rua Projetada, popularmente conhecida como Rua do Canal. Ela disse que viu as pessoas chegando no terreno, demarcando os espaços e levantando as barracas, já no primeiro dia. Acrescentou que não se inseriu no movimento já no primeiro dia, porque estava gestante de três meses, o que não impediu que, já na quinta-feira da semana seguinte, ela começasse a se inserir no movimento, passando as tardes nas barracas. Ressaltou que, devido à gravidez, não ficava o tempo inteiro na ocupação (SOUSA, 2017e).

Houve moradores e moradoras que apresentaram algum tipo de resistência inicial à ação de ocupar aquela área, principalmente por conta da insegurança que aquele lugar representava, sobretudo, para elas, mulheres, em razão de sua condição feminina.

No início das visitas à ocupação, era bastante comum os moradores e as moradoras se referirem a suas unidades habitacionais como barracas. Como não havia nome oficial de rua no terreno ocupado, não havia certeza quanto à

resposta para uma eventual pergunta sobre o endereço dessas pessoas. Realizamos esse exercício de perguntar-lhes seu endereço. A maioria dos sujeitos ressaltou que moravam nas “barracas do Filadélfia”, possivelmente porque, de fato, até novembro de 2016 predominavam as precárias unidades habitacionais denominadas de barracas; e acrescentavam outras referências, dentre as quais o Arroz Caseiro (indústria de beneficiamento de arroz próxima) e o equipamento público Academia da Saúde local.

Em menor quantidade foram as respostas que fizeram referência à “invasão do Filadélfia” e ao “assentamento do Filadélfia”. Essas distintas terminologias não destoam muito, comparada a uma outra utilizada por um casal de moradores que respondeu que moravam na “Comunidade Padre Ibiapina”.

Tomamos conhecimento dessa última denominação ainda no princípio da imersão no campo. Ao que parece, trata-se de uma tentativa de fixar esse nome para aquela localidade no sentido de buscar legitimação social do movimento de reivindicação por moradias populares.

De acordo com os moradores e as moradoras, a escolha desse último nome se deu a partir das histórias contadas pelo padre Anastácio Ferreira. O nome faz alusão a um sacerdote católico do Ceará cujo ministério pastoral na região Nordeste foi caracterizado por um intenso acompanhamento às populações pobres, de modo particular aquelas das zonas rurais. Os moradores e as moradoras da ocupação se interessaram pelas histórias daquele missionário nordestino e, com frequência, pediam para que o padre Anastácio lhes falasse sobre o padre Ibiapina.

A partir desse nome atribuído à comunidade, percebemos que os moradores e as moradoras possuem um sentimento religioso bastante forte. Além das referências aos padres Anastácio Ferreira e Francisco Leiva, nas suas falas também mencionam algumas autoridades evangélicas. Passamos a prestar mais atenção a uma faixa que está na frente da ocupação (Figura 11), na qual consta o nome “Comunidade Padre Ibiapina”, além de um versículo bíblico que parece servir como uma motivação espiritual para os moradores e as moradoras: “E edificarão casas e as habitarão” (Isaías 65, 21). Eles até já fizeram camisetas com o desenho e a frase que constam na faixa.

Figura 11 – Faixa em frente à Ocupação Filadélfia.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Nas casas, é comum encontrar símbolos religiosos, como imagens, quadros e até pequenos altares, como encontramos nas casas de Geciana e Aline (Figura 12). A fotografia sacada por Geciana retrata o ambiente de que mais gosta em sua casa. Nela, há uma diversidade de objetos que estão no quarto, mas sua centralidade é ocupada por um pequeno altar, coberto por uma pequena toalha branca e sobre o qual há algumas imagens religiosas, um terço e uma Bíblia aberta.

Na casa de Aline, as paredes da casa estão cobertas de quadros e imagens religiosas. Logo que entramos, visualizamos a parede da sala repleta desses objetos religiosos. Quando lhe pedimos para sacar uma foto, ela já nos convidou para conhecer os cômodos da casa e apresentou os demais símbolos religiosos ali existentes, inclusive seu oratório particular.

A presença do elemento religioso

Figura 12 – Símbolos religiosos nas casas.



Fontes: GECIANA, 2017 (acima); e Acervo do Autor, 2017 (abaixo).

nas falas e gestos dos moradores e das moradoras, assim como os sinais encontrados em suas casas permitem levantar a possibilidade de que a esperança de serem atendidos por programas habitacionais voltados para população de baixa renda parece se basear, de forma última, não no Poder Público, sobretudo o Poder Executivo local, mas no Divino, numa perspectiva providencialista.

Esse processo de construção de identidade coletiva, mas também subjetiva, perpassa, ainda, um conjunto de relações sociais que se estabelecem entre os moradores e as moradoras da ocupação e o ambiente em que vivem, bem como entre essas pessoas e o Estado, em sentido amplo. Tais relações contribuem para nos acercarmos mais ainda das representações sociais sobre a moradia elaboradas por esses sujeitos em suas experiências cotidianas e no movimento de reivindicação por moradias junto ao Estado. Essa abordagem será aprofundada no próximo capítulo.

4 OS MORADORES E AS MORADORAS INSISTEM: “QUERO UMA CASA!”

No presente capítulo, buscamos compreender, a partir de uma perspectiva relacional, especialmente a partir das relações estabelecidas com o Poder Público e das relações estabelecidas com o ambiente em que vivem, o conteúdo das representações sociais sobre a moradia partilhadas pelos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia.

Por trás da frase “Quero uma casa!”, um mundo de elaborações mentais parece se esconder. Tanto quanto uma concepção de moradia cujas características parecem pender para o seu valor de troca, consubstanciado nas falas do tipo “uma casa é não pagar aluguel” ou “uma casa é ter um canto pra eu dizer que é meu”, começamos a perceber uma concepção cujas características, também, apontam para o valor de uso da moradia.

E não somente a partir da observação participante e do desenvolvimento das demais técnicas para com as pessoas jovens e adultas, mas também a partir das atividades de contação de estórias e de desenhos realizadas com as crianças. Essas são as mais espontâneas possíveis, sempre insistindo em brincar, em se divertir, em nos convidar para adentrar o seu mundo particular.

O mundo das crianças, também, parece estar repleto de representações sociais, inclusive sobre a moradia. Se os adultos se expressam mais por suas falas, gestos e comportamentos, as crianças revelam, especialmente por meio do lúdico, seu universo. Conhecer as crianças, planejar e desenvolver atividades lúdicas com elas configura uma atitude de reconhecimento de que elas existem, vivem aquela realidade e fazem parte da cidade. Pena que essa parece não ser pensada para aquelas.

4.1 AINDA EM BUSCA DE COMPREENDER A FRASE “QUERO UMA CASA!”

Desde as primeiras visitas à Ocupação Filadélfia, mesmo antes do ingresso no curso de mestrado, uma frase freqüentemente pronunciada pelos moradores e moradoras é esta: “Quero uma casa!”, a partir da qual, inclusive, surgiram as questões originaram essa pesquisa, como anteriormente afirmado.

Doravante, ocupamo-nos de compreender o conteúdo da referida enunciação e seus desdobramentos.

Essa frase tão recorrente no discurso desses sujeitos parece constituir uma enunciação já naturalizada por eles. Nesse sentido, esse enraizamento no cotidiano vivido por tais sujeitos abre espaço para a possibilidade da investigação acerca do conteúdo das representações sociais sobre a moradia elaboradas por eles.

Afinal, quais os significados da referida frase para os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia? Durante a imersão no campo, da mesma maneira que muitos desses sujeitos falavam que foram morar ali devido razões de necessidade econômica, como abordado anteriormente, era comum os moradores e as moradoras dizerem “Quero uma casa!”, quando expressavam seu objetivo de ter ido morar ali.

As representações sociais da moradia elaboradas por esses sujeitos não se restringem a meras abstrações mentais compartilhadas por esses sujeitos. Antes, sua força é tanta que, possivelmente, por elas, eles se mobilizaram e ocuparam, em determinado momento, aquele espaço. Também, ali levantaram barracas/casas, onde passaram a viver, e desde então tem reivindicado junto ao Poder Público o direito à moradia. De modo que, de acordo com a perspectiva de Moscovici (1978; 2015), tais representações possuem um caráter eminentemente prático, possuindo reflexos nas ações dos grupos que as compartilham.

As trajetórias habitacionais dos moradores e das moradoras antes de morar na Ocupação, já abordadas anteriormente, permitem perceber, em que pesem as diferenças vividas de modo particular por cada sujeito, uma situação de hipossuficiência econômica, consubstanciada nos seus relatos, de que não foram morar ali por opção, mas por necessidade. Tais experiências lançam luz sobre a compreensão das representações da moradia, uma vez que quando, informalmente, perguntamos aos moradores e moradoras o que é, para eles, uma casa, foram comuns respostas como: “É ter um canto pra eu dizer que é meu!” e “É não ter que pagar aluguel!”.

Uma moradia, pra mim, é a coisa mais importante na vida, né? É não ter que pagar aluguel. Porque você viver sofrendo pagando o aluguel... o dinheiro dá pra você comprar umas coisas, dá pra fazer umas compras, né? Aí vai pagar aquele aluguel; aí vai faltar coisa dentro de casa. É sofrido. Aí eu gosto da casa onde eu moro hoje porque eu tô economizando meu

aluguel, né? O dinheiro do aluguel eu tô... se é de eu pagar aluguel, eu tô fazendo uma feira. Porque o aluguel come no prato (BARBOSA, 2017).

No momento, se eu tivesse uma casa, eu tinha tudo, porque, depois que Deus levou a minha mãe, eu fiquei sem teto, sem casa; quer dizer, que uma casa, pra mim, é tudo, é a minha vida. Eu não tenho nada na vida. Aí uma casa pra mim seria a coisa mais importante do mundo. A importância de ter uma casa é porque a gente sai do sofrimento do aluguel, porque o aluguel, você sabe, quem não tem condição de pagar o aluguel fica que nem eu fiquei bolando. Uma semana... um mês num canto... pagava um mês, morava dois. Aí, o dono vinha e pedia; eu tinha que sair. Aí, a importância de uma casa pra mim é isso: eu saindo do aluguel, eu tô tranqüila (SOUSA, 2017a).

Essas respostas parecem apontar para o anseio de possuir uma propriedade privada e para uma questão econômica, ambas podendo ser correlacionadas ao valor de troca da casa. Mas, essas respostas esgotariam o significado da frase “Quero uma casa!”? Provavelmente, não, uma vez que esses sujeitos não pagam aluguel e parecem viver seu cotidiano com tamanha naturalidade naquele espaço, como se aquele espaço a eles pertencesse, embora reconheçam e atribuam à PMI (tecnicamente, ao Município) o direito de propriedade sobre a área em que moram e em que está edificado o equipamento público Academia da Saúde.

Durante as primeiras semanas de imersão no campo, a repetição daquelas respostas nos conduziu a uma reflexão acerca da forma como enunciamos a pergunta para os moradores e as moradoras. Ainda que lançada informalmente, sentimos a necessidade de reelaborar a questão e percebemos, a partir da experiência no campo, que o conteúdo das representações sociais sobre a moradia elaboradas por esses sujeitos está diretamente relacionado com as relações que tais sujeitos estabelecem com o ambiente em que vivem e com o Poder Público.

Nota do Diário de Campo – março/2017

“Já faz algumas semanas que, informalmente, perguntamos aos moradores e às moradoras ‘o que é uma casa?’. Geralmente, quando escutamos esses sujeitos dizerem ‘quero uma casa!’, a conversa acaba tomando o rumo de fazermos essa pergunta. Todavia, as respostas quase sempre são as mesmas: “é ter um canto pra eu dizer que é meu”, “é não ter que pagar aluguel”. Até parece que eles combinaram as respostas.

Possivelmente, estejamos fazendo a pergunta de forma equivocada, ou a observação está focada numa perspectiva privatista [propriedade] com relação ao solo em que estão vivendo. Talvez seja preciso observar as falas, os gestos, os comportamentos sob uma outra perspectiva. Mas qual?...”

Antes, porém, de buscarmos identificar o conteúdo das representações sociais numa perspectiva relacional, convém ressaltar que as primeiras observações durante a imersão no campo permitiram visualizar que, para os moradores e as moradoras, a moradia parece constituir um direito deles. Essa concepção de moradia enquanto direito remete diretamente à construção histórica do direito à moradia no Brasil, para a qual concorreram as lutas populares. E, também, remete ao campo Direito enquanto normatividade, uma vez que os moradores e as moradoras dizem com uma certa freqüência: “Tá lá na Constituição!”.

No entanto, o conteúdo desse direito, para esses sujeitos, não necessariamente é o mesmo daquele construído pela ciência jurídica, como abordado no segundo capítulo. Isso porque, de acordo com Moscovici (1978, 2015), a lógica de pensamento do sujeito comum, nesse caso dos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia, e a lógica de pensamento do cientista não operam da mesma maneira, pois enquanto essa atua de modo mais rígido e formal, aquela atua de modo mais livre e natural.

Se, por um lado, os moradores e as moradoras parecem viver com naturalidade naquele espaço, a observação participante possibilitou identificar, por outro lado, que eles parecem não estar satisfeitos com as condições de moradia em que vivem, tanto que, embora tendo erguido barracas/casas para morar, eles continuam a reivindicar, junto ao Poder Público, seu direito à moradia.

Essa reivindicação pelo direito à moradia pode remeter a outras duas possíveis inferências, a saber: a) para os moradores e as moradoras, o direito à moradia que cabe a eles ainda não foi efetivado; e b) para eles, é dever do Estado (em sentido amplo) efetivar esse direito, por meio do atendimento da demanda por programas habitacionais para população de baixa renda. Essa parece ser a principal pauta levantada por esses sujeitos.

4.1.1 Relações com o Poder Público até 2016

De acordo com relatos dos moradores e das moradoras, após a realização da ocupação no bairro Filadélfia, em 29 de agosto de 2015, nem os políticos locais (prefeito, vereadores e deputados estaduais da região) nem agentes públicos municipais foram ao encontro daqueles sujeitos. “Por causa desse descaso

[por parte do Poder Público], a gente foi bater nas portas da Câmara de Vereadores e da Prefeitura”, disse uma moradora.

A primeira ida à CMI (Figura 13) marcou a iniciativa dos moradores e das moradoras no sentido de buscar respostas mais efetivas do Poder Público, uma vez que já fazia muitos anos que muitos desses sujeitos estavam inscritos nos cadastros habitacionais já realizados pela PMI, mas até então não haviam sido contemplados por programas habitacionais voltados para população de baixa renda.

Figura 13 – Moradores e moradoras das ocupações na Câmara Municipal de Iguatu.



Fonte: Lima, 2015.

Essa ida à CMI se deu também com o objetivo de sensibilizar os vereadores, a fim de que se unissem aos moradores e às moradoras no sentido de cobrar ações mais concretas do Poder Executivo Municipal. Desse encontro, restou estabelecido o pedido de agendamento de uma audiência com o Prefeito para tratar da situação desses sujeitos e de uma visita ao local da ocupação.

Em meados de setembro de 2015, a secretária municipal da ação social foi até a ocupação e disse que o então prefeito Aderilo Alcântara (2013-2016) iria visitá-los nos próximos dias. Todavia, quem apareceu lá foi o deputado estadual Agenor Neto, ex-prefeito de Iguatu (2005-2012), em defesa do então prefeito. A visita do prefeito só aconteceu posteriormente, quando esse já teria conseguido, supostamente, um terreno para ser objeto de uma eventual ação/política habitacional para os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia. Eis o relato de Dona Maria de Jesus:

Isaura [...] veio avisar a nós que não saísse ninguém, que o prefeito vinha pra conversar com nós. Aí, vixe Maria! Se reuniu aqui todo mundo e ficou esperando o prefeito. Aí o prefeito não veio nem aqui, quem veio foi o [deputado] Agenor [...] Aí, Agenor veio pra cá dizer: “Olhe, minha gente, vocês tenham paciência! Nem é onze, nem é treze, é doze dias que vocês têm pra ficar aqui!”... Depois de uns quinze dias que nós já tava aqui. Aí, nós ficuemo esperando por ele, né? [...] Quando tava com quase... com mais de mês que nós tava aqui, aí foi quando o prefeito veio dizer que já tinha o terreno, que já tinha arrumado o terreno pra nós [...] que foi justamente o terreno da Coral, ao lado da Coral, que é o sangradouro da Lagoa do Iguatu. Era onde ele queria botar nós (SOUSA, 2017c).

A partir desses primeiros encontros, parece que a atuação prioritária da Prefeitura, ao menos em principio, se orientou pela busca de um terreno para viabilizar uma futura construção de casas populares e nelas alocar os moradores e as moradoras.

O suposto terreno apontado pelo então prefeito Aderilo Alcântara está situado na periferia da cidade, mais precisamente na borda sul, ao lado da rodovia CE-375, que liga o Município de Iguatu ao de Jucás. Conforme relatado pela Dona Maria de Jesus, fica ao lado de uma conhecida empresa do ramo de tintas, numa área imprópria para a construção de casas, haja vista no período de chuvas a Lagoa do Iguatu transborda e lança o excedente de suas águas na Lagoa do Cocobó. O suposto terreno que o então prefeito pretendia destinar para a construção de casas populares fica entre essas duas lagoas.

Ainda sobre esse terreno, convém registrar que sua localização geográfica é diametralmente oposta à área da cidade em que se concentram as classes mais abastadas, bem como é muito distante do centro da cidade, onde estão concentrados os principais equipamentos e serviços públicos e privados, como afirmado anteriormente. A impressão é que a escolha desse terreno parece um ensaio para expulsar os moradores e as moradoras da área em que moram, uma continuidade do histórico processo de higienização social das áreas centrais e das que lhe são adjacentes, a fim de reproduzir a segregação socioespacial intraurbana.

A reação dos moradores e moradoras veio em seguida. Não aceitaram a proposta apresentada pelo prefeito e que, provavelmente, contou com o aval do deputado estadual anteriormente citado. Sobre aquela proposta de uma possível remoção desses sujeitos, eis o relato de Dona Maria de Jesus:

Se nós ia deixar de morar na lagoa pra ir morar na [outra] lagoa? Porque aqui é uma lagoa. Aí, nós ia sair daqui pra ir se entocar no sangradouro da Lagoa [do Iguatu]? Aí quando... aí o [deputado] Agenor foi e veio aqui. Aí

quando ele veio, ele achou ruim, porque eu chamei ele de mentiroso. Chamei ele de mentiroso, porque ele disse que não tinha dito que tinha terreno. Eu digo: “Você disse! Você disse que tinha o terreno [...] que o terreno era tão... tão... plano que dava pra jogar sinuca. Quer dizer que as bolas de sinuca somos nós, que, desde o dia [em] que você veio aqui pela primeira vez, que você joga com a nossa cara?” (SOUSA, 2017c).

Vale ressaltar que foi possível inferir que, ainda quando da apresentação dessa primeira proposta do então prefeito aos moradores e às moradoras, esses já contavam com a assistência da Igreja Católica, particularmente do padre Anastácio Ferreira, de alguns outros líderes religiosos de igrejas evangélicas – menos citados pelos moradores e pelas moradoras durante a imersão no campo – e de alguns apoiadores.

Mas antes que o mês de setembro de 2015 chegasse ao fim, os moradores e as moradoras contam que foram surpreendidos com uma “bomba”, por uma “covardia” do então prefeito: este havia ingressado judicialmente com ações de reintegração de posse referentes a três áreas ocupadas, inclusive da Ocupação Filadélfia.³⁷ No dia 15 de setembro, a Juíza da 2ª Vara do Fórum de Direito – para a qual tinha sido distribuído o processo referente à Ocupação Filadélfia – deferiu o pedido liminar de reintegração do Município na posse do imóvel ocupado. A decisão da Juíza encerrava determinando a saída IMEDIATAMENTE – conforme consta na decisão – desses sujeitos que ocuparam o terreno público, inclusive com o uso de força policial, se fosse necessário.³⁸

Para os moradores e as moradoras, a notícia da decisão judicial chegou alguns dias depois. Ficaram revoltados com o comportamento do então prefeito Aderilo e do deputado estadual Agenor Neto, taxando-os de “traíras”, “Judas”, porque, por um lado, tinham conhecimento da ação judicial movida pela Procuradoria do Município, às escondidas, e do resultado favorável ao Município; por outro lado, foram ao encontro dos moradores e moradoras para dizer que estavam trabalhando para conseguir um terreno para destiná-lo a eventual construção futura de casas populares.

³⁷ Verificamos, no Fórum de Direito de Iguatu, que a Procuradoria do Município de Iguatu-CE ajuizou três ações de reintegração de posse, logo após as ocupações nos bairros João Paulo, Areias e Filadélfia. Embora distribuídas para Varas distintas – 1ª Vara – João Paulo; 2ª Vara – Filadélfia; 3ª Vara – Areias –, as ações tiveram os pedidos liminares de reintegração de posse deferidos.

³⁸ Eis os termos finais da referida decisão: “Diante do exposto, defiro o pedido liminar *inaudita altera pars* para determinar a reintegração do Município de Iguatu na posse do imóvel objeto da presente demanda, devendo os réus [moradores e moradoras] fazê-lo IMEDIATAMENTE, inclusive mediante a utilização de força policial, se necessário for” (CEARÁ, 2015b, p. 20v).

Pelos relatos, o clima de angústia e de medo parecia ter se misturado com uma sensação de revolta e descrença. Na Ocupação Filadélfia, não se falava outra coisa, a não ser sobre a referida decisão judicial. Os moradores e as moradoras já experimentavam a falta de compromisso da Prefeitura, configurada na falta de assistência a eles e elas. Mas a recepção da notícia daquela decisão judicial parecia ter sido um golpe de morte, porque, segundo eles, não tinham como ir contra a Justiça (tecnicamente, o Poder Judiciário). Ainda assim, tinha gente que dizia que só sairia com a garantia de ir para uma outra moradia. Sobre esses fatos que envolvem a chegada da notícia da decisão judicial de reintegração de posse ao conhecimento dos moradores e das moradoras, segue o relato de Joana:³⁹

A notícia chegou pra a gente como uma bomba; ninguém esperava uma coisa dessas, viu? A covardia do ex-prefeito foi muito grande, porque ele sabe que nós tamo aqui não é por luxo, não; é por necessidade, viu? Ele até já tinha ficado de vim aqui, mas não veio; quem acabou vindo foi o [deputado] Agenor Neto, que também devia saber de tudo que tava acontecendo por baixo dos panos. Eles deviam tudo saber; e nós, os pobres que mora nas ocupação, é que não sabia, e até escutam eles, pensando que eles ia fazer alguma coisa por nós, viu? ... Aí eles vêm com uma covardia dessa. Deixe estar! Que eu não esqueço é nunca essa covardia do prefeito.

Aí, sei que, por causa desse Judas, em vez de nós ganhar uma casa, a Justiça ia era correr com nós daqui, como se nós fosse um bando de ladrão, viu?... Nós somos gente decente, honesta; e se nós tamo aqui é por necessidade... Agora, cadê que alguém tava vendo nossos direito? Não tinha nem prefeito, nem deputado, nem a Justiça mesmo, pra ver nossos direito, viu? Nós quase que ia sendo expulso daqui, e não tinha ninguém por nós. [pequena pausa e, depois, um suspiro profundo] Mas Deus tá vendo as injustiça!

Eu sei que, em vez do prefeito se ocupar de conseguir recurso pra dar uma casa a nós, foi e botou foi nós na Justiça. Onde já se viu? E cadê nossos direito?... Eu sei que eu só saio daqui é depois que o prefeito me der uma casa; e não tem outro jeito de eu sair daqui não, viu? Eu não desisto daqui, eu não saio daqui, se não for pra outra casa, porque eu não tenho outro lugar pra morar. Eu vou ficar no meio da rua? (COSTA, 2017).

Diante dos fatos relatados pelos moradores e pelas moradoras, importa registrar algumas impressões, sendo as principais delas as hipóteses segundo as quais: a) para esses sujeitos, parece ser uma obrigação do prefeito dar casas a eles e elas; e b) as futuras casas que receberão implicará a saída do local onde moram hoje.

Essa representação da moradia enquanto direito dos moradores e das moradoras e obrigação do prefeito de dar-lhes casas é bastante recorrente nas

³⁹ Joana (Costa) consiste em um nome fictício, em razão de a moradora ter pedido para seu nome não ser divulgado.

falas desses sujeitos, apesar da falta de compromisso da gestão municipal dirigida por Aderilo (2013-2016) para com eles e elas, bem como da ação judicial de reintegração de posse movida pela Procuradoria Municipal. O relato de Joana citado há pouco parece evidenciar essa hipótese, pois mesmo diante de uma decisão judicial favorável ao Município, ela condiciona sua saída à recepção de uma casa dada pelo prefeito.

Outros elementos contribuem para reforçar essa primeira hipótese, como por exemplo: a longa espera dos moradores e moradoras, inscritos em cadastros habitacionais repetidamente realizados pela Prefeitura, para serem beneficiados, por meio de um programa habitacional para população de baixa renda, com uma casa popular; a iniciativa de irem até a CMI pedir o apoio dos vereadores, a fim de cobrar atitudes mais concretas do Poder Executivo local; a recusa, por parte desses sujeitos, da proposta apresentada pelo ex-prefeito de destinar aquele terreno próximo à empresa Coral para possível ação habitacional futura.

Quanto à hipótese de que, para os moradores e as moradoras, a localização das casas que eles receberão não coincide com o local onde moram hoje, contribuem para tanto as falas desses sujeitos de que até hoje a PMI vislumbra a possibilidade de permutar ou comprar terrenos para depois destinar à construção de casas populares; eles questionam a demora dessa medida, mas não a medida em si. Também, os moradores e as moradoras dizem que têm medo de investir muito na estrutura das casas em que moram hoje, alegando que é certo que vão ter que sair dali, quando o Prefeito conseguir recursos para construir as casas populares para lhes dar. Dizem, ainda, que o local em que moram não é apropriado para a construção de casas, muito embora tenham erguido casas, inclusive de alvenaria, como será abordado posteriormente, e que aquele terreno é destinado ao equipamento Academia de Saúde.

Também, percebemos o quanto os moradores e as moradoras parecem estar dependentes de práticas clientelistas, assim como os políticos profissionais se utilizam da situação de precariedade da moradia em que vivem esses sujeitos e prometem conseguir casas populares para eles em troca de um futuro pagamento em votos, dos moradores e das moradoras e seus respectivos familiares. Desse modo, parece que pensar políticas habitacionais para os mais necessitados não se descola de práticas com fins eleitoreiros.

De acordo com os moradores e as moradoras, líderes religiosos,

vereadores e alguns apoiadores se dirigiram até o Fórum de Direito, para conversar com as Juízas responsáveis pelas Varas em que tramitavam ações de reintegração de posse movidas pelo Município de Iguatu. Também, foram à Prefeitura para dialogar com o então prefeito. No início do mês de outubro de 2015, esse pediu desistência das ações de reintegração de posse ajuizadas. Antes que os moradores e as moradoras sentissem o alívio de tal pedido, o Ministério Público Estadual advertiu o então prefeito acerca da indisponibilidade dos bens públicos.

Quanto à busca de terrenos para servir para a construção de casas populares para aqueles sujeitos, após a recusa, por parte dos moradores e moradoras, daquela primeira proposta apresentada pela Prefeitura, o então prefeito teve que buscar outro(s) terreno(s) para viabilizar a futura construção de casas populares. No dia 17 de novembro de 2015, foi apresentada nova proposta: os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia seriam removidos, juntamente com os moradores e moradoras das ocupações dos bairros João Paulo II, Areias e Altiplano, para uma única área particular, localizada ao lado da futura sede da Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), que fica numa área de expansão urbana na borda noroeste da cidade.

Na luta pelo direito à moradia, a recusa do terreno próximo à Coral pelos moradores e moradoras parece reforçar a hipótese de que eles acreditam ter o direito de receber uma casa, como abordado anteriormente. Já a espera por uma nova proposta da PMI parece ir ao encontro daquela segunda hipótese, segundo a qual é obrigação do prefeito dar casas a esses sujeitos.

O terreno apresentado na nova proposta da PMI, cujo ponto de referência é o CIRETRAN está situado depois do bairro João Paulo II, considerado o último bairro periférico naquela direção (noroeste). A localização geográfica desse terreno, semelhante à do terreno anteriormente proposto, sugere novamente a tentativa de expulsar os pobres da cidade para áreas cada vez mais periféricas, preferencialmente distantes do centro comercial e de onde moram as classes mais abastadas.

Nos termos da proposta, sua aceitação implicaria a remoção dos moradores e moradoras dos locais de onde moram hoje. Como abordado anteriormente, parece que consideram que a possível casa com a qual serão beneficiados não coincide com o atual local de moradia.

A proposta não prosperou, uma vez que se constatou que aquele

terreno era parcialmente passivo de alagamento. Em seguida, a PMI apresentou projetos de lei à CMI, com a finalidade de permutar terrenos públicos localizados em áreas urbanas por terrenos privados localizados em áreas de expansão urbana, esses destinados à construção de casas populares (IGUATU, 2016a; 2016b; 2016c).⁴⁰ Contudo, antes da aprovação dos projetos de lei, o Ministério Público Estadual interveio na relação, solicitando a sustação do andamento dos projetos, em razão de denúncias de falta de isonomia quando da seleção dos terrenos.⁴¹

Na CMI, na sessão para a aprovação dos projetos, os moradores e as moradoras e seus apoiadores denunciavam o projeto de higienização social por trás das pretensas permutas, porque essas negavam aos pobres o direito de morar dentro da cidade, em áreas dotadas de infra-estrutura e equipamentos públicos e privados. Questionavam: se o Município possuía terrenos públicos em áreas urbanas, por que não construir casas populares nessas áreas? Por que a necessidade de mandar os pobres para as bordas da cidade? A sessão acabou sendo suspensa e, em seguida, o MPE interveio na relação, como afirmado anteriormente.

Depois disso, parece que, ao menos até o fim da gestão municipal do então prefeito Aderilo (2013-2016), não mais se tocou na questão relativa à permuta de terrenos. E, de acordo com os moradores e das moradoras, a Prefeitura também os deixou “abandonados à própria sorte, ou desgraça”, como disse um deles.

Os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia disseram que, em conjunto com os moradores e moradoras das demais ocupações, realizaram atos públicos para reivindicar seu direito à moradia e que alguns desses atos contaram com a participação de outros grupos.⁴² Nesses atos, geralmente se concentravam inicialmente na Praça da Caixa Econômica e depois percorriam algumas ruas do centro comercial, finalizando na frente da CMI ou da PMI.

⁴⁰ Os Projetos de Lei nº 04, 05 e 06, de 29 de janeiro de 2016 disciplinam as referidas permutas com terrenos de particulares localizados na Vila Neuma, Vila Coqueiro e Barreiras, respectivamente.

⁴¹ De acordo com o MPE, houve denúncias “de que o maior dos terrenos era da construtora de um deputado membro do grupo político que administra a cidade atualmente. Além disso, particulares reclamavam que não tinham tido a oportunidade de permutar terrenos seus com a Prefeitura, sendo desprestigiados em relação ao referido deputado” (CEARÁ, 2015, p. 325-325v). Além de serem imorais por negarem aos pobres a possibilidades de morar dentro da cidade, as pretensas permutas eram ainda mais imorais por representar um enorme prejuízo ao patrimônio público, posto que as avaliações dos imóveis subvalorizavam os preços dos terrenos públicos.

⁴² Dentre esses grupos podem ser citados: o Levante Popular da Juventude, a Pastoral da Terra, grupos de teatro, militantes sindicais e de partidos de esquerda.

De acordo com um morador, diante do descaso da PMI e da realidade vivida pelos moradores, esses protestos eram “para não esquecerem que os moradores tavam na rua e sem casa porque não tinham condições de pagar aluguel; e, por isso, tavam na rua pra reivindicar direito à moradia”. Nota-se que, apesar dos atos públicos realizados encerrarem na frente da CMI e da PMI, no cotidiano os moradores e as moradoras falam do descaso da PMI, e não se referem aos vereadores com a mesma ênfase quando se reportam à figura do chefe do Poder Executivo local.

4.1.2 Relações com o Poder Público a partir de 2017

Após a eleição do atual prefeito Ednaldo Lavor para o quadriênio 2017-2020, os moradores e as moradoras parecem ter recobrado o ânimo no sentido de que “o novo prefeito vai resolver a situação dos moradores das ocupações”. Para muitos, a situação ia ser resolvida, como dizem eles, assim que o novo prefeito tomasse posse. Muitos dos moradores e moradoras parecem ter votado nele nas últimas eleições municipais, em outubro de 2016.

Possivelmente, no período eleitoral, a precariedade das condições de moradia na ocupação e o forte desejo dos moradores e das moradoras de serem contemplados por programa habitacional para população de baixa renda tenham servido de instrumento para a realização de promessas de campanha eleitoral, com a finalidade de captação de votos. Aquela confiança deles e delas depositada no atual prefeito parece delinear o contorno, no plano local, da “política do favor” (MARICATO, 2014), herança da perspectiva de colonização pela qual passamos.

No início da nova gestão municipal, os moradores e as moradoras deixaram de realizar atos públicos, guardaram cartazes e até queimaram uma faixa que usavam quando caminhavam pelas ruas durante os atos. Mas, parece que a sensação de descaso para com eles e elas retornou. Para Aline, “o prefeito sequer veio aqui ver como os moradores tava; depois que foi eleito, ainda não veio aqui, não; parece que se esqueceu desse lugar” (MARQUES, 2017). E Dona Maria de Jesus complementou: “Na época da campanha, ele tava aqui com nós; mas, agora, já faz dois meses que ele tá na Prefeitura; e nem aí pra nós” (SOUSA, 2017c).

Depois de realizarem um ato público, já em 2017, os moradores e as moradoras das ocupações conseguiram agendar uma reunião com o prefeito

Ednaldo Lavor para o mês de maio, na PMI. Após algumas horas de espera por parte deles e delas, e tentativas do prefeito de se reunir apenas com as lideranças das ocupações, os moradores e as moradoras foram recebidos num salão que fica nos fundos da PMI.

Antes de descrever as impressões acerca da reunião, acreditamos ser importante relatar algumas observações que não passaram despercebidas. Enquanto os moradores e as moradoras se concentravam, inicialmente, do lado de fora da PMI, viaturas da Guarda Municipal, do Departamento Municipal de Trânsito e da Polícia Militar chegaram ao local.

Quando eles e elas entraram nas dependências da PMI, alguns deles aguardavam a reunião no ambiente da recepção, enquanto outros ficaram num pátio antes da recepção. Ali, seis guardas municipais ficaram na frente de uma pequena porta que dá acesso às demais salas do prédio, possivelmente para impedir que qualquer morador ou moradora das ocupações passasse por ela; impedir morador ou moradora das ocupações, porque dezenas de pessoas que trajavam vestes finas passaram por aquela porta sem sequer identificar-se perante os guardas.

Depois de horas, quando eles e elas foram chamados para se dirigir ao salão onde o prefeito se reuniu com eles, tiveram que sair do prédio – aqueles que estavam na recepção –, contornar o prédio e entrar no salão pela porta dos fundos. Enquanto isso, um grupo de funcionários – guardas municipais, secretários municipais e assessores do prefeito –, alguns vereadores, empresários e jornalistas entraram pela porta principal do salão. Por último, entrou o prefeito, pela porta principal, obviamente. E após a reunião, todos saíram pelas mesmas portas que entraram.

Essas observações ilustram o tratamento dispensado aos moradores e às moradoras das ocupações. Os guardas municipais e os policiais militares, com suas respectivas viaturas, na entrada da PMI, pareciam aguardar uma ação considerada “não civilizada” por parte daqueles sujeitos. Discriminados socialmente pela condição de moradia, na recepção da PMI pareciam ser discriminados, também, pelas roupas que trajavam, posto que os seguranças que guardavam a entrada da pequena porta que dá acesso às demais dependências do prédio, para que os moradores e as moradoras não passassem, sequer pediam a identificação daqueles que passavam pela porta com trajes finos. E a entrada pela porta dos

fundos, no salão da PMI, parece ter sido emblemática para caracterizar a condição de subcidadania daqueles sujeitos.

Durante a reunião, observamos que alguns moradores e moradoras tomaram a palavra e, sem muita organização lógica, mas de modo muito simples, expuseram as condições de precariedade em que vivem e pediram ao prefeito agilidade para conseguir as casas populares com as quais aqueles serão beneficiados.

Aqui, a frase “Quero uma casa!” parece ter juntado a trajetória habitacional desses sujeitos às suas expectativas frente ao Poder Público Municipal, particularmente o Poder Executivo. As suas falas pareciam seguir a mesma ordem de raciocínio: brevemente, apresentar de onde vieram (trajetória habitacional), como estão morando (precariedade das condições de moradia) e, por fim, o que esperam do prefeito (“Quero uma casa!”).

Já o discurso do prefeito foi incisivo em caracterizar, discreta, mas expressamente, as ocupações no Município como “problema”, palavra que ele proferiu quase trinta vezes durante a reunião. Alegando a conjuntura de crise política em nível nacional e os cortes de gastos sociais, disse que não está fácil conseguir casa popular, mas se comprometeu com os moradores e as moradoras presentes, prometendo que, quando conseguisse os terrenos, a partir de permutas com empresários, ira buscar captar recursos junto ao Governo do Estado para construir casas populares.

A fala do prefeito pareceu denunciar a presença de um histórico discurso burguês, segundo o qual os pobres e suas moradias precárias são um problema cuja solução se dá por meio de uma limpeza social, retirando-os das áreas centrais ou próximas ao centro e lançando-os na periferia. Em todo caso, pareceu que o prefeito enxerga as ocupações no Município como um problema, e não como uma solução habitacional que aqueles sujeitos encontraram para continuar morando no ambiente urbano.

Parece que o prestigiado cuidado com a paisagem urbanística municipal põe em segundo plano a efetivação de eventuais políticas arquitetadas para as pessoas que constroem as ocupações e nelas vivem. Os frutos de uma possível higienização social consistirão na retirada dos moradores e das moradoras das áreas ocupadas sem sequer saber para que outro lugar, bem como numa utilização dos espaços, anteriormente ocupados, em conformidade com os

interesses dos agentes imobiliários hegemônicos, uma vez que as cidades mais parecem ser pensadas para o capital que para as pessoas.

Para o prefeito, no que tange à busca de alternativas para gerir a política urbana municipal, particularmente a situação de precariedade de moradia em que vivem os moradores e as moradoras das ocupações, talvez os empresários, que entram na Prefeitura pela porta da frente e negociam seus interesses com ele sem maiores dificuldades, pareçam ser mais importantes que aqueles sujeitos, que precisam entrar pela porta dos fundos para ter acesso – depois de agendar com muita antecedência – a uma audiência com o prefeito, a fim de reivindicar melhores condições de moradia.

Ao fim da reunião, ficou acordada uma nova reunião para quinze dias depois. Todavia, somente em 2018 é que uma resposta foi apresentada pela PMI, por meio da secretaria municipal de habitação e alguns outros funcionários ligados ao Município, e sem a presença do prefeito.

A notícia de que o Município de Iguatu foi contemplado com um projeto do PMCMV – faixa 1,⁴³ para a construção de 899 (oitocentas e noventa e nove) unidades habitacionais foi divulgada desde o mês de novembro de 2017. Todavia, parece que o pacote não é bem o que os moradores e as moradoras esperavam. Inicialmente, não se sabia ao certo se as casas seriam doadas ou se seriam financiadas. Hoje se sabe que serão financiadas, porém parece que muitos moradores e moradoras das ocupações, atualmente excluídos do mercado formal da habitação, continuarão nessa condição de excluídos, alegando que não possuem condições de arcar com os custos de uma mensalidade.

Para alguns moradores e moradoras, o atual prefeito caminha na mesma direção que o anterior, no sentido de que as promessas feitas na campanha eleitoral ficaram ali. Um morador que pediu para seu nome não ser identificado disse: “Esse prefeito é igualzinho ao outro: tá lá na Prefeitura, e nós aqui... não sabe o que a gente passa aqui [choro]... Prometeu que ia resolver nossa situação, mas até hoje nada. Nós ainda espera por uma casa, mas parece que tá longe” (BERNARDO, 2017).

Falas como essa parecem apontar para a permanência daquelas hipóteses de que a moradia é um direito dos moradores e das moradoras, e que é

⁴³ Dentre outros critérios, enquadram-se na faixa 1 do PMCMV as famílias cuja renda familiar mensal seja de até R\$ 1.800,00.

uma obrigação do prefeito dar-lhes casas, ainda que ele – em quem aqueles depositaram muitas expectativas – demore em atender as reivindicações por moradia.

De modo mais tímido, aí também está presente a idéia de uma futura remoção desses sujeitos, pois ainda se busca terrenos para destinar a eventual ação habitacional, posteriormente; também, porque em momento algum se colocou em discussão a possibilidade de uma regularização fundiária e urbanização da área ocupada por eles, como prevê o Estatuto da Cidade (2001).⁴⁴ Os moradores e as moradoras só vieram a ter conhecimento sobre regularização fundiária, quando desenvolvemos uma oficina na comunidade, encontro esse que será relatado na próxima seção.

Até agora, abordamos algumas experiências relativas às relações entre os moradores e as moradoras da ocupação Filadélfia e o Poder Público, especialmente com o Poder Executivo Municipal, na figura do prefeito. No entanto, parece que os sentidos da moradia até então abordados estão mais relacionados às condições objetivas de vida a que estão sujeitos os moradores e as moradoras.

Na seção seguinte, buscaremos mais elementos das representações sociais da moradia elaboradas por aqueles sujeitos, na perspectiva de suas relações com o ambiente em que vivem. Doravante, tentaremos ultrapassar as marcas daquelas condições objetivas a que estão submetidos para buscar os sentidos da moradia nas condições psicológicas e subjetivas dos moradores e das moradoras a partir de seu cotidiano.

4.2 MORAR NA OCUPAÇÃO FILADÉLFIA

4.2.1 Necessidade de inserção socioterritorial

Após revisitar os relatos das trajetórias habitacionais dos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia, foi possível inferir que, para eles, a moradia é

⁴⁴ Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

uma necessidade. Para além das condições materiais, essa necessidade parece se revelar como a busca de um lugar para se abrigar, ainda que tenha sido buscado num espaço não desejado a priori. Morar consiste em uma necessidade humana, uma vez que independentemente do tempo histórico, da sociedade, das condições materiais de moradia, o ser humano tem que morar.

As suas falas apontam para essa necessidade que antecede a questão das condições materiais de vida: “Nós vimo morar aqui foi por necessidade, porque tinha que morar num canto...”; “Dizer que gosto daqui, não gosto não! Só vim porque tinha necessidade e não podia pagar aluguel.” Com a cabeça erguida, em conversas olho a olho, alguns expõem a necessidade de morar como anterior ao pagamento do aluguel.

Moradores e moradoras relataram que, no começo, quando foram ocupar o terreno para morar em barracas, não gostavam de passar o dia debaixo daquelas lonas pretas, porque era muito quente. Todavia, morar ali, ainda que sem gostar, como indica a última fala citada, era uma condição para continuar a viver no ambiente urbano, ou seja, foi a solução habitacional que encontraram para permanecer no espaço urbano.

Nesse sentido, a moradia não se restringe à materialidade física. No cotidiano, esses sujeitos constroem um conjunto de valores, idéias e práticas sobre a moradia, verdadeiras representações sociais sobre essa. Buscar conhecê-las é, conforme Moscovici (2015), buscar uma ordem a fim de que os sujeitos possam se orientar no mundo físico e social em que estão inseridos.

Afinal, como os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia percebem e constroem o ambiente socioespacial em que habitam? Como já foi dito, não se limita à dimensão físico-material. Para eles, a moradia parece se relacionar à necessidade de inserção territorial. Quando revisitamos a frase “Quero uma casa!” e seu desdobramento “É ter um canto pra eu dizer que é meu!”, para além da noção de propriedade privada, pode-se supor que eles e elas almejam uma inclusão socioterritorial, de modo que a casa se firma como o lugar de referência social dessas pessoas para tal inclusão.

Em razão das condições materiais objetivas em que vivem, eles se sentem marginalizados por uma perspectiva social que distingue as pessoas, dentre outras formas, entre quem tem propriedade de imóvel(eis) e quem não tem, bem como pelo lugar da moradia. De modo, que almejar uma casa não se reduz a uma

propriedade física ou a melhorar as condições materiais de moradia, mas parece traduzir aquele desejo de inserção socioterritorial.

Pra ser cidadão, de verdade, a pessoa tem que ter uma casa, porque sem ela... sem uma casa, a pessoa não é ninguém. As pessoas perguntam logo: “Ei, tu mora onde?”. Aí você diz que mora aqui... as pessoas já olham pra você como se [você] fosse um bandido, um marginal... Por isso, que eu digo: sem uma casa, a pessoa não é ninguém (COSTA, 2017).

Essa moradora fala da casa como uma condição para a cidadania. Pode-se estabelecer uma co-relação com a noção de moradia, para esses sujeitos, enquanto direito, como abordado em bloco anterior. Não basta morar em uma casa! Por si só, isso não garante o status de cidadania, porque a dimensão socioespacial pesa na divisão entre os incluídos e os excluídos na cartografia da segregação intra-urbana, como abordado no segundo capítulo.

A fala de Joana Costa é clara quando expõe o tratamento social dispensado a quem mora na ocupação, repita-se: bandido, marginal. Seja a polícia, que com certa frequência faz rondas nas ocupações, sejam os empregadores que negam trabalho a quem mora ali, seja o Poder Público, que trata esses espaços e seus moradores e moradoras como um problema, sejam os demais moradores da cidade, que em geral se referem às ocupações como lugar de desocupados e criminosos, bandidos e marginais... os relatos dos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia estão repletos dessa discriminação social em razão do lugar em que moram e das condições de precariedade em que vivem.

Ainda sobre a fala de Joana Costa, a casa aparece como uma referência para a sua orientação social. Quando ela diz “sem uma casa, a pessoa não é ninguém”, ela parece reiterar a idéia de necessidade da moradia para existir como pessoa, como ser social. Do desejo de inclusão social emerge a luta dos moradores e moradoras pelo direito à moradia, direito negado, não restrito à posse/propriedade do bem material, mas negação da condição de cidadania.

É bastante presente, especialmente na fala das moradoras, a associação da imagem da casa a um sonho, que não se confunde com aquela concepção mercadológica sobre a moradia anteriormente abordada. Para Dona Maria de Jesus, o valor da casa não se mede pelo material com que é construída: “uma casa é a coisa mais importante do mundo. Eu amo minha casa, porque é o meu sonho. É o meu sonho. Eu não sonho com casa chique, cheia de muito

conforto. Eu sonho com uma casinha de taipa, do jeito dessa daqui. É o meu sonho” (SOUSA, 2017a).

Gerlândia já morou em barraca no começo da ocupação e atualmente mora em casa de alvenaria. Para ela, a casa autoconstruída também representa um sonho: “era um sonho pra mim, né? Era um sonho pra mim ter minha casa, minha moradia. Aí conseguimos fazer esses dois vãozinhos aqui. Pra mim, eu tô vivendo um sonho, um sonho. Muito importante pra mim, minha casa” (SOUZA, 2017a).

A autoconstrução das casas parece se configurar como uma conquista nesse processo de luta empreendido: “eu ter terminado de construir minha casa e ter vindo pra dentro dela já é uma vitória da luta pela moradia digna”, como afirmou Roberlânia, que mora em casa de alvenaria. Todavia, ela frisa que essa é apenas uma etapa, pois “a realização final do sonho da casa acontecerá quando a gente receber a casa do Poder Público” (SOUSA, 2017e).

Mais profunda que uma interpretação privatista acerca da moradia, é preciso considerar a importância da segurança da posse, que é um elemento fundamental na garantia do direito à moradia, no sentido de garantir que uma pessoa viva em sua casa com segurança, paz e dignidade. Mesmo sem se sentir proprietárias do solo ocupado, elas parecem sentir um mínimo de segurança da posse, ainda que guardem um certo medo de um eventual despejo dos moradores e das moradoras que ali vivem.

Entre a esperança de serem beneficiados por uma política habitacional que lhes conceda uma casa popular e o medo de serem retirados de seu atual lugar de moradia sem a segurança de poderem entrar em uma nova casa, os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia seguem lutando por uma inserção socioterritorial, sem desistir, apesar das estratégias da PMI, especialmente a demora no atendimento das reivindicações por moradia e aquela ação de reintegração de posse – atualmente arquivada, mas cujos efeitos psicológicos ainda hoje reverberam no interior dos sujeitos que moram na ocupação.

Eu esperava que ele [o Prefeito] desse a casa pra a gente, né? Acho que isso é o que todo mundo achava, né? Que era o que eles iam fazer: dar a casa pra a gente, a nossa moradia né? Não pensava que isso ia demorar desse jeito. No meu pensamento, eu pensava que ia ser assim: uns dois meses, por aí, que ia ser resolvido. Até depois que Dona Adelaide foi explicando que não era assim, que não era no vapt vupt, que ia ter essa

demora... Mas, quando eu vim pra cá, no meu pensamento, ia ser uns dois meses pra nós ganhar essas casas. Ainda tenho esperança, né? Dele um dia querer dar nossa moradia. Não perdi as esperanças, ainda não. Vou ficar aqui até ele decidir se vai dar, se não vai dar. Não vou desistir, não. Meu sonho é ter uma casa própria (LIMA, 2017a).

Eu sempre esperei essas casas deles, né? Porque não é de agora que eu corro atrás. Já tá o que? Pegando uns vinte, vinte e dois anos, ou mais do que isso, que eu fiz meu cadastro pra essas casas e nunca que... e já deram as casas, né? Mas a minha, a minha está de caixinha de surpresa: não aparece, não.

Espero que o Poder Público resolva, né? A situação da gente aqui. A gente sorria, a gente sorria, mas é porque Deus tá pertinho da gente pra fazer a gente tá na alegria. Mas, aqui, não sei, não... Ele tem que vim e olhar por nós, porque aqui num tá, num dá pra a gente viver... [pausa] Que coisa triste! Se eu tô nessa casa aqui de dois vãos, eu tô alegre, tô alegre, tô satisfeita. Mas já olho ali pra trás, tem uns ali que dá tristeza, dá vontade de chorar, de ver aquelas crianças dentro daquelas caixa de taipa, que ali é uma caixinha de taipa e de tauba, né? Minha expectativa é essa: que ele venha e resolva o nosso caso... que nem o povo diz, né?: Ele pegar o projeto, procurar ajeitar esse projeto, fazer as nossas casas (SOUZA, 2017a).

Kaiane mora, desde o segundo dia da ocupação, em uma barraca. Gerlândia também chegou na ocupação no domingo, morou em barraca, mas hoje mora em casa de alvenaria. As crianças a que ela se refere no relato são, possivelmente, duas filhas de Kaiane, que freqüentemente estão brincando fora de casa e entrando nas outras casas, inclusive no momento em que entrevistávamos Gerlândia e, logo após as crianças terem saído correndo, ela fez esse relato, que, além de expor o anseio da casa enquanto necessidade de inserção territorial, salienta uma perspectiva de solidariedade interfamiliar, traço da representação social da casa como lugar da vida familiar e para a vida familiar, que abordamos a seguir.

4.2.2 Lugar da vida familiar e para ela

Durante a imersão no campo, as mulheres foram mais receptivas à nossa presença na ocupação e espontâneas para colaborar com o estudo. Isso não quer dizer que os homens daquela comunidade não nos receberam, mas pareciam não ser tão participativos como elas, seja nos processos de luta da comunidade, seja para participar da pesquisa proposta.

A partir do fato de que a maior parte das pessoas com quem conversamos na ocupação eram mulheres, pudemos observar que, possivelmente, as representações sociais da moradia possuem uma divisão a partir da condição do

gênero, ou seja, que mulheres e homens podem representar a moradia de modos distintos.

Geralmente, as mulheres estão lidando com afazeres domésticos ou cuidando das crianças (Figura 14). E, nas suas falas, comumente se referem à casa como o lugar da família e para a família. Embora algumas vezes o ambiente doméstico não esteja limpo ou organizado, como dizem elas, sua preocupação e seu zelo para com a organização daquele espaço físico parecem não ter um fim em si mesmos, mas se justificam por conta das crianças e dos demais membros da família, geralmente seus companheiros.

Figura 14 – Mulheres nas atividades domésticas.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Essa hipótese de representação social da moradia enquanto lugar da família e para a família se fortalece a partir do comportamento das mulheres nas reuniões de moradores e moradoras da ocupação. Aí observamos a constância de sua defesa da luta comunitária para conseguir, junto ao Poder Público, as casas populares, e não apenas os terrenos para futura autoconstrução, como já abordado anteriormente. Durante essas reuniões, tanto são as mulheres que mais participam, como são elas que tomam a dianteira das discussões e encaminhamentos.

Suas falas quase sempre estão permeadas do senso familiar, cuja referência física parece ser a casa pela qual lutam, como dizem elas: “Meu sonho é ter uma casa... que é pra minha família ter um abrigo certo... e não ter que ficar pra

lá e pra cá”; “Nós tendo uma casa pra a família da gente viver em paz, tá bom demais”; “Nossa luta é pra conseguir as casas, porque se nós tiver que sair daqui só com um terreno certo, como é que vamo morar? Como vamo comer? E as crianças?...” Todavia, um relato de Andressa é arrematador:

Pra mim, a casa é importante, porque [pausa] talvez, se eu não tivesse filhos, hoje, eu diria que não é importante, porque não teria sentido pra mim. Talvez, pra minha mãe, por causa de nós. Mas como hoje eu sou mãe, pra mim, é necessário uma casa pra eu dar um lar pra os meus filhos, pra eles viver, pra eles crescer, pra eles ter onde morar, não viver no meio da rua, na casa dos outros, na casa de parente. E o que é uma casa pra mim? Uma casa pra mim é uma pergunta meio complicada. Mas, eu acho que uma casa é o alicerce de uma família.

Apesar dos pesares, gosto da casa em que moro, porque aqui é onde eu fico com os meus filhos, onde me abrigo do sol, da chuva, de tudo. Apesar dos pesares, eu tenho que dizer que gosto. É o único lugar que tenho pra ficar e pra cuidar dos meus filhos. Então, portanto, eu gosto (VIEIRA, 2017).

Em torno desse núcleo da representação social da casa enquanto lugar da vida familiar e para ela, gravitam as noções de casa enquanto lugar da segurança, da tranquilidade, do descanso, do conforto, da expressão, da solidariedade, da festa e do encontro, como passaremos a abordar.

Várias vezes entramos nas casas dos moradores e das moradoras. Para eles, parece ser o interior da casa o espaço em que convivem livremente, sem os constrangimentos e perigos que o ambiente externo parece representar. A casa parece figurar como referência de lugar seguro, em contraposição à rua.

... porque, dentro de casa, eu e os meu tamo seguro. Aliás, a gente tá menos sujeito aos perigo da rua, né? Porque, assim... no meio da rua ninguém sabe o que pode acontecer; já dentro de casa, é menos provável que aconteça uma coisa com nós, né? Aqui [dentro da casa], a gente tá seguro, tá livre de muita violência que acontece por aí... (COSTA, 2017).

Ressalte-se que, nessa fala, Joana frisa que não se trata de uma segurança individual, mas extensiva a todos quantos vivem na casa. Nesse sentido, a casa parece ser um lugar de calma, ao passo que a fluidez e o movimento da rua fazem dessa um local perigoso (DAMATTA, 1997).

No ambiente interno da casa, a sala e a cozinha foram os ambientes em que mais observamos os moradores e as moradoras. Dadas as pequenas dimensões físicas das unidades habitacionais da ocupação, essas geralmente se dividem em sala, cozinha, quarto, área de serviço nos fundos; em algumas casas,

especialmente nas de alvenaria, há um pequeno banheiro. Nas salas, a televisão ocupa um lugar de destaque e parece ser o maior entretenimento no ambiente interno da casa. Já na cozinha, a mesa ocupa o centro daquele espaço, seja para as refeições dos membros da família, seja para as conversas entre vizinhos e visitantes, principalmente quando a mãe / dona do lar está ocupada com seus afazeres domésticos nesse espaço.

A casa parece ser representada, também, como lugar da tranquilidade e do descanso. Para os homens e para as mulheres, após as jornadas de trabalhos externos e domésticos, ter uma casa onde descansar é muito bom. Além do descanso após o trabalho, os moradores se referem à tranquilidade e ao descanso, também, com relação à posse de uma casa que seja deles, tanto a casa autoconstruída como a futura casa que eles objetivam receber do Poder Público.

Os moradores também dizem que gostam de morar na ocupação por conta da tranquilidade do lugar. Eles dizem que morar na ocupação já foi perigoso no começo, porque as pessoas não se conheciam e devido a problemas envolvendo drogas. Todavia, logo em seguida, os moradores já se referem ao momento presente, dizendo que hoje todos e todas se conhecem e que não há mais aqueles problemas envolvendo drogas, de modo que, hoje, eles moram ali com tranquilidade.

As casas de alvenaria parecem apontar para a representação da casa como lugar do conforto e da segurança. No começo da ocupação, todos moravam em pequenas barracas de lonas e panos; depois, começaram a utilizar peças de madeira e metálicas para fortalecer as barracas. Depois, a ideia de erguer as casas de alvenaria surgiu como possibilidade de melhorar as condições de moradia, “porque a casa de alvenaria traz mais conforto e segurança, né?”, disse Seu Manoel (SILVA, 2017a), um pedreiro que construiu a própria casa e, também, ajudou na construção de algumas outras na ocupação.

Jholly morou, inicialmente, em uma barraca; recentemente, passou a morar em casa de madeirite. Ainda hoje não se sente segura por não morar em uma casa de alvenaria. “A gente não se sente seguro. Às vezes, à noite, a gente tem medo, porque é madeira, né? Qualquer empurrão ou chute grande, alguém entra. Até mesmo um fogo é mais fácil... porque é tudo de madeira” (JHOLLY, 2017a).

Alguns moradores e moradoras das casas de alvenaria relataram que quando moravam nas barracas, sofriam com o sol forte e o calor intenso, dado a cobertura das primeiras barracas ser feita, em geral, com lonas pretas. Quando

vinham as chuvas, parte da água ficava sobre essa cobertura, e entrava água dentro das unidades. Sobre tais melhorias, comentou Gerlândia: “Era muito desconfortável nas barraca... quando não era o calor do sol, era a água da chuva entrando dentro de casa. Mas, agora, nós tamo um pouco mais confortável... nem se compara. E a casa é mais segura... não tem perigo de cair” (SOUZA, 2017b).

Ainda sobre o conforto e a segurança, vale ressaltar que algumas moradoras também se referiam, de modo mais claro, às melhorias para as crianças. Segundo elas, as crianças eram mais vulneráveis ao calor intenso e, quando chovia, às doenças. Assim, as casas de alvenaria representaram mais conforto e segurança para as mães, em razão das melhorias das condições de saúde das crianças, como, por exemplo, Enzo, filho de Mônica, que, chegou a ser internado por conta de uma pneumonia, quando moravam em uma barraca, como afirmado anteriormente.

A casa com material de alvenaria parece estar mais próxima da perspectiva ideal de residência almejada pelos moradores e moradoras. Para construí-la, eles e elas disseram que, devido a demora da PMI em contemplá-los com as casas populares, começaram a pedir ajuda a familiares e amigos para adquirir o material de construção e, à medida que recebiam, juntavam com suas poucas economias e já se começavam a autoconstruir as casas de alvenaria.

Quando conversamos com alguns homens que trabalharam na autoconstrução das casas (Figura 15), eles se referiam ao processo como projeção para uma melhor condição de morar ali, especialmente por representar mais conforto e segurança. A representação da casa enquanto lugar do descanso se soma às ideias de conforto e segurança.

Figura 15 – Homens na autoconstrução das casas.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Os homens freqüentemente faziam alusão às condições de trabalhos pesados que realizavam – externos à ocupação e autoconstrução das casas – e da exploração consubstanciada no tratamento a eles dispensados – em razão de morarem em uma das ocupações na cidade – e no pagamento dos baixos salários pelos serviços prestados.

Porém, nem todos os moradores e moradoras habitam em casas de alvenaria. Quem fez casa de taipa ou de madeirite e quem ainda mora em barracas disse que não tinha condições de fazer uma casa de alvenaria, tanto em razão do material de construção, como da mão-de-obra que a obra exigiria. Certa vez Dona Maria de Jesus disse: “Nós só vamo ter uma condição de moradia mais confortável mesmo é quando nós sair daqui, quando nós receber as casas do prefeito” (SOUSA, 2017c).

Contudo, um elemento que nos chamou a atenção diz respeito a outra justificativa apontada por eles para não edificar casas de alvenaria, a saber: que um promotor de justiça tinha orientado que eles podiam substituir as barracas por casas de taipa e/ou madeirite, mas que não construíssem de alvenaria. Esses moradores e moradoras foram muito categóricos ao afirmar isso; e mesmo os moradores e as moradoras das casas de alvenaria repetiram a referida orientação daquele promotor. No que tange ao nosso estudo, parece que a representação da casa como lugar do conforto e da segurança para os moradores é forte o suficiente para que muitos tenham caminhado na contramão das orientações do referido promotor.

Em alguns momentos, os moradores e as moradoras se mostravam bastante preocupados com uma eventual demolição das casas, por terem sido erguidas de alvenaria. Alguns nos perguntaram se seria possível tal medida. Parece que, quando alguém da ocupação ia ao Ministério Público para levar uma questão, voltava de lá com a conversa de que “o promotor [de justiça]

Nota do Diário de Campo – agosto/2017

“Hoje, parece que não se fala de outra coisa na ocupação, a não ser que as casas vão ser demolidas.

A autoconstrução de alvenaria, erguida para oferecer conforto e segurança para seus habitantes, parece tornar-se, nesse momento, motivo de seu desconforto e insegurança. Mas, essa não é a primeira vez que essas conversas acontecem. Talvez, daqui a alguns dias, a casa volte a representar um lugar seguro e confortável de novo.”

disse que a qualquer momento vem o trator pra derrubar as casas de alvenaria”, ou “o promotor [de justiça] disse que ia dar 120 dias... que, depois desse prazo, ia

mandar passar o trator em tudo quanto é casa aqui... que não vai ficar nada em pé”.

Nesses momentos, os moradores e as moradoras discutiam sobre aquela orientação do promotor no sentido de construírem as casas de taipa e/ou com madeirite, mas não de alvenaria, particularmente sobre sua existência. Pela feição dos rostos desses sujeitos e pela convicção com a qual defendiam a existência dessa orientação, parece mesmo que o promotor disse que não construísem casas de alvenaria.

A ocupação parece ser um espaço em construção permanente. E suas casas denotam isso: embora as casas estejam habitadas, há casas de alvenaria e de madeirite sendo erguidas, há casas inacabadas, sem piso, sem banheiro, sem calçada, sem pintura, sem área de serviço... com certa naturalidade, os moradores e as moradoras produzem um espaço sem muita preocupação com as exigências urbanísticas.

No cotidiano, a partir das vivências dos moradores e das moradoras, esses espaços são apropriados com particularidades. Em diversas casas, as mulheres se dedicam a um pequeno jardim cultivado por elas mesmas. As plantas estão presentes nos fundos e/ou na frente das casas (Figura 16) e, segundo as moradoras, “elas ajudam a expressar a vida doméstica”. Essa fala pode sugerir duas possíveis interpretações: primeiro, a casa enquanto espaço de expressão. Em segundo lugar, pode-se considerar que essa é uma representação tipicamente feminina, pois associa o cuidado com as plantas ao cuidado para com o ambiente doméstico, que, de acordo com os relatos dessas moradoras, é tarefa da mulher.

Figura 16 – Plantas cultivadas pelas mulheres.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Se o cultivo de plantas sugere uma expressão do cuidado feminino no âmbito do ambiente doméstico, a apropriação do pequeno galpão coberto que faz parte da estrutura do equipamento Academia da Saúde para a realização de reuniões comunitárias, nas quais a presença e a participação femininas são predominantes sugerem a abrangência de um processo de apropriação criativa do espaço que não se reduz ao ambiente doméstico. Talvez possamos parafrasear aquela moradora e dizer que as reuniões comunitárias, com maciça presença e participação femininas, ajudam a expressar a vida da ocupação.

Ainda sobre a moradia como espaço de expressão, observamos que aquele espaço em constante estado de construção e as casas permanentemente inacabadas, somados à disposição dos mais variados objetos no interior das casas parecem ser a expressão de identidades individuais e coletiva em processo de construção.

Nesse sentido, habitar implica conviver, com os moradores e moradoras da vizinhança, da rua, do bairro e até da cidade. A Ocupação Filadélfia, como outros espaços de convivência, possui peculiaridades que derivam da origem e dos modos de vida dos que ali moram. Em meio às relações estabelecidas pelos moradores e moradoras daquele espaço, a afetividade e a solidariedade entre eles convivem com os conflitos e as discórdias.

Há famílias que já habitaram numa mesma casa, mas que hoje moram em casas separadas; há famílias que, desde que chegaram, moram em casas separadas; há pessoas que têm parentes morando na rua em frente à ocupação. Entre esses, é mais comum o afeto e a solidariedade, ainda que seja para se inserir em uma relação conflituosa de algum familiar com outrem.

Mas o afeto e a solidariedade também se estendem às relações de vizinhança. Repetidas vezes os moradores e as moradoras relataram experiências de solidariedade dos vizinhos, aludindo, geralmente, a duas situações: a ajuda durante a autoconstrução das casas, marcadamente no que se refere à mão-de-obra, haja vista vários moradores são pedreiros ou ajudantes de pedreiro. Também, a partilha de alimentos, especialmente, quando algum vizinho não tinha o que comer.

Lembro como se fosse hoje, no tempo das barraca... essa vizinha minha [acena com a mão para o lado da casa da vizinha] me ajudou muito... porque já teve momento de eu não ter nada pra colocar no fogo para fazer o almoço e dar de comer a minhas criança. Aí era ela que me ajudava... ela que trouxesse, muitas vezes, um arroz e um feijão já pronto pra nós comer. Eu

nunca saí de casa pra pedir a ela, mas ela sabia que eu não tinha nada pra cozinhar... se não fosse ela, eu já tinha passado era muitos dia de fome aqui... [lágrimas] (SOUSA, 2017c).

Eu morava de aluguel. Aí o homem me deu quinze dias pra eu tirar minhas coisas de dentro da casa. Aí eu vim, falei com a líder. Disse:

– Adelaide, eu não tô em condições. O homem já pediu a casa. Eu tenho quinze dias pra sair.

Aí ela arrumou um quartinho aqui do rapaz – que não ta mais aqui – que era de madeirite, também. Ela colocou as minhas coisas enquanto eu montava a minha casa... Deus é tão maravilhoso que eu consegui fazer uns bicos e fui montando de pouquinho em pouquinho... comendo um dia em uma casa, outro dia em outra. É... fiquei completamente obsiva⁴⁵ ao povo; pedia a um... um dia comia em uma casa, outro dia eu comia em outra... e, devagarzinho, devagarzinho, eu fui construindo. Foi três mês de luta, mas eu consegui (NASCIMENTO, 2017).

Se, por um lado, o afeto e a solidariedade estavam presentes nas relações entre os moradores e moradoras, relações conflituosas também se estabeleciam. Por vezes, eram mais visíveis, a ponto de se manifestarem durante as reuniões da comunidade, realizadas no pequeno galpão coberto. Algumas vezes, os conflitos entre vizinhos quase chegavam às vias de fato, quando os ânimos dos envolvidos se alteravam após cada parte do conflito expor sua versão para os fatos.

Os conflitos também ocorriam de um modo mais velado, por exemplo, o conflito decorrente do tipo de material utilizado para a construção das casas, particularmente alvenaria. Os moradores e as moradoras das casas de alvenaria parecem sustentar um senso de legitimidade relativo ao material de construção de suas casas. Todavia, há moradores e moradoras que dizem que só construíram sua casa de alvenaria porque fulano começou a fazer assim, parecendo reconhecer que não era para haver casas de alvenaria; e os moradores e moradoras das casas que não são de alvenaria lembram a orientação daquele promotor de justiça para não erguerem casas de alvenaria.

Parece haver um conflito decorrente dos modos de viver dos moradores e moradoras situados em lados cuja demarcação é o tipo de material de construção da casa. Pessoas das casas de alvenaria se referem, por vezes, aos habitantes das casas de taipa e de madeirite, bem como os das barracas ainda existentes, como “aquele povo do outro lado”, “aquele povo das barracas” ou “aquela gente da outra rua”, sem, no entanto, citar o nome das pessoas. Por outro lado, alguns desses outros moradores e moradoras se referem àqueles como “o povo das

⁴⁵ É possível que a moradora tenha desejado dizer “dependente”, mas naquele momento acabou usando esse termo “obsiva”, por nós desconhecido.

casa de alvenaria” ou “o povo da Vila Aldeota”, como já abordado anteriormente.

Outro conflito velado se refere à questão de drogas. Os moradores parecem saber quem usa, em que local e em que momento, e até quem vem de fora para dentro da ocupação para isso. Todavia, parece haver um silêncio sobre a questão, possivelmente por medo de serem prejudicados. Houve caso de uma família ter que ir embora da ocupação, porque um de seus membros era usuário de drogas e tinha sido ameaçado. Tal notícia, provavelmente, era do conhecimento de todos da comunidade; porém, evitava-se comentar abertamente o assunto.

Os sentimentos presentes nessas relações entre os moradores e as moradoras são de uma multiplicidade e complexidade que não conseguimos dar conta de esgotá-los, mesmo porque enquanto alguns afloram de modo mais visível, outros se manifestam de modo mais sutil. De modo que as relações dos moradores e moradoras entre si e com os espaços de moradia não se manifestam unicamente como lugar da harmonia, mas também do conflito.

O espaço do pequeno galpão do equipamento Academia da Saúde é apropriado pelos moradores e moradoras de múltiplas formas (Figura 17). Para as crianças, aquele espaço parece ser, por excelência, o lugar de encontro infantil para atividades lúdicas. Elas brincam de amarelinha, de bicicleta, de boneca, de desenhar, de futebol, de pintar, de pular corda e até brincam de fazer exercícios físicos.

Já os adultos utilizam o galpão, principalmente, para as reuniões comunitárias, quando discutem questões relativas à vida da comunidade. Assim, parece ser um espaço eminentemente político. O exercício das reuniões emerge, inclusive, como espaço de reivindicação por participação política desses sujeitos nas questões públicas que se referem às suas vidas e de seus familiares.

Figura 17 – Múltiplos usos do galpão.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

O pequeno galpão também é o lugar da festa e do encontro (Figura 18). Quando os moradores e moradoras se organizam para realizar festas em datas comemorativas, decoram o galpão com simplicidade, porém com capricho, trazem mesas de algumas casas, conseguem doações para comidas e bebidas, convidam os demais moradores e moradoras para festejar, comer e beber. Também aí, a presença das mulheres predomina; e as crianças, como de costume, estão em grande número. Os homens costumam se concentrar em um ou dois espaços um pouco recuado do galpão, quando não ficam em casa.

Figura 18 – Festa no galpão.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

A partir dessa percepção, voltamos para a esfera da casa como lugar da festa e do encontro (Figura 19). Apesar de pequenas dimensões, as casas acolhem os de dentro e os de fora da comunidade. Não há dia e horário certo para festas e visitas, mas durante os fins de semana, sobretudo, é comum receber parentes e amigos em casa. Também, em ritos de passagem, como aniversários e batizados, a casa é o lugar do encontro e da festa.

Figura 19 – Festa e encontro familiares nas casas.



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

4.3 BRINCANDO COM AS CRIANÇAS

A Ocupação Filadélfia está repleta de crianças. Elas estão por toda parte: no interior das casas e nos espaços em frente a essas, no galpão coberto e nos equipamentos para realização de exercícios físicos da Academia da Saúde, na rua do canal, nas calçadas... Durante toda a imersão no campo, elas sempre estiveram presentes, ainda que a conversa fosse com os adultos. Dedicar uma seção específica para tratar das representações das crianças sobre a moradia é reconhecer que elas existem, que vivem a realidade da ocupação e que fazem parte da cidade, ainda que esta não seja pensada para elas.

Antes mesmo de chegar à ocupação, era comum passar por algumas crianças sobre a rua do canal, principalmente os meninos, que gostavam de brincar de bila (bolinha de gude). Andando um pouco mais, era possível enxergar mais crianças, andando de bicicleta, brincando de futebol ou de bonecas, no galpão coberto. Entrando por uma das duas ruelas da ocupação, havia crianças entrando nas casas e saindo delas, correndo pela rua, umas inclusive corriam ao meu encontro, dizendo “Tio!” – com uma forte ênfase no “i” –, e em seguida me abraçavam.

O mundo das crianças também parece estar repleto de representações sociais, inclusive sobre a moradia. Se os adultos se expressam mais por suas falas, gestos e comportamentos, as crianças revelam, especialmente por meio do lúdico, seu universo particular. Conhecer as crianças, planejar e desenvolver atividades lúdicas com elas configura uma atitude de reconhecimento de que elas existem, vivem aquela realidade e fazem parte da cidade. Pena que essa parece não ser pensada para aquelas.

No exame de qualificação, foi-nos sugerido inserir as crianças em nosso trabalho. De pronto, acolhemos a sugestão. O desafio era, então, planejar as atividades e executá-las. Planejamos, então, encontros para contação de histórias e para atividades de desenho e pintura. Realizamos os encontros em alguns domingos, para possibilitar a participação de um maior número de crianças.

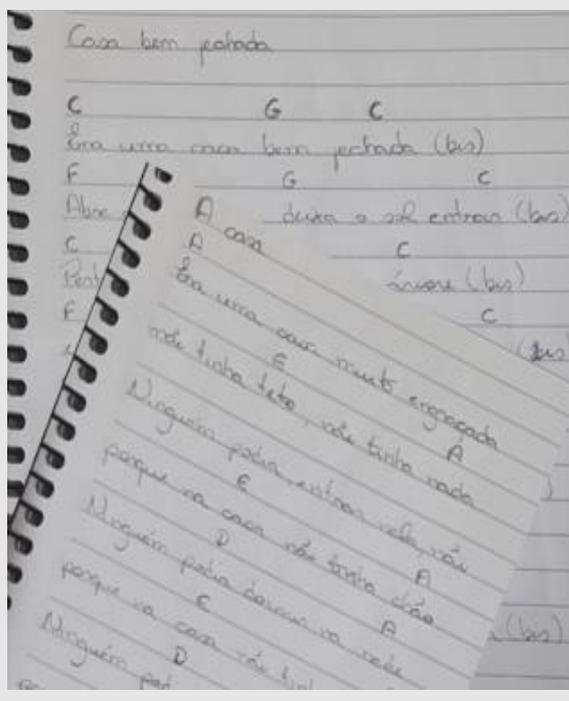
No dia 12 de novembro de 2017, realizamos nosso primeiro encontro de contação de estórias. Para convidar as crianças, saímos com um violão pelas ruas, tocando e cantando músicas infantis. Começamos pela rua em que existem casas de taipa, de madeirite e barracas; e, em seguida, passamos pela rua em que todas as casas são de alvenaria. As crianças da primeira rua já estavam acordadas e demonstravam estar muito ansiosas para brincar. Na caminhada pelas duas ruas, algumas nos acompanharam para chamar seus coleguinhas nas outras casas (Figura 20).

Figura 20 – Convidando as crianças.



Fonte: MÔNICA, 2017.

Notas sobrepostas do Diário de Campo – novembro/2017



A musiquinha que mais pediam para cantar era aquela que diz: “Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada...” Depois dessa, uma outra que as crianças já tinham aprendido na escola ou na creche e cantavam, fazendo até coreografia era uma que diz: “Era uma casa bem fechada (bis). Abre a janelinha, deixa o sol entrar (bis). Perto da casa tem uma árvore (bis). E os passarinhos pousam nela assim (bis)...”. As batidas do violão e o ritmo das canções embalavam as crianças enquanto caminhávamos.

Chegando ao galpão, organizamos um círculo. Hávamos escolhido para a contação de estórias o livro infantil “Um sentimento chamado casa”. A atividade de leitura foi intercalada com canções infantis e com diálogos em que as

crianças eram convidadas a falar sobre a realidade de suas casas e também sobre os seus sonhos relativos à casa (Figura 21).

A estorinha começa assim: “As casas estão por aí, em todo lugar. Apesar de serem todas chamadas de ‘casas’, não são nada iguais. Existem casas grandes e pequenas...” (GONZALEZ, 2013, p. 4). E, no ritmo da leitura, perguntávamos sobre a realidade das crianças. De início, todas as crianças ergueram os braços para indicar que tinham casas grandes; ninguém disse que tinha casa pequena. Também, disseram que suas casas são limpas, e não bagunçadas; em seguida, quantas pessoas moram em cada casa...

A parte da estória que as crianças mais gostaram foi uma que diz: “Então, eu aprendi que cada casa é um caso. Cada casa é uma história. Mas o melhor em todas elas era o que tinham de comum: eu estava lá, a minha mãe e o meu irmão também estavam lá” (GONZALEZ, 2013, p. 22). As principais referências às suas casas consistiam na família e nos brinquedos que tinham em casa.

Quando perguntamos sobre como elas gostariam que fossem sua casa, elas foram informando que queriam que a casa fosse maior, para ter mais espaço para elas brincarem, uma vez que o único espaço em que elas brincam dentro de casa é a sala; mas esta já possui estante com televisão, cadeiras; em algumas casas tem sofá na sala, e tem até casa cujo primeiro cômodo já é o quarto – apesar de funcionar, também, como sala. Desse modo, o espaço para brincarem na sala é bem reduzido.

Sendo assim, as crianças preferem brincar nos espaços para além da porta das casas em que moram, geralmente sem atravessar a Rua Projetada (rua do canal), ficando nas duas pequenas ruas da ocupação e no equipamento

Figura 21 – Contação de estórias.



Fonte: ERICK, 2017.

Academia da Saúde. Neste há um brinquedo, dito infantil, porém que parece não ser adequado para crianças, pois é alto e suspenso, e sequer é utilizado por elas. Elas preferem brincar, sobretudo, no galpão coberto e nas mediações deste.

Em geral, as crianças disseram que os espaços de que mais gostam na casa são a sala e o quarto, porque é onde brincam e guardam os brinquedos, respectivamente. Diferentemente dos adultos, para quem o quarto representa o espaço do descanso, parece que as crianças não anseiam muito esse descanso; antes, querem brincar o tempo inteiro, se for possível.

As crianças relataram que o principal deslocamento que fazem no cotidiano é para a escola ou para a creche. As crianças menores estão matriculadas nas creches do bairro Filadélfia ou Novo Iguatu, e as maiores estudam no colégio municipal, que fica na COHAB. Tais instituições ficam próximo à ocupação. Geralmente, as mães ou as avós levam as crianças até a escola ou creche e, depois, vão buscá-las. Com menos frequência, as crianças vão ao Posto de Saúde da Família (PSF), que fica na COHAB, ou para o centro comercial, também acompanhadas pelas mães, avós e/ou, excepcionalmente, pelos pais.

A casa, para as crianças, também parece figurar como o lugar da vida familiar e para a vida familiar, representação social já abordada anteriormente. É possível que, por conviverem mais tempo do dia com suas mães e/ou avós, estas transmitam às crianças a aludida representação. Durante os encontros de contação de histórias e, sobretudo, durante os encontros para atividades de desenho e pintura, as falas das crianças se reportam com frequência à família e, sobretudo, à figura feminina que delas cuida.

Nos encontros para atividades de desenho e pintura, começávamos pintando desenhos diversos, a fim de nos acercarmos do mundo das crianças. Em seguida, pedíamos para as crianças fazerem um desenho de sua casa, informando-lhes previamente que esse último desenho seria entregue, enquanto os demais ficariam com elas.

Durante o primeiro encontro, realizado no pequeno galpão coberto, percebemos que não conseguiríamos dedicar atenção a todas as crianças simultaneamente. No entanto, na medida do possível, fomos acompanhando a produção dos desenhos e das pinturas. Ao fim do encontro, recolhemos dez desenhos elaborados pelas crianças, conforme a proposta. A fim de acompanhar melhor as crianças durante as atividades, resolvemos desenvolver o segundo

encontro nas casas, organizando as crianças em grupos de 3 a 7 pessoas. Desta vez, recebemos delas dezesseis desenhos.

O primeiro desenho de Evelyn (7 anos) apresenta uma casa e sua família: Roberlânia (Nega), sua mãe, Heloísa (2 anos), sua irmã, e ela (Desenho 1). Pintado com cores alegres e suaves, o desenho expressa a alegria da criança nos sorrisos dos personagens que compõem a tela; e há sorrisos até na flor e no sol por ela retratados. A suavidade das cores utilizadas por ela parecem refletir sua personalidade doce e meiga, como sua mãe.

Desenho 1 – Casa de Evelyn.



Fonte: EVELYN, 2017.

Evelyn registrou, também, o número da casa (nº 41). Quando perguntada sobre seu irmão Maycon, Evelyn comentou que ele e Angeline, namorada de seu irmão, não moram mais na casa porque se mudaram para outra cidade por conta de emprego. É possível que por esse motivo, ela não os tenha inserido no desenho.

Desenho 2 – Casa de Eduardo.



Fonte: EDUARDO, 2017.

Assim como Evelyn, Eduardo (7 anos) retratou em seu desenho a imagem de uma casa e de algumas pessoas (Desenho 2). Além dele, seu pai, Arleudo, e sua mãe, Juverlânia, representados pelos personagens mais acima, estão presentes suas irmãs Alice (1 ano), Aila (5 anos) e Alessa (3 anos); sua avó, Malora, seu primo Daniel (5 anos) e duas tias, que também moram na ocupação; três tios e seu padrinho.

O desenho de Renan (12 anos) também retrata, além da casa, a sua família (Desenho 3). Todavia, diferentemente dos outros desenhos, os tons escuros utilizados pelo garoto parecem exprimir um sentimento forte presente nele, em decorrência da recente morte de sua mãe, Leda. Embora o garoto tenha ficado órfão e agora seja criado junto da família de seu tio Rafael, que mora na ocupação, ainda assim, no desenho ele está de mãos dadas com sua mãe.

Desenho 3 – Casa de Renan.



Fonte: RENAN, 2017.

Quando conversamos um pouco com Renan sobre o desenho, percebemos a dificuldade de ele falar sobre o que desenhou e sobre o que está passando após a morte da mãe. Mas revendo o desenho, conseguimos vislumbrar um elemento que em nenhum outro desenho infantil está presente: a chuva. Para quem vive no semiárido nordestino, a chuva é sempre sinal de vida e esperança. Esperamos que a vida de Renan logo se encha de esperança novamente.

Essa forte relação para com a mãe também aflorou na experiência dos desenhos de Lara (6 anos) (Desenho 4), que mora com a mãe Cícera, na casa da avó Francisca e seu companheiro, José Pereira (Zé), e com seus primos Vitor (7 anos) e Lorrany (8 anos).

Desenho 4 – Casa de Lara.



Fonte: LARA, 2017.

No primeiro encontro, que foi realizado no galpão coberto, a criança desenhou duas pessoas e relatou que eram sua mãe e ela. No segundo encontro, realizado na casa em que mora, Lara havia desenhado uma casa e duas pessoas, novamente. Porém, quando perguntamos quem eram aquelas pessoas, ela disse que eram sua mãe e ela, assim como afirmou quando fez o primeiro desenho

Naquele instante, sua avó Francisca passava pela sala, ouviu a fala da criança, viu o desenho e, em seguida, disse que ali era pra ser Lara e a avó, que é quem cria a menina. Em meio àquela situação, a criança ficou um pouco triste, e logo sugerimos para ela acrescentar mais uma pessoa no desenho e, assim, ficarem as três. Percebemos o afeto da criança pela mãe e, também, o desejo da criança de morar com a mãe em uma casa que seja delas.

Observando os desenhos, também percebemos que o segundo desenho parece ter ficado incompleto, uma vez que a criança não pintou o desenho. Talvez, também tenha faltado ela acrescentar elementos naturais, como as flores e os pássaros, que estão presentes no primeiro desenho, além do número da casa (nº 17).

Essa preocupação em registrar elementos naturais também está presente no desenho elaborado por Kawan (11 anos) (Desenho 5). Kawan é filho de Fiama tem três irmãos, Luan, João Vitor e Ana Sofia. Em seu desenho, além da casa, estão representadas algumas árvores e uma lagoa, bem como o sol e algumas nuvens. O garoto, porém, destacou com a pintura apenas a casa (em vermelho) e a lagoa (em azul).

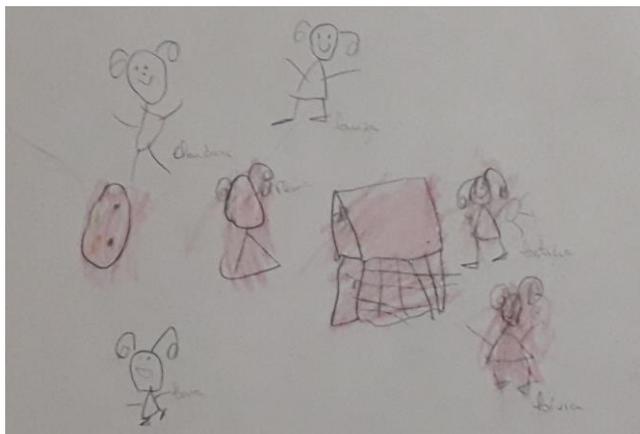
Desenho 5 – Casa de Kawan.



Fonte: KAWAN, 2017.

A casa em que moram é a última casa da rua em que todas as unidades são de alvenaria. Para levantar a casa, tiveram que aterrar a área do lote, porque antes era área passiva de alagamento, como abordado anteriormente. A lagoa do desenho pode representar a Lagoa da Bastiana, ou, ainda, o pequeno lago que se forma, ao lado da parede de sua casa, quando chove. Em uma rápida conversa, Kawan disse que gostaria de morar em outro lugar, longe dali.

Desenho 6 – Casa de Livia.



Fonte: LÍVIA, 2017.

O desenho de Eduardo (Desenho 2) não é o único a expressar a presença de parentes que moram em outras casas na ocupação. O segundo desenho elaborado por Livia (5 anos) (Desenho 6) retrata ela, sua mãe, Claudiene, sua irmã Letícia (1 ano) e suas três primas, Flávia (6 anos), Lara (3 anos) e Luiza (1 ano), que também moram ali. Apesar de a

técnica não ser o ponto forte de uma criança de cinco anos, é perceptível o laço de amizade, além dos laços de sangue, que unem estas crianças.

Durante o segundo encontro de contação de histórias, as crianças voltaram novamente a fazer referência às suas casas, especialmente às suas famílias. Perguntamos se as crianças gostavam de morar ali e se preferiam continuar morando ali ou mudar para outro local. Em geral, afirmaram que gostavam de morar ali, porque já conheciam as outras crianças vizinhas, com quem brincam todos os dias. Sobre a questão de mudar, elas divergiram. Houve até quem perguntasse assim: “Tio, por que vocês, de vez em quando, faz reunião aqui? E por que, de vez em quando, vocês têm umas reunião fora?”

É como diz a estória do primeiro livro que escolhemos para a contação de histórias: “Então, eu aprendi que cada casa é um caso. Cada casa é uma história [...] Nisso eram todas iguais. Daí eu aprendi que casa é também sentimento. Casa é o lar que se tem por dentro” (GONZALEZ, 2013, p. 22-23).

Nota do Diário de Campo – dezembro/2017

“Tarde descobri a alegria de desenvolver a pesquisa com as crianças da Ocupação Filadélfia, brincando de contação de histórias e oficinas de desenho. Entrar em seu mundo é um desafio. Sinto-me cansado ao fim do dia, porque as crianças têm uma disposição imensa e são muitas. Todavia, brincar com elas ajuda a ver o mundo com mais leveza, com menos peso, com mais esperança.

Elas estão aí, sempre estiveram. Tarde descobri a alegria de brincar com elas. Mas descobri! Ainda em tempo!”

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENSAIANDO UM OLHAR INTEGRADO

Após olharmos a moradia “de fora e de longe”, desde a perspectiva internacional à local, descemos a esse pedaço de cidade chamado Ocupação Filadélfia, para olhar “de perto e de dentro” o cotidiano vivido por pessoas que, excluídas do mercado formal da habitação, encontraram na ocupação daquele espaço – que não cumpria função social alguma – uma solução habitacional para continuar morando no espaço urbano.

Essa descida foi desafiante. Em razão da pouca experiência do pesquisador com o trabalho de campo, não foi fácil deixar a zona de conforto representada pelas explicações que configuram o que Magnani (2002) denominou olhar “de fora e de longe”. A imersão no campo pareceu, em princípio, procurar uma pérola cujo brilho estava escondido. Todavia, não! Eram os olhos do pesquisador que não estavam adaptados para enxergar o brilho dos tesouros escondidos naquela ocupação, a saber: os saberes populares elaborados pelos moradores e pelas moradoras e suas experiências de vida.

O processo de imersão no campo tencionava uma mudança de perspectiva de visão, como uma troca de lentes, porque os óculos usados para compreender a realidade a partir das abordagens “de fora e de longe” não eram apropriados para investigar as representações sociais daqueles sujeitos sociais sobre a moradia. Assim, até adaptar-se à mudança de postura, no sentido de relativizar suas concepções e conceitos prévios, o pesquisador sofreu um pouco para começar a enxergar o Outro como sujeito que pensa e age de modo diferente do pesquisador. Ressaltamos esse processo de adaptação em razão de o lugar de fala do pesquisador ser, em princípio, a universidade; também, porque ele está inserido no mercado formal da habitação, diferentemente dos moradores e das moradoras da Ocupação Filadélfia.

Esse “olhar de perto e de dentro” constitui o maior tesouro desta pesquisa. Descobrimos que é nas experiências durante a imersão no campo que aprendemos a desenvolver pesquisa, não na perspectiva de enxergar o campo como um laboratório e as pessoas que ali estão como objetos. Antes, saímos dos muros da universidade – onde geralmente estamos enclausurados – e vamos ao encontro do Outro, inserimo-nos em uma comunidade para dialogar com pessoas

concretas que ali vivem.

Nesse sentido, assim como as perspectivas de análise “de fora e de longe” e “de perto e de dentro” não são antagônicas, mas se complementam, assim também o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum. Trata-se de formas distintas de conhecer e explicar o mundo. O percurso trilhado nos impele à realização de um ensaio de um olhar integrado, vislumbrando a realização de uma etnografia da cidade, depois de termos realizado uma etnografia na cidade, como propõe Magnani (2002, p. 26): “é somente por referência a planos e modelos mais amplos que se pode transcender, incorporando-o, o domínio em que se movem os atores sociais, imersos em seus próprios arranjos, ainda que coletivos”.

A realidade das ocupações urbanas não pode ser reduzida a uma questão estatística expressa em índices de déficit habitacional. As ocupações urbanas no Município de Iguatu-CE se inserem numa lógica de produção e apropriação do espaço urbano que se funda no privilégio, e não no direito; numa perspectiva que, temporalmente, finca suas raízes na colonização portuguesa e, espacialmente, estende seus tentáculos até os quatro cantos do mundo.

Apresentada como direito, a moradia transformou-se em mercadoria cara, acessível a quem por ela possa pagar. Não só a moradia, mas também o espaço urbano, aprofundando a segregação socioespacial, cujas delimitações no Município de Iguatu-CE excluem quem mora para além da margem direita do Rio Jaguaribe, da margem sul da linha ferroviária e da margem esquerda da Rodovia Estadual CE-060; nesse plano, inclusive, os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia, que moram para além dessa última margem.

Suas trajetórias habitacionais também apontam que sempre moraram em bairros periféricos da cidade, como COHABs, Vila Centenário, Verde Parque, Jardim Oásis, Joao Paulo II, Vila Neuma, Vila Moura, Chapadinha, Pedrinhas (Santo Antônio), Cocobó, Veneza, Vila Coqueiro, Flores, Vila Paraná. Ou, ainda, vieram da zona rural, como os moradores e as moradoras que disseram que antes de morar na ocupação moravam no Sítio Minas, no Sítio Lagoa de Dentro, no Sítio Parelhas, e na estrada que vai para o Sítio Baú e próximo do Sítio Varjota. Ademais, há gente que já veio da ocupação do João Paulo II.

Parece que os moradores e as moradoras da ocupação pouco importam para o planejamento e a regulação urbanística, no sentido de que se cumpram e se façam cumprir as legislações que protegem o direito à moradia e o

direito à cidade, as quais são, ao contrário, aplicadas de modo arbitrário e discriminatório, a exemplo da ação de reintegração de posse ajuizada pelo Município de Iguatu-CE em face dos moradores e das moradoras das ocupações, especialmente aquela referente à Ocupação Filadélfia.

Além da segregação socioespacial como mecanismo de exclusão social, a produção historiográfica hegemônica sobre Iguatu é silente sobre o processo de desenvolvimento e apropriação das áreas periféricas da cidade e seus respectivos moradores e moradoras. Como compreender o urbano e a questão da moradia sem levar em consideração as experiências desses sujeitos?

A exclusão se expressa, ainda, na negação dos saberes produzidos pelos sujeitos sociais que vivem nas periferias. Nesse sentido, acreditamos ter sido felizes ao escolher a teoria das representações sociais, que valoriza a produção de saberes no âmbito do senso comum, enquanto base para mediar a investigação e a busca por respostas à questão: o que é uma casa para os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia? A partir da frase “Quero uma casa!”, quais as representações sociais da moradia elaboradas e compartilhadas por esses sujeitos?

Compreendemos que a cidade não é um todo homogêneo. Assim, é imprescindível considerar as diferenças e as particularidades, principalmente aquelas dos grupos vulneráveis, que constituem uma população relevante em nossas cidades. O que podemos propor para a cidade? Eis uma questão que demanda uma imersão em campo, a fim de conhecermos, em profundidade, os potenciais dos espaços, especialmente os periféricos, para então pensarmos intervenções.

A imersão no campo nos permitiu ponderar que as trajetórias habitacionais desses sujeitos e suas vivências na ocupação contribuíram e contribuem para forjar um processo de identidade coletiva pautado na luta pelo direito à moradia digna. Assim, valorizar o processo de mobilização e organização para a realização da Ocupação Filadélfia, bem como as experiências de luta e resistência dos moradores e das moradoras, a fim de conquistar a efetivação do direito à moradia, visa reforçar a tomada de consciência de que esses sujeitos são os protagonistas de uma luta justa, embora tenham sua dignidade humana violentada cotidianamente em decorrência das injustiças sociais.

Antes, de recapitularmos os resultados a que chegamos, convém registrar que o processo de imersão no campo não foi um processo linear, mas

permeado por fluxos e refluxos, dentre os quais destacamos a tentativa de trabalhar com fotografias participativas e uma aparente acomodação de parte dos moradores e das moradoras da ocupação. Quando tentamos desenvolver uma proposta de trabalho com fotografias participativas, encontramos algumas dificuldades, possivelmente porque ainda não estava consolidada uma relação de confiança entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. De modo que, embora tenham participado de dois encontros no galpão coberto, os resultados da atividade proposta – que os sujeitos sacassem fotos de suas casas, da ocupação e/ou da cidade – não foram os esperados.

Quanto à aparente acomodação de alguns moradores e moradoras, percebemos que ao longo da imersão no campo, a participação dos sujeitos nas atividades da comunidade e, também, nas atividades propostas pelo pesquisador, parece ter diminuído progressivamente. Durante a imersão no campo, observamos que as moradoras da ruela em que ainda há unidades habitacionais que não são de alvenaria são mais participativas, tanto das atividades da comunidade quanto das atividades propostas pelo pesquisador. É possível que quem mora nas casas de alvenaria, especialmente os homens, estejam acomodados no que tange à luta para efetivação do direito à moradia digna.

Quanto a nós, logo no princípio do trabalho de campo, quase pensamos que os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia, ao expressarem que uma casa era “ter um canto pra dizer que é meu” ou “não ter que pagar aluguel”, estavam bastante propensos a reproduzir a lógica do capital, para a qual o valor de troca da moradia é predominante. Mas, ao mesmo tempo, pensávamos: eles simplesmente reproduziam uma perspectiva privatista sobre a moradia? Isso esgotaria as suas representações sociais sobre tal objeto?

Certamente, não! Em nossos primeiros passos, identificamos que, para os moradores e as moradoras da Ocupação Filadélfia: I. a moradia constitui um direito que lhes assiste; II. é dever do Estado, melhor dizendo, é dever do prefeito dar uma casa para esses sujeitos; e III. o futuro lugar de moradia será distinto do atual lugar de moradia, em outras palavras, as casas populares a serem recebidas futuramente serão em outro lugar que não na ocupação.

Seguimos a investigação, buscando o conteúdo das representações sociais da moradia elaboradas e partilhadas pelos moradores e pelas moradoras da ocupação a partir de uma perspectiva relacional com o Poder Público e com o

ambiente em que vivem. Vislumbramos, ao longo do percurso, que o anseio dos moradores e das moradoras por uma moradia se circunscreve como necessidade que é anterior mesmo ao aluguel, porque morar é preciso, ainda quando pagar aluguel não seja possível. Assim, um dos núcleos das representações sociais sobre a moradia elaboradas por esses sujeitos consiste na necessidade de inserção socioterritorial.

Outro núcleo das representações sociais da moradia para esses sujeitos pode ser expresso da seguinte forma: a moradia enquanto lugar da vida familiar e para a vida familiar. A esse núcleo estão relacionadas as noções de moradia enquanto lugar da segurança, da tranqüilidade, do descanso e do conforto; espaço de expressão; lugar da solidariedade, da festa e do encontro.

E as crianças? Essas, já em tenra idade, também elaboram e compartilham representações sociais sobre a moradia. Para elas, a casa também aparece como o lugar da vida familiar. A casa é representada, ainda, como o lugar do brincar, o espaço do lúdico, ainda que as dimensões da casa sejam pequenas. Na Ocupação Filadélfia, as crianças brincam bastante no espaço exterior ao ambiente da unidade habitacional. Mas como poderiam brincar o tempo inteiro dentro de casa, se não há sequer espaço físico para ela brincar?

Se na abordagem “de fora e de longe” parecem predominar as interpretações que gravitam em torno do valor de troca da casa, a perspectiva “de perto e de dentro” nos permitiu conhecer os valores de uso genuinamente estabelecidos por meio da experiência de vida dos moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia. Isso não significa que para esses sujeitos a casa não possui valor de troca, porém não foi essa a perspectiva de abordagem que escolhemos investigar.

A partir das experiências do cotidiano desses sujeitos, percebemos o seu forte anseio de inserção socioterritorial e de luta pelo direito à moradia porque a casa é o lugar de realização da vida familiar. Enquanto normatividade, o Direito parece não alcançar essa dimensão da realização da vida. Enquanto luta de classes, o direito à moradia e o direito à cidade parecem resplandecer como uma centelha de luz nas vivências desses sujeitos excluídos do mercado formal da habitação, mas novos sujeitos da História escrita. Esse já é um avanço!

Os conhecimentos produzidos por essas pessoas comuns de uma periferia urbana precisam ser valorizados enquanto saberes que são frutos da

experiência de luta e de (r)existência em face de sua exclusão social. A ocupação de um terreno público que não cumpria sua função social e o clamor que brota dos lábios desses sujeitos quando insistem “Quero uma casa!” denunciam a perversidade do processo de mercantilização da casa e da cidade e deveria nos provocar para (re)(des)construir o que concebemos como moradia e como cidade.

Fazer política habitacional e fazer política urbana exige de nós pensarmos a cidade como lugar de realização da vida, como lugar da festa e do encontro, onde todas as pessoas – e não apenas um pequeno grupo de privilegiados – tenham direito de ter acesso à cidade e a tudo quanto ela possa oferecer aos seus cidadãos e às suas cidadãs.

A atuação do Estado, em sentido amplo, deve considerar a importância da participação das famílias eventualmente beneficiárias das políticas públicas, em geral, e das políticas habitacionais, como aqui tratamos. Além de a participação social possuir uma legitimidade constitucionalmente incontestável, os resultados de tais políticas são potencialmente mais efetivos, eficazes e eficientes.

Acreditamos que, em Iguatu-CE, existe uma demanda local para a efetivação de políticas de habitação de interesse social cuja prioridade dos objetivos não se vinculem ao mercado, mas ao atendimento das necessidades das famílias que mais pobres. Vale ressaltar que, juridicamente, já foi criado um plano local de habitação de interesse social, um conselho local de habitação de interesse social e um fundo de habitação de interesse social. Todavia, esses instrumentos não são efetivos, atualmente. Assim, garantir a participação social e atender as demandas sociais são imperativos que se põem para uma revisão desses instrumentos e para a sua efetivação por parte de uma gestão pública comprometida com os mais pobres.

A luta dos moradores e das moradoras da Ocupação Filadélfia continua. Nesse momento, a proposta do Município de Iguatu para esses sujeitos vai se configurando, no contexto do PMCMV – faixa 1, a partir da construção de unidades habitacionais em bairros afastados. Entretanto, nos encontros com o Poder Público, aqueles sujeitos e um grupo de apoiadores têm questionado as mazelas do pacote habitacional proposto; e, também, têm tensionado o debate para a construção de políticas habitacionais para população de baixa renda que levem em consideração a participação da população eventualmente beneficiária de tais políticas.

Nesse sentido, o mestrado está acabando, mas não o compromisso

social com os moradores e moradoras da Ocupação Filadélfia. A continuidade desse compromisso já vai se configurando enquanto proposta de um projeto permanente de educação popular com os moradores e as moradoras, envolvendo questões relativas à luta pelo direito à moradia. Desse modo, acreditamos contribuir com o processo de formação política que acontece na prática, no cotidiano vivido por esses sujeitos.

Além de participar de reuniões, assembléias, audiências, rodas de conversa e atividades coletivas com eles e elas, também vamos propor encontros temáticos relacionados à luta pela cidadania. Também, não podemos esquecer de discutir as periferias, no plural, no ambiente da universidade, levando até esta as demandas das periferias e questionando que conhecimentos tem que ser produzidos e qual a função social dessa instituição.

Ao tempo em que reconhecemos a contribuição de nossa investigação para fortalecer a luta dos moradores e das moradoras da Ocupação Filadélfia pelo direito à moradia digna, também vislumbramos a pequenez de nossa investigação frente a um universo de possibilidades de pesquisas que se fazem necessárias para escrever a história das periferias igatuenses que ainda está por ser escrita.

Nesse sentido, apontamos para a importância do desenvolvimento de novos estudos que investiguem a memória como elemento de resistência; as práticas cotidianas de luta e resistência dos moradores e das moradoras das outras ocupações que existem na cidade; o que é uma ocupação para esses sujeitos; o processo de aprender a ocupar; possibilidades de regularização fundiária; infância e maternidade nas ocupações, dentre tantas outras questões.

A universidade precisa sair de seus muros e dialogar com a sociedade. Se a pesquisa deve se orientar para oferecer respostas a problemas de ordem prática, quanto mais a universidade. É preciso manter viva a utopia de construir uma sociedade justa, diferente desta que aí está posta!

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 3.ed. Fortaleza: UFC, 1999. (Coleção Alagadiço Novo).

_____. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2017.

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 155-171.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 343-378.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Os primórdios da modernização do território do Ceará: as estradas de ferro re-anunciam à civilização ocidental (1870-1930). ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009 (versão fac-símile da edição original, 1918).

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOLLAFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982. p. 37-70.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**, 9.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 7-16.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em 15 fev. 2017.

BRECHT, Bertolt. **Poemas.** 1913-1956. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

_____. Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. São Paulo: **Novos Estudos** CEBRAP, São Paulo, nº 47, p. 155-176, mar. 1997. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/81/20080626_enclaves_fortificados.pdf>. Acesso em 10 mai. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CEARÁ. Ministério Público do Estado do Ceará. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatu. **Procedimento Administrativo nº 2015/263669.** Iguatu-CE, 2015a.

_____. Poder Judiciário. Fórum de Direito Desembargador Boanerges de Queiroz Facó. Comarca de Iguatu. **Processo nº 98411-35.2015.8.06.0091.** Ação de Reintegração de Posse. Autor: Município de Iguatu. Protocolo em 02 set. 2015. Iguatu-CE, 2015b.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer, 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Transformações nas cidades médias do Ceará (Brasil). In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu, Uruguai. **Anais...** Montevideu, Uruguai, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/246.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017.

COUTO, Monsenhor Francisco de Assis. **Gênese da cidade de Iguatu** (Monografia nº2). Gráfica Royal: Juazeiro do Norte-CE, 1958.

DAMATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In

NUNES, Edison de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

_____. Espaço - casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: _____. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 27-58.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 31-60.

DUVEEN, Gerard. O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015. p. 7-28.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: da pré-história ao governo Cid Gomes. 5.ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2009.

FARIAS, Gardevânia. **O conciso inventário do patrimônio histórico e arquitetônico de Iguatu**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Autogestão e habitação**: entre a utopia e o mercado. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, 2014. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/818065.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**: resultados preliminares - 2015. Belo Horizonte: FJP, Diretoria de Estatística e Informação, 2017. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/723-estatisticas-informacoes-3-deficit-habitacional-16-08-2017versao-site/file>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 21.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha; Stylus Comunicações, 1989.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos

sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina-PR, vol. 5, nº 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>>. Acesso em 10 mai. 2017.

_____. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 16, nº 47, p. 333-361, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2017.

GONZALEZ, Bianca. **Um sentimento chamado casa**. Fortaleza: SEDUC, 2013. (Coleção PAIC Prosa Poesia).

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio – 1963. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo /Carta Maior, 2013. p. 27-34.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. Sobral/CE: de Cidade do sertão às dinâmicas territoriais da cidade média do presente. In: HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima (Org.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010, p. 75-94.

_____. Transformações socioespaciais das cidades médias cearenses. **Revista de Geografia**, Recife, UFPE, volume 28, número 1, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228639/23062>>. Acesso em 10 nov. 2017.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, Estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2011, San José, Costa Rica. **Anais...** San José, Costa Rica: Universidad Nacional de Costa Rica, 2011, p. 01-13. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/issue/view/219>>. Acesso em 15 out. 2017.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Curitiba: A Página,

2012.

IGUATU. **Política Local de Habitação de Interesse Social**. Etapa 2. Diagnóstico Habitacional. 2011.

_____. CÂMARA MUNICIPAL. **Projeto de Lei nº 04, de 29 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre a desafetação e autorização de permuta em área de terreno pertencente ao patrimônio público municipal com o particular, e dá outras providências. Autor: Prefeitura Municipal de Iguatu. Iguatu, 2016a.

_____. CÂMARA MUNICIPAL. **Projeto de Lei nº 05, de 29 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre a desafetação e autorização de permuta em área de terreno pertencente ao patrimônio público municipal com o particular, e dá outras providências. Autor: Prefeitura Municipal de Iguatu. Iguatu, 2016b.

_____. CÂMARA MUNICIPAL. **Projeto de Lei nº 06, de 29 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre a desafetação e autorização de permuta em área de terreno pertencente ao patrimônio público municipal com o particular, e dá outras providências. Autor: Prefeitura Municipal de Iguatu. Iguatu, 2016c.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Iguatu. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/iguatu/panorama>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Municipal 2017 Iguatu**. Fortaleza: IPECE, 2018. Disponível em: <www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2017/Iguatu.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-44.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará Setecentista**: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de arquitetura, UFBA, 2007. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2007/969074_5.PDF>. Acesso em 20 out. 2017.

_____. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 08, n. 16, p. 77-102, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2691/1/2009_art_crJucaNeto.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Escritos urbanos**. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2009a.

_____. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo:

Ed. 34, 2009b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

_____. **O Direito à Cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. A economia pastoril e as vilas coloniais no Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.12/13, n.1/2, 1981/1982, p.75-106. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9719/1/1982_art_malemenhe.pdf>. Acesso em 10 nov. 2017.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

LIMA, Átila de Menezes. **A geografia histórica de Iguatu-CE: uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 17, nº 49, p. 11-29, jun./2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10704902>>. Acesso em 10 mai. 2017.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.

_____. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982. p. 71-93.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Dimensões da tragédia urbana. **Comciência**. Revista eletrônica de jornalismo científico. Labjor-Unicamp. Campinas-SP, n. 29, março 2002. Cidades. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/framereport.htm>>. Acesso em 10 nov. 2017.

_____. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo /Carta Maior, 2013. p. 19-26.

_____. **Habitação e cidade**. 7.ed. São Paulo: Atual, 2004.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, José de Souza Martins. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 2.ed. São Paulo: Moares, 1991.

MEIRINHO, Daniel. **Olhares em foco**: fotografia participativa e empoderamento juvenil. Covilhã, Portugal: LabCom.IFP, Universidade da Beira Interior, 2016.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1995. (Coleção Alagadiço Novo).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABASCO, 1992.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4.ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 76-102.

_____. Seca, Estado e controle social: as políticas públicas de combate às secas no Ceará. In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org.). **América Latina**: transformações econômicas e políticas. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003.

NOGUEIRA, Francisco Alcântara. **Iguatu**: memória sócio-histórico-econômica. 2.ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. San José, Costa Rica. 1969. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.Convencao_Americana.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contrarreforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: a crítica da razão dualista**. 1972. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Oliveira,%20Francisco/a%20economia%20brasileira_cr%C3%ADtica%20%C3%A0%20raz%C3%A3o%20dualista%20-%20chico%20de%20oliveira.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **El derecho a una vivienda adecuada**. Folheto Informativo nº 21. 2010. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_sp.pdf>. Acesso em 15 fev. 2017.

_____. Assembléia Geral das Nações Unidas. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1966. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Comentário Geral n. 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1991. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/moradia/trabalhohabitacaopronto.html#8>>. Acesso em 15 fev. 2017.

_____. **Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Brasil, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**. 1979. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**. 1968. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/convencao_internacional_eliminacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias**. 1990. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados**. Genebra, Suíça. 1951. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais.** Paris, França. 1978. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1978%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Ra%C3%A7a%20e%20Preconceitos%20Raciais.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Declaração sobre Assentamentos Humanos.** Vancouver, Canadá. 1976. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/28/Documentos/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Internacional/Declara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20assentamentos%20humanos%20de%20Vancouver.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Declaração sobre Assentamentos Humanos.** Istambul, Turquia. 1996. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/moradia-adequada/declaracoes/declaracao-de-istambul-sobre-assentamentos-humanos>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará.** 4.ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 17-55.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** reforma urbana e controle social 1860 – 1930. 4.ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2010.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito.** 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Teoria tridimensional do Direito.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 5.ed. São Paulo: Contexto, 1994.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982. p. 117-154.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

_____. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19-45.

SACHS, Céline. **Políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. 7.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Record: Rio de Janeiro, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p.39-62.

SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4.ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 215-236.

_____. **Os incomodados não se retiram: Fortaleza em questão**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850**. 2.ed. Campinas,SP:Editora da UNICAMP, 2008.

SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2.ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 13-31.

TEIXEIRA, Francisco Jackson Cavalcante. **A Companhia Industrial de Algodão e Óleos – CIDA O S/A em Iguatu: fatos e relatos**. 2007. Monografia (Especialização em perspectivas e Abordagens em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia**

discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo /Carta Maior, 2013. p. 35-40.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

FALAS DOS MORADORES E DAS MORADORAS

ALVES, Maycon Sérgio. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 17 fev. 2017. 2017.

BARBOSA, Francisca Pereira. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim**. Iguatu-CE, 8 dez. 2017. 2017.

BASTOS, Cícero Amorim. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 23 jan. 2017. 2017.

BERNARDO, Lucas. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 8 set. 2017. 2017.

CARMO, Rosineide. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 19 jun. 2017. 2017.

COSTA, Joana. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim**. Iguatu-CE, 14 nov. 2017. 2017.

JHOLLY, Maiara Jeferson. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim**. Iguatu-CE, 7 nov. 2017. 2017a.

_____. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 27 jan. 2017.2017b.

_____. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 10 fev. 2017.2017c.

LIMA, Larissa Kaiane Ferreira de Jesus. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim**. Iguatu-CE, 12 dez. 2017. 2017a.

_____. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 13 mar. 2017. 2017b.

_____. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo**. Iguatu-CE, 21 mar. 2017.

2017c.

_____. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 25 mai. 2017. 2017d.

MALOURA, Maria Aparecida Braúna. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 15 dez. 2017. 2017.

MARQUES, Maria Aline Ferreira. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 9 mar. 2017. 2017.

MENDES, Maria Erivânia Lima. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 15 dez. 2017. 2017.

NASCIMENTO, Liliane Mendes do. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 22 nov. 2017. 2017.

SILVA, Manoel Alves da. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 7 jan. 2017. 2017a.

SILVA, Maria Adelaide da. **Relato verbal gravado concedido a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 26 out. 2017. 2017b.

SILVA, Raimunda Mendes da. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 12 mar. 2017. 2017c.

SOUSA, Maria de Jesus Ferreira de. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 7 nov. 2017. 2017a.

_____. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 5 fev. 2017. 2017b.

_____. **Relato gravado concedido a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 9 mar. 2017. 2017c.

_____. **Relato gravado concedido a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 28 jun. 2017. 2017d.

SOUSA, Maria Roberlânia Alves de. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 19 jun. 2017. 2017e.

SOUZA, Francisca Gerlândia de. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim.** Iguatu-CE, 1º dez. 2017. 2017a.

_____. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 15 jul. 2017. 2017b.

TEIXEIRA, Ana Paula André da Silva. **Relato verbal transcrito em Diário de Campo.** Iguatu-CE, 13 mar. 2017. 2017.

VIEIRA, Andressa Agostinho. **Entrevista concedida a Leandro Barbosa Rolim.**
Iguatu-CE, 12 dez. 2017.

DESENHOS DAS CRIANÇAS

Ana Livia Ferreira da Silva

Carlos Eduardo Braúna de Almeida

Evelyn Karine Alves da Silva

Kawan dos Santos Batista

Lara Lawani Pereira de Oliveira

Renan Mendes da Silva

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA**ROTEIRO PARA ENTREVISTA**

Primeiramente, queremos agradecer sua atenção. Estamos realizando uma pesquisa sobre moradia junto aos moradores e às moradoras da Ocupação Filadélfia, em Iguatu-CE. Essa pesquisa faz parte das atividades exigidas para a conclusão do curso de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

Assim, pedimos sua colaboração, no sentido de responder a algumas questões que lhe serão feitas. Ressaltamos que essa pesquisa observa os preceitos éticos relativos à pesquisa científica, dentre eles o sigilo de sua identidade.

Obrigado!

Leandro Barbosa Rolim – Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento - Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)

Identificação do(a) entrevistado(a):

Data da entrevista: ___/___/_____

Local da Entrevista: _____

1ª parte – Os sentidos e a importância da moradia

1. Para você, o que é uma casa e qual a sua importância?
2. Você gosta da casa em que mora hoje? Por quê?

2ª parte – Trajetória habitacional

3. Antes de vir morar aqui, como foram suas experiências de moradia (aluguel, casa própria, morar com parentes, etc.)?
4. Como você veio morar aqui? E por quê?
5. Como foi o processo de construção de sua moradia aqui?

3ª parte – Poder Público e política pública

6. Quando você veio morar aqui, você tinha alguma expectativa em relação ao Poder Público? Se sim, qual(is)? Se não, por quê? E hoje, você tem expectativa(s)?

7. Você já tinha ouvido falar de regularização fundiária antes? Você gostaria de continuar morando nesse local, caso o Poder Público realizasse uma regularização fundiária?